



ANO 6
EDIÇÃO 10

—
REVISTA DIGITAL
SIMONSEN

10^o EDIÇÃO

EDIÇÃO
COMEMORATIVA

—
Ana Carolina Braga de Almeida,
Derick Mendes Bandeira, Gabriel
Martins Alves, Jacirema Maria
Thimoteo, Jaqueline Alves da
Silva, João Marcos Passos, Juliane
Caroline de Oliveira, Lucimarydos
Reis Azevedo, Murilo Machado de
Barros, Raquel Ondeza Ferreira,
Raissa Nauami de Sena, Simone
Silveira Rodrigues





Equipe

Editor

Prof: Dr. Rodrigo Amaral

Coeditor:

Prof: Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Parecedor Técnico:

Prof: Msc. Mauro Sérgio Vieira

Técnico de edição:

João Marcos Passos dos Santos

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dra. Rosane Cristina de Oliveira (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)
- Prof. Dra. Margareth Maria de Carvalho Queiroz (IOC/FIOCRUZ – UV/FUSVE)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antônio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica /
Faculdades

Integradas Simonsen. Ano 6,
n.10 (jan - jun 2019). Rio de
Janeiro, 2019 (on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsen

Disponível no Portal Simonsen em:

www.simonsen.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

Siglas: FIS: Faculdades Integradas Simonsen; UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UCAM: Universidade Candido Mendes.

EDITORIAL

A Biomedicina é uma área que permeia a biologia e a medicina. Sendo uma carreira relativamente nova, este profissional perpassa pelos fatores ambientais e ecoepidemiológicos associando suas causas e efeitos a aprimorar, desenvolver e diagnosticar as doenças fundamentadas na medicina clínica baseada nos princípios das ciências naturais. O artigo do autor Derick Mendes Bandeira intitulado **“Epidemiologia da Hepatite B: Mundo, Brasil e Rio de Janeiro”** vêm nos mostrar como podemos sofrer as influências destes diagnósticos. Ele aponta a variação do vírus da Hepatite em relação as Regiões do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e nos retorna um indicativo preocupante sobre as causas da disseminação da doença, isto posto nos propõe um alerta e um convite a leitura atenta do seu artigo.

No campo da Pedagogia, abrange um amplo número de pessoas que marcaram determinados períodos históricos e, com o passar do tempo, tornaram-se referências em pesquisas acadêmicas e estudos. Através desta concepção, as autoras Ana Carolina B. de Almeida Martins e Raquel Ondeza Ferreira apresentam suas perspectivas sobre Maria Montessori. Segundo algumas vertentes, ela revolucionou o ensino na educação infantil, além dos métodos que são aplicados não somente em âmbito escolar, como também, no cotidiano. A perspectiva sobre a vida e teoria de Montessori, possui um papel importante e um ponto chave no procedimento da educação e aprendizado com uma demasiada valorização dos interesses dos discentes. Com isso, as autoras convidam os leitores para apreciarem e conhecer sobre o tema **“Maria Montessori e suas valiosas contribuições para a Educação”**.

O tema “Meio Ambiente” é dito como “transversal” de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Porém não temos como fugir que o entendimento sobre sustentabilidade e as práticas que venham minimizar os impactos futuros sobre as questões ambientais devam ter como ponto de partida os docentes. Partindo dessa premissa, o artigo de Gabriel Abboud **“A importância da Educação Ambiental e Sustentabilidade na Formação dos Docentes no Nível Superior em uma Perspectiva Freiriana”**, nos remete a uma reflexão estabelecendo um contraponto com Paulo Freire e na sua hegemonia acadêmica.

As questões ambientais estão cada vez mais alinhadas com as novas tecnologias. E os recursos que venham a apoiar o controle, a fim de dar suporte à tomada de decisões. Tornam-se cada vez mais eminentes e fundamentais estes procedimentos para que se possa tratar e vir que, as questões como, degradação e desmatamentos, possam ser controlados e contidos. O artigo **“A Aplicação do Sistema de Informações Geográficas em Estudos Ambientais”**, nos apresenta uma proposta atual de fatores que contribuem com a mitigação dos principais vilões do Meio Ambiente.

Seguindo a mesma linha do parágrafo anterior, Simone Silveira Rodrigues e Murilo Machado de Barros em **“O uso do VANT e do Sensoriamento Remoto como parâmetro de melhoria das técnicas de Agricultura de Precisão”**, nos apresenta uma linha muito interessante de emprego de ferramentas

que trazem enorme contribuição a nossa agricultura melhorando técnicas consagradas como manejo e irrigação, estabelecendo critérios importantes no desenvolvimento dos processos agrícolas.

É indiscutível que existem diversas perspectivas sobre estudos de guerras contemporâneas do século XX. Dando ênfase no período de, 1939-1945, o autor João Marcos P. dos Santos, aborda o seu artigo com o seguinte tema **“A Historicidade da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial”** para apresentar pontos importantes, essenciais e apreço ao processo da participação de soldados brasileiros em solo italiano contra a Alemanha Nazista. Além de conhecer de perto, como se deu o procedimento desde o início da guerra até a volta dos pracinhas na terra natal. Conseqüentemente, o autor convida a todos para degustarem e apreciarem o seu trabalho acadêmico.

A abordagem de Raissa Nauami de Sena de Azevedo Onias acerca dos direitos contemporâneos das mulheres sob os aspectos familiares e profissionais, assim como aqueles que lhes impõe diferenciação natural como, desigualdades e violência contra elas, nos leva a uma generalização onde a autora nos apresenta um interessante contraponto em função da sua historicidade, sobretudo sob a visão patriarcal. Assim em **“A Mulher na Contemporaneidade: O Obstáculo da Desigualdade de Raça e Gênero”** vem nos propor um entendimento diferenciado sobre essas questões.

O Artigo de Lucimary R. dos Reis Azevedo **“A Docência do Historiador: Conhecimento e Cidadania na Formação Social”** apresenta uma proposta em desenvolver-se nas bases da Educação, a partir o arcabouço político-filosófico, o senso crítico dos docentes para que se tornem mais capazes em produzir conhecimentos a partir das suas próprias opiniões, estabelecendo sentidos críticos e posturas mais encorpadas com aspectos pessoais.

Desigualdade de gênero e assertivas generalizadas sobre mulheres, e as violências a que estas são submetidas, parecem compor vários cenários atuais. Jaqueline Alves da Silva Nascimento escreve em **“Uma Assertiva da Desigualdade Contra a Mulher a partir da Desigualdade de Gênero”**, como as mulheres sofrem por questões alheias a uma sociedade desinformada e com poucas condições de desenvolver práticas que busquem minimizar esses impactos. Entra neste cenário a figura do profissional de Assistência Social, trazendo um entendimento a partir das Leis e processos que, conhecidos e entendidos, minimizam os efeitos da desigualdade.

A professora da UNICBE Jacirema M. T. dos Santos, Doutora em Teologia pela PUC-RJ, apresenta uma interessante abordagem sobre as **“Teologias da Práxis”** e sua relação com o humanismo e o personalismo.

A CAPA

Nossa imagem de capa é de livre interpretação do leitor..

Rodrigo Amaral (Editor)

Sumário

A CAPA.....	3
Por: Rodrigo Amaral.....	3
BIOMEDICINA	6
EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE B: MUNDO, BRASIL E RIO DE JANEIRO.....	6
POR: DERICK MENDES BANDEIRA.....	6
PEDAGOGIA.....	23
MARIA MONTESSORIE SUAS VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO.....	23
POR: ANA CAROLINA BRAGA DE ALMEIDA MARTINS	23
RAQUEL ONDEZA FERREIRA	23
GEOGRAFIA.....	37
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DOS DOCENTES NO NÍVEL SUPERIOR, EM UMA PERSPECTIVA FREIRIANA.....	37
POR: GABRIEL MARTINS ALVES ABBOUD.....	37
GEOGRAFIA.....	50
A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA EM ESTUDOS AMBIENTAIS.	50
POR: JULIANE CAROLINE DE OLIVEIRA SANTOS.....	50
ENGENHARIA	61
O USO DE VANT E DO SENSORIAMENTO REMOTO COMO FERRAMENTA DE MELHORIA DAS TÉCNICAS DE AGRICULTURA DE PRECISÃO	61
POR: SIMONE SILVEIRA RODRIGUES	61
MURILO MACHADO DE BARROS.....	61
HISTÓRIA	78
A HISTORICIDADE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	78
POR: JOÃO MARCOS PASSOS DOS SANTOS.....	78
HISTÓRIA	104
A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE: O OBSTÁCULO DA DESIGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO	104
POR: RAISSA NAUAMI DE SENA DE AZEVEDO ONIAS	104
HISTÓRIA	114
A DOCÊNCIA DO HISTORIADOR.....	114

POR: LUCIMARY R. DOS REIS AZEVEDO.....	114
SERVIÇO SOCIAL.....	126
UMA ASSERTIVA DA DESIGUALDADE CONTRA A MULHER A PARTIR DA DESIGUALDADE DO GÊNERO	126
POR: JAQUELINE ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO.....	126
TEOLOGIA.....	144
SÉCULO XX E AS TEOLOGIAS DA PRÁTICA.....	144
POR: JACIREMA MARIA THIMOTEO DOS SANTOS.....	144

BIOMEDICINA

Como citar: BANDEIRA, Derick Mendes. *Epidemiologia da Hepatite B: Mundo, Brasil e Rio de Janeiro*. In: Revista digital Simonsen, N° 10, maio, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. ISSN:2446-5941.

EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE B: MUNDO, BRASIL E RIO DE JANEIRO

POR: DERICK MENDES BANDEIRA¹

¹ Biomédico analista clínico (UFF), mestre em Medicina Tropical pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC-FIOCRUZ), colaborador voluntário em pesquisa pelo Laboratório de Morfologia e Morfogênese Viral (LMMV/IOC-FIOCRUZ) e Professor da UNICBE. E-mail: derick_mendes@live.com.

EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE B: MUNDO, BRASIL E RIO DE JANEIRO

RESUMO: O vírus da hepatite B (HBV) possui uma grande variabilidade genética e isto pode gerar diferentes perfis de apresentação clínica, resposta ao tratamento e epidemiologia. A principal forma de transmissão do vírus, por exemplo, varia de um local para o outro. Regiões onde a transmissão vertical é a mais relevante tendem a ter endemicidade elevada, com maior chance de cronificação das infecções. Apesar de já existir uma vacina eficaz contra a doença, a prevalência da hepatite B ainda é alarmante em diversos países, bem como a mortalidade causada por doenças hepáticas associadas ao HBV. Dentro deste cenário, o Brasil é considerado um país de baixa endemicidade devido, principalmente, à gradativa ampliação da vacinação gratuita. O Rio de Janeiro não possui um cenário epidemiológico muito diferente da maior parte do Brasil: a maior parte dos casos ocorrem por transmissão sexual e os homens são os mais infectados. Entretanto, na maior parte do país, a infecção é mais prevalente em brancos. Já no Rio de Janeiro, os negros são os mais acometidos. A baixa prevalência da infecção entre crianças no estado pode ser um reflexo tanto do sucesso das campanhas de vacinação quanto da baixa relevância da transmissão sexual nesta faixa etária.

Palavras-chave: Hepatite B, transmissão, epidemiologia.

ABSTRACT: The hepatitis B virus (HBV) has a great genetic variability and this can generate different profiles of clinical presentation, response to treatment and epidemiology. The main form of virus transmission, for example, varies from a place to another. Regions where vertical transmission is the most relevant tend to have high endemicity, with a greater chance of evolution to chronic disease. Although there is already an effective vaccine against the disease, the prevalence of hepatitis B is still alarming in several countries, as well as the mortality caused by liver diseases associated with HBV. Within this scenario, Brazil is considered a country of low endemicity mainly due to the gradual expansion of free vaccination. Rio de Janeiro does not have a very different epidemiological scenario from most of Brazil: cases occur through sexual transmission and men are more frequently infected. In most parts of the country, infection is more prevalent in white men. In Rio de Janeiro, however, black men are the most affected. The low prevalence of infection among children in this state may be a reflection of the success of vaccination campaigns, as well the low relevance of sexual transmission in this age group.

Keywords: Hepatitis B, transmission, epidemiology.

INTRODUÇÃO

Hepatite é um termo genérico para designar um processo inflamatório no fígado. Esta inflamação, no entanto, pode ser desencadeada por diversos agentes infecciosos (vírus, bactérias, protozoários, helmintos e fungos) e tóxicos (álcool, medicamentos, entre outros) ².

Dentre todas as etiologias, o vírus da hepatite B (HBV) tem se destacado como uma das mais relevantes, especialmente pela sua alta transmissibilidade, capacidade de evolução da infecção para a forma crônica e a mortalidade por doenças hepáticas associadas ao vírus ^{3 4}. As infecções, no entanto, têm perfil epidemiológico distinto ao se comparar diferentes regiões do globo. Essas discrepâncias se devem a fatores inerentes ao vírus e às diferentes populações acometidas.

Desta forma, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão de literatura sobre as principais características do vírus e da epidemiologia das infecções ao redor do mundo, no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para esta revisão foi realizada busca de artigos relacionados à epidemiologia da hepatite B na base de dados PubMed, utilizando a ferramenta de busca avançada e inserindo o seguinte código: “((HBV[Title] OR Hepatitis B[Title]) AND (epidemiology[Title/Abstract] OR transmission[Title/Abstract]))”.

A partir dos resultados da busca foi realizada uma triagem dos artigos pelos seus resumos. Todas as publicações que não se aplicavam ao tema foram descartadas. Artigos publicados há mais de 10 anos só foram utilizados para destacar aspectos históricos ou inerentes ao vírus.

² BANDEIRA, D. M. Etiologias de casos de hepatites agudas e perfil epidemiológico dos casos de hepatite A atendidos no Ambulatório de Hepatites Virais da FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1997 a 2015. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2017

³ NAYAGAM, S. et al. Requirements for global elimination of hepatitis B: a modelling study. *Lancet Infect Dis*, Sep 2016. ISSN 1474-4457. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27638356> >.

⁴ STASI, C. et al. The epidemiological changes of HCV and HBV infections in the era of new antiviral therapies and the anti-HBV vaccine. *J Infect Public Health*, v. 9, n. 4, p. 389-95, 2016 Jul-Aug 2016. ISSN 1876-035X. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26148849> >.

Dados epidemiológicos da hepatite B no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro também foram extraídos de boletins epidemiológicos oficiais do Ministério da Saúde e nas bases de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

DESENVOLVIMENTO

O vírus da hepatite B (HBV)

O HBV é um vírus de DNA circular, fita parcialmente dupla, envelopado, pertencente à família *Hepadnaviridae*, gênero *Orthohepadnavirus*^{5 6 7}. Classificado molecularmente em 10 genótipos (A-J), o vírus pode ser encontrado infectando seres humanos em todos os continentes⁸. Os genótipos I e J, no entanto, não são amplamente aceitos. O primeiro deles possui apenas 7% de divergência genética em relação ao genótipo C⁹ e o segundo é uma variante associada a apenas um caso em seres humanos, além de apresentar maior similaridade a vírus de primatas não-humanos¹⁰.

A literatura científica fornece evidências de que os genótipos do HBV podem influenciar no desfecho da infecção. Existem genótipos que estão diretamente relacionados a uma ou mais das seguintes associações clínicas: progressão para cronicidade, inflamação histológica, fibrose tecidual, doença hepática avançada, câncer hepático, soroconversão precoce de HBeAg (antígeno marcador de replicação

⁵ NEUVEUT, C.; WEI, Y.; BUENDIA, M. A. Mechanisms of HBV-related hepatocarcinogenesis. *J Hepatol*, v. 52, n. 4, p. 594-604, Apr 2010. ISSN 1600-0641. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20185200> >.

⁶ ICTV. ICTV Taxonomy History for Hepatitis B virus 2016.

⁷ SONG, J. E.; KIM, D. Y. Diagnosis of hepatitis B. *Ann Transl Med*, v. 4, n. 18, p. 338, Sep 2016. ISSN 2305-5839. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27761442> >.

⁸ ZAMPINO, R. et al. Hepatitis B virus burden in developing countries. *World J Gastroenterol*, v. 21, n. 42, p. 11941-53, Nov 2015. ISSN 2219-2840. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26576083> >.

⁹ OLINGER, C. M. et al. Possible new hepatitis B virus genotype, southeast Asia. *Emerg Infect Dis*, v. 14, n. 11, p. 1777-80, Nov 2008. ISSN 1080-6059. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18976569> >.

¹⁰ TATEMATSU, K. et al. A genetic variant of hepatitis B virus divergent from known human and ape genotypes isolated from a Japanese patient and provisionally assigned to new genotype J. *J Virol*, v. 83, n. 20, p. 10538-47, Oct 2009. ISSN 1098-5514. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19640977> >.

viral), *clearance* de HBsAg (antígeno de superfície do vírus), resposta ao tratamento com interferon e mutações nas regiões dos genes BCP e pre-core¹¹.

A descoberta do HBV ocorreu em 1963 quando Baruch Blumberg estudava lipoproteínas séricas de pacientes hemotransfundidos. O pesquisador observou no soro de um aborígene australiano um novo antígeno que reagia com o soro de dois doentes hemofílicos que haviam recebido múltiplas transfusões, formando complexos antígeno-anticorpo em técnica de difusão em gel de agarose^{12 13}.

A disseminação deste vírus é facilitada principalmente quando um indivíduo susceptível entra em contato com sangue contaminado, porém o HBV pode estar presente em outros fluidos corporais de uma pessoa infectada e ser transmitidos através deles¹⁴. No entanto, os principais mecanismos de transmissão tendem a variar de acordo com o grau de endemicidade da doença nas diferentes localidades. Em regiões altamente endêmicas, a transmissão vertical possui maior impacto epidemiológico. Nestes casos, a exposição precoce do recém-nascido ao vírus favorece o desenvolvimento de doença hepática crônica em 90% dos casos¹⁵. Já em países de endemicidade intermediária ou baixa, a transmissão sexual do vírus, coabitação com indivíduos infectados pelo HBV e tratamentos estéticos (como colocação de piercing e realização de tatuagens) têm maior importância estatística¹⁶. Neste segundo cenário, em que a maior parte das infecções ocorrem em idade adulta, menos de 5% dos casos cronicam¹⁷.

¹¹ CROAGH, C. M.; DESMOND, P. V.; BELL, S. J. Genotypes and viral variants in chronic hepatitis B: A review of epidemiology and clinical relevance. *World J Hepatol*, v. 7, n. 3, p. 289-303, Mar 2015. ISSN 1948-5182. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25848459> >.

¹² FONSECA, J. C. [History of viral hepatitis]. *Rev Soc Bras Med Trop*, v. 43, n. 3, p. 322-30, 2010 May-Jun 2010. ISSN 1678-9849. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20563505> >.

¹³ THOMAS, E.; YONEDA, M.; SCHIFF, E. R. Viral hepatitis: past and future of HBV and HDV. *Cold Spring Harb Perspect Med*, v. 5, n. 2, p. a021345, Feb 2015. ISSN 2157-1422. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25646383> >.

¹⁴ ALESE, O. O. et al. Seroprevalence of Hepatitis B Surface Antigen and Occupational Risk Factors Among Health Care Workers in Ekiti State, Nigeria. *J Clin Diagn Res*, v. 10, n. 2, p. LC16-8, Feb 2016. ISSN 2249-782X. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27042489> >.

¹⁵ SINGH, A. E. et al. Factors associated with vaccine failure and vertical transmission of hepatitis B among a cohort of Canadian mothers and infants. *J Viral Hepat*, v. 18, n. 7, p. 468-73, Jul 2011. ISSN 1365-2893. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20546502> >.

¹⁶ ZUCCARO, O. et al. Clinical, epidemiological and virological features of acute hepatitis B in Italy. *Infection*, v. 43, n. 4, p. 431-41, Aug 2015. ISSN 1439-0973. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25697541> >.

¹⁷ DUDEMPUDI, A. T.; BERNSTEIN, D. E. Hepatitis B and C. *Clin Geriatr Med*, v. 30, n. 1, p. 149-67, Feb 2014. ISSN 1879-8853. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24267609> >.

Apesar de não ser uma característica comum a vírus envelopados, o HBV é extremamente resistente no meio ambiente¹⁸. Estudos que visavam reduzir custos de transporte de amostras biológicas para realização de técnicas de amplificação de ácido nucleico relataram a estabilidade HBV DNA em amostras de plasma a 37°C por mais de 28 dias e por pelo menos 7 dias a 42°C¹⁹.

Em relação à profilaxia, a vacinação é a mais importante das estratégias que se pode adotar contra a hepatite B²⁰. Ao longo das últimas três décadas, diferentes tipos de vacina foram utilizados. A primeira delas era derivada de plasma, com HBsAg purificado de amostras de pacientes com hepatite B crônica, mas havia grande preocupação em relação à transmissão parenteral de outras doenças²¹. Alguns anos depois se passou a utilizar a vacina de DNA recombinante que continha o HBsAg produzido por leveduras *Saccharomyces cerevisiae* geneticamente modificadas ou a partir de cultura de células mamíferos que possuíam o gene de síntese desta proteína viral²². Atualmente se utiliza, predominantemente, vacinas recombinantes derivadas de células de mamíferos²³, podendo ser administradas de forma monovalente ou em formulações combinadas para proteção contra outras doenças, entre elas: difteria, poliomielite, tétano, coqueluche e infecções por *Haemophilus influenzae* do tipo B 21.

Apesar da ótima eficácia da vacinação, uma pequena parcela da população não consegue ficar imune ao vírus através da vacinação. Entre os fatores interferentes está a idade. A eficácia da vacinação em crianças é superior a 95%, caindo para 90%

¹⁸ LEE, D. H. et al. Stabilized viral nucleic acids in plasma as an alternative shipping method for NAT. *Transfusion*, v. 42, n. 4, p. 409-13, Apr 2002. ISSN 0041-1132. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12076286>>.

¹⁹ ALMEIDA, R. W. et al. Hepatitis B virus DNA stability in plasma samples under short-term storage at 42°C. *Braz J Med Biol Res*, v. 48, n. 6, p. 553-6, Jun 2015. ISSN 1414-431X. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25790101>>.

²⁰ LOCARNINI, S. et al. Strategies to control hepatitis B: Public policy, epidemiology, vaccine and drugs. *J Hepatol*, v. 62, n. 1 Suppl, p. S76-86, Apr 2015. ISSN 1600-0641. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25920093>>.

²¹ MEIRELES, L. C.; MARINHO, R. T.; VAN DAMME, P. Three decades of hepatitis B control with vaccination. *World J Hepatol*, v. 7, n. 18, p. 2127-32, Aug 2015. ISSN 1948-5182. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26328023>>.

²² CHANG, M. H.; CHEN, D. S. Prevention of hepatitis B. *Cold Spring Harb Perspect Med*, v. 5, n. 3, p. a021493, Mar 2015. ISSN 2157-1422. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25732034>>.

²³ VITALITI, G. et al. Hepatitis B vaccine in celiac disease: yesterday, today and tomorrow. *World J Gastroenterol*, v. 19, n. 6, p. 838-45, Feb 2013. ISSN 2219-2840. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23430309>>.

em adultos jovens, 70% em indivíduos de 50 a 59 anos e em torno de 50% em indivíduos de 60 anos ou mais ²⁴. Além disto, algumas vacinas recombinantes produzidas a partir de cepas do genótipo A e D não produziram efeito protetor contra infecções por vírus de outros genótipos em alguns pacientes imunodeprimidos ¹⁵. Sabe-se ainda que o tabagismo, obesidade, *diabetes mellitus*, uso de corticosteroides, insuficiência renal crônica e infecção pelo HIV são algumas das outras causas interferentes no sucesso da resposta vacinal ²⁴. Há também um estudo que sugere que o consumo de glúten durante o período de vacinação pode prejudicar a soroconversão em indivíduos com doença celíaca ²³. Por fim, vale ressaltar que existem variantes virais mutantes para a proteína HBsAg que são capazes de causar infecção mesmo em indivíduos vacinados ^{11 22}.

HBV e a hepatite B no mundo

Estima-se que em todo mundo existam em torno de 2 bilhões de indivíduos infectados pelo HBV, 257 milhões de portadores crônicos do vírus, 4 milhões de novos casos sintomáticos e entre 600 mil a 1 milhão de óbitos anuais por complicações hepáticas associadas à hepatite B ^{3 4}, colocando a doença na 15ª posição no ranking de causas de mortalidade ^{16 20}. Na América Latina estima-se que 7-12 milhões de indivíduos estejam cronicamente infectados com o HBV ⁸.

As áreas mais afetadas pela doença no planeta são o sudeste asiático, África Subsaariana, Oceania e bacia Amazônica ²⁵. As diferenças globais de endemicidade da hepatite B podem ser observadas na **Figura 1**.

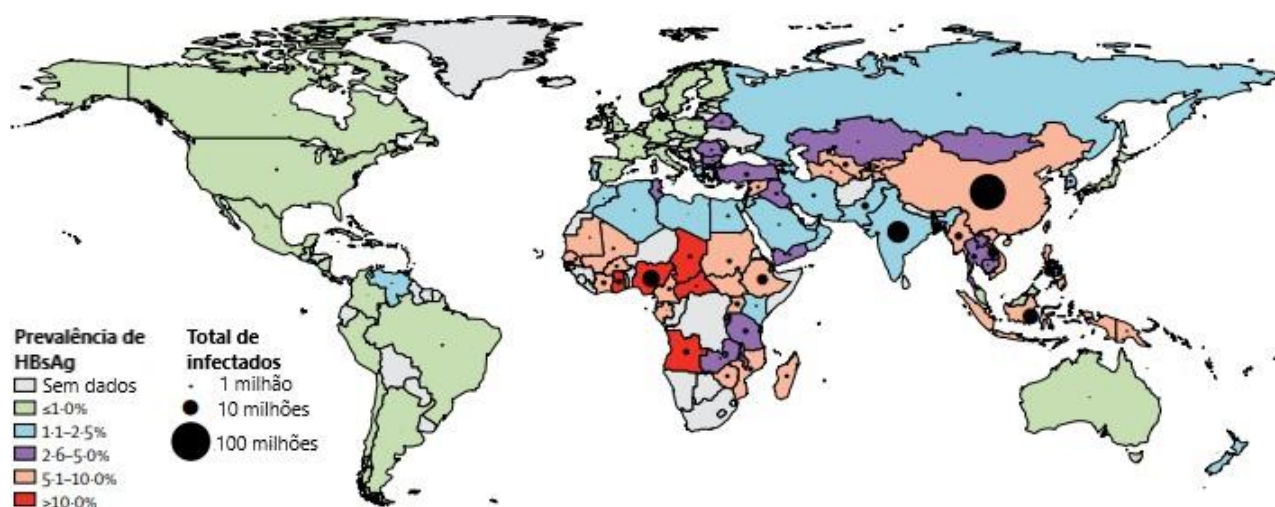
Mesmo em uma similar faixa de endemicidade, as principais vias de transmissão do HBV variam de acordo com a região analisada. Na Itália, por exemplo, há um grande impacto da transmissão sexual do vírus, especialmente envolvendo o genótipo A, porém a epidemiologia molecular do país tem sido alterada pelo intenso fluxo imigratório causado pelo deslocamento de refugiados ¹⁶.

²⁴ MORAES, J. C.; LUNA, E. J.; GRIMALDI, R. A. Immunogenicity of the Brazilian hepatitis B vaccine in adults. *Rev Saude Publica*, v. 44, n. 2, p. 353-9, Apr 2010. ISSN 1518-8787. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20339636>>.

²⁵ SOUTO, F. J. Distribution of hepatitis B infection in Brazil: the epidemiological situation at the beginning of the 21 st century. *Rev Soc Bras Med Trop*, v. 49, n. 1, p. 11-23, Feb 2016. ISSN 1678-9849. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26689276>>.

Contrastando com este cenário, um estudo realizado na Polônia revela que as atividades sexuais de risco foram classificadas como a possível via de transmissão do vírus em apenas 4 a 6% dos indivíduos analisados, sendo a transmissão nosocomial considerada bem mais relevante neste país ²⁶. Já nos EUA foi observado que uso de drogas e a exposição ocupacional têm maior contribuição na incidência de casos agudos da doença ²⁷.

Figura 1 – Prevalência mundial de casos de hepatite B de acordo com detecção de HBsAg



Fonte: Adaptado de The Polaris Observatory (Collaborators, 2018)

Apesar de a vacinação não ser capaz de erradicar por si só a hepatite B (pelos motivos já descritos anteriormente), sua utilização está associada a grande sucesso na redução do número de casos da doença em países que a implementaram em seus programas de imunização. O exemplo mais descrito na literatura é o de Taiwan, onde 90% dos homens da faixa de 40 anos eram portadores do vírus e, após 25 anos de fornecimento constante da vacina à população, esse índice caiu para 15%. Também foram observadas redução na transmissão vertical, câncer hepático e outras complicações hepáticas associadas ao HBV 21 22. Após recomendações da OMS

²⁶ PIWOWAROW, K.; STĘPIEŃ, M. Hepatitis B in Poland in 2013. *Przegl Epidemiol*, v. 69, n. 2, p. 251-6, 371-4, 2015. ISSN 0033-2100. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26233082> >.

²⁷ IQBAL, K. et al. Epidemiology of Acute Hepatitis B in the United States From Population-Based Surveillance, 2006-2011. *Clin Infect Dis*, v. 61, n. 4, p. 584-92, Aug 2015. ISSN 1537-6591. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25904365> >.

para vacinação universal, pôde-se observar um aumento no número de países que passaram a disponibilizar a vacina para a população. Em 1992 eram apenas 31 países, enquanto que em 2012 já havia um total de 194 países/regiões que haviam aderido ao programa de imunização contra o HBV, com cobertura média de 79% das crianças 4.

Além desta medida, para controlar a hepatite B no mundo são necessários o diagnóstico e tratamento dos indivíduos cronicamente infectados e interrupção das atuais vias de transmissão, especialmente a transmissão vertical em países altamente endêmicos³. Essas medidas são de extrema relevância, uma vez que 75% dos indivíduos infectados não sabem que portam o vírus e a busca ativa dos casos da doença é inadequada ou inexistente na maior parte dos países 20.

Em relação ao tempo necessário para implementação de medidas para eliminação de casos fatais relacionados ao HBV, a realidade é bastante heterogênea. Modelos matemáticos apontavam que o oeste europeu, por exemplo, poderia ter alcançado este objetivo ainda em 2017, enquanto que regiões da África subsaariana podem não alcançar a redução de mortalidade desejada nem mesmo em 2090, caso sejam mantidas as políticas de intervenção atuais 3.

HBV e hepatite B no Brasil

No final do século 20 o Brasil apresentava uma endemicidade moderada para a hepatite B, com distribuição heterogênea. O número de casos aumentava do sul para o norte do país, sendo a região Amazônica a localidade de maior prevalência da infecção, especialmente no Acre, sul do estado do Amazonas, Rondônia, Pará e noroeste de Mato Grosso ^{28 29}.

De 2007 a 2017 foram notificados 19.952 casos agudos no Brasil, sendo São Paulo e Paraná os principais estados notificadores, assim como são os estados que

²⁸ BENSABATH, G.; BOSHELL, J. [Presence of Australian (Au) antigen in population groups of the interior of the State of Amazonas, Brazil]. *Rev Inst Med Trop Sao Paulo*, v. 15, n. 5, p. 284-8, 1973 Sep-Oct 1973. ISSN 0036-4665. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/4789187> >.

²⁹ SANTOS, E. O. et al. [Diagnosis of health conditions in a pan-mining community in the Tapajós River Basin, Itaituba, Par , Brazil, 1992]. *Cad Saude Publica*, v. 11, n. 2, p. 212-25, 1995 Apr-Jun 1995. ISSN 0102-311X. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14528328> >.

possuem maior quantidade de portadores crônicos da doença ³⁰. A hepatite causada pelo HBV é a segunda mais importante notificada no país dentre as causadas pelos cinco vírus hepatotrópicos principais e infecta principalmente homens, indivíduos brancos e de baixa escolaridade ³¹.

Em relação a epidemiologia molecular, sabe-se que o genótipo A predomina no país. Este genótipo provavelmente se estabeleceu no Brasil a partir da população negra que foi trazida escrava durante o período colonial ³². Também são encontrados os genótipos D e F, sendo este último mais prevalente em comunidades indígenas ³².

A vacina contra a hepatite B foi inicialmente administrada na área endêmica da Amazônia ocidental em 1989, sendo implementada na rede básica de saúde dos estados que englobam esta região em 1991, disponibilizada a nível nacional em 2004 para crianças e adolescentes e para indivíduos até 39 anos a partir de 2013 ³³.

Esta disponibilidade tardia da vacina fez com que a cobertura média de terceira dose na população em geral fosse baixa na análise feita de 2004 a 2013, conforme pode ser observada na **Figura 2**.

Atualmente a vacina é fornecida gratuitamente até mesmo para a população maior de 49 anos. A ampliação da cobertura vacinal contribuiu para que o país evoluísse para um baixo nível de endemicidade da doença, apesar de ainda existirem populações de difícil acesso, como os usuários de drogas e os profissionais do sexo ³⁴.

³⁰ _____. SINAN NET – DATASUS. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=29878153>>. Acesso em 06/04/2019.

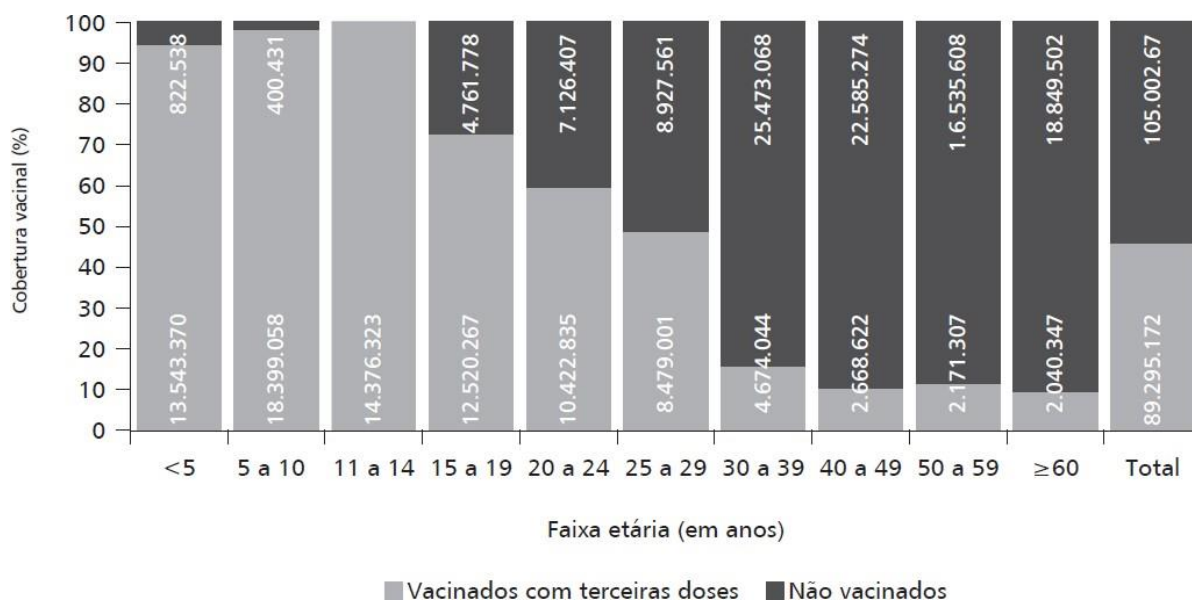
³¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico de hepatites virais. 2018 Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2018> >

³² CRISPIM, M. A. et al. Molecular epidemiology of hepatitis B and hepatitis delta viruses circulating in the Western Amazon region, North Brazil. BMC Infect Dis, v. 14, p. 94, Feb 2014. ISSN 1471-2334. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24555665> >.

³³ SAÚDE, S. D. V. E. Programa Nacional de Imunizações: aspectos históricos dos calendários de vacinação e avanços dos indicadores de coberturas vacinais, no período de 1980 a 2013.: Ministério da Saúde. 46 2015.

³⁴ MALTA, M. et al. Behavior and major barriers faced by non-injectable drug users with HBV/HCV seeking treatment for hepatitis and drug addiction in Rio de Janeiro, Brazil. Cien Saude Colet, v. 16, n. 12, p. 4777-86, Dec 2011. ISSN 1678-4561. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22124917> >.

Figura 2 - Número de terceiras doses aplicadas, de não vacinados acumulados no período e de coberturas vacinais com a vacina hepatite B na população geral por faixa etária em anos no Brasil, de 2004 a 2013



Fonte: Ministério da Saúde, 2015. (Saúde, 2015)

No entanto, como já mencionado anteriormente, a utilização da vacina como única medida profilática não é suficiente para erradicação da doença. No município de Lábrea, uma área altamente endêmica, a prevalência e incidência de hepatite B continuam elevadas mesmo anos após o início das campanhas de vacinação³⁵. Isto se deve provavelmente à transmissão vertical e transmissão horizontal precoce na infância, que tem grande impacto na região 32, pois não há efeito em se tentar imunizar um neonato que já nasce infectado pelo vírus ou uma criança que se infecta antes de receber a vacina.

Existe grande dificuldade de estimar a quantidade de portadores crônicos no país, pois a maioria dos trabalhos científicos não é realizada com a população em geral e sim com grupos de risco, tais como: indivíduos HIV positivos, hemodialisados, pacientes politransfundidos, indivíduos com outras doenças hepáticas crônicas ou infecções sexualmente transmissíveis, prisioneiros, profissionais do sexo e usuários de drogas²⁵

³⁵ BRAGA, W. S. et al. Prevalence of hepatitis B virus infection and carriage after nineteen years of vaccination program in the Western Brazilian Amazon. Rev Soc Bras Med Trop, v. 45, n. 1, p. 13-7, Feb 2012. ISSN 1678-9849. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22370822> >.

HBV e hepatite B no Rio de Janeiro.

De 2007 a 2017 o Rio de Janeiro notificou 1.334 casos agudos de hepatite B, sendo a capital responsável por 966 destes casos (72,41%) ³⁰.

Em estudo de marcadores da doença em doadores de sangue realizada de 1998 a 2005, observou-se um expressivo declínio tanto na prevalência de anti-HBc (marcador de contato prévio com vírus), de 6,12% para 2,05%, quanto de HBsAg, de 0,36% para 0,14%, sugerindo que o estado tem uma baixa prevalência de hepatite B, apesar de este grupo amostral não ser representativo da população em geral ³⁶. Outra publicação de estudo mais recente realizado com estudantes universitários também mostrou baixa prevalência de HBsAg em indivíduos com maior nível de escolaridade (com mais de 11 anos de estudo). Foi observado que sexo, idade e etnia/raça foram variáveis diretamente relacionadas à infecção pelo HBV, nos quais homens negros de maior idade tem 3,28 vezes mais chance de serem anti-HBc positivos quando comparados aos demais grupos analisados e, em relação ao estado vacinal e de imunidade desta população, observou-se que aproximadamente 50% do total de participantes da pesquisa não possuíam um mínimo de 10UI/mL de dosagem de anti-HBs sérico ³⁷.

Podem ser considerados como população de maior risco de contrair a infecção homens com múltiplos parceiros sexuais que realizem sexo desprotegido ³⁸. Em concordância com estes achados, observou-se baixa prevalência de HBsAg e anti-HBc em crianças e adolescentes na região metropolitana do estado, o que pode ser atribuída principalmente ao sucesso da implementação da vacina contra hepatite B no calendário nacional de vacinação ³⁹. Entretanto, o baixo impacto da transmissão sexual nessa faixa etária também deve ser considerado.

³⁶ ANDRADE, A. F. et al. Seroprevalence of hepatitis B and C virus markers among blood donors in Rio de Janeiro, Brazil, 1998-2005. *Mem Inst Oswaldo Cruz*, v. 101, n. 6, p. 673-6, Sep 2006. ISSN 0074-0276. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17072482> >.

³⁷ PINTO, F. P. et al. Prevalence of hepatitis B and C markers in a population of an urban university in Rio de Janeiro, Brazil: a cross-sectional study. *Ann Hepatol*, v. 14, n. 6, p. 815-25, 2015 Nov-Dec 2015. ISSN 1665-2681. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26436353> >.

³⁸ LEWIS-XIMENEZ, L. L. et al. Risk factors for hepatitis B virus infection in Rio de Janeiro, Brazil. *BMC Public Health*, v. 2, p. 26, Nov 2002. ISSN 1471-2458. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12445329> >.

³⁹ VILLAR, L. M. et al. Low prevalence of hepatitis B and C virus markers among children and adolescents. *Biomed Res Int*, v. 2014, p. 324638, 2014. ISSN 2314-6141. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25093164> >.

CONCLUSÃO

A hepatite B ainda é um problema de saúde pública em nosso país. Apesar do sucesso das campanhas de vacinação em reduzir a prevalência de infecções pelo HBV, esta forma profilática, isoladamente, é insuficiente para a erradicação da doença. Considerando que a transmissão sexual é a mais relevante entre adultos, a conscientização da população sobre os riscos do contato sexual desprotegido deve ser intensificada, uma vez que indivíduos de maior escolaridade tendem a se expor menos ao vírus. Também se faz necessário aprimorar o atendimento às gestantes em locais de alta endemicidade, onde infelizmente o vírus ainda chega aos recém-nascidos antes da vacina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESE, O. O. et al. Seroprevalence of Hepatitis B Surface Antigen and Occupational Risk Factors Among Health Care Workers in Ekiti State, Nigeria. *J Clin Diagn Res*, v. 10, n. 2, p. LC16-8, Feb 2016. ISSN 2249-782X. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27042489> >.

ALMEIDA, R. W. et al. Hepatitis B virus DNA stability in plasma samples under short-term storage at 42°C. *Braz J Med Biol Res*, v. 48, n. 6, p. 553-6, Jun 2015. ISSN 1414-431X. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25790101> >.

ANDRADE, A. F. et al. Seroprevalence of hepatitis B and C virus markers among blood donors in Rio de Janeiro, Brazil, 1998-2005. *Mem Inst Oswaldo Cruz*, v. 101, n. 6, p. 673-6, Sep 2006. ISSN 0074-0276. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17072482> >.

BANDEIRA, D. M. Etiologias de casos de hepatites agudas e perfil epidemiológico dos casos de hepatite A atendidos no Ambulatório de Hepatites Virais da FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1997 a 2015. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2017

BENSABATH, G.; BOSHELL, J. [Presence of Australian (Au) antigen in population groups of the interior of the State of Amazonas, Brazil]. *Rev Inst Med Trop Sao Paulo*, v. 15, n. 5, p. 284-8, 1973 Sep-Oct 1973. ISSN 0036-4665. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/4789187> >.

BRAGA, W. S. et al. Prevalence of hepatitis B virus infection and carriage after nineteen years of vaccination program in the Western Brazilian Amazon. *Rev Soc Bras Med Trop*, v. 45, n. 1, p. 13-7, Feb 2012. ISSN 1678-9849. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22370822> >.

CHANG, M. H.; CHEN, D. S. Prevention of hepatitis B. *Cold Spring Harb Perspect Med*, v. 5, n. 3, p. a021493, Mar 2015. ISSN 2157-1422. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25732034> >.

COLLABORATORS, P. O. Global prevalence, treatment, and prevention of hepatitis B virus infection in 2016: a modelling study. *Lancet Gastroenterol Hepatol*, v. 3, n. 6, p. 383-403, Jun 2018. ISSN 2468-1253. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29599078> >.

CRISPIM, M. A. et al. Molecular epidemiology of hepatitis B and hepatitis delta viruses circulating in the Western Amazon region, North Brazil. *BMC Infect Dis*, v. 14, p. 94, Feb 2014. ISSN 1471-2334. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24555665> >.

CROAGH, C. M.; DESMOND, P. V.; BELL, S. J. Genotypes and viral variants in chronic hepatitis B: A review of epidemiology and clinical relevance. *World J Hepatol*, v. 7, n. 3, p. 289-303, Mar 2015. ISSN 1948-5182. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25848459> >.

DUDEMPUDI, A. T.; BERNSTEIN, D. E. Hepatitis B and C. *Clin Geriatr Med*, v. 30, n. 1, p. 149-67, Feb 2014. ISSN 1879-8853. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24267609> >.

FONSECA, J. C. [History of viral hepatitis]. *Rev Soc Bras Med Trop*, v. 43, n. 3, p. 322-30, 2010 May-Jun 2010. ISSN 1678-9849. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20563505> >.

ICTV. ICTV Taxonomy History for Hepatitis B virus 2016.

IQBAL, K. et al. Epidemiology of Acute Hepatitis B in the United States From Population-Based Surveillance, 2006-2011. *Clin Infect Dis*, v. 61, n. 4, p. 584-92, Aug 2015. ISSN 1537-6591. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25904365> >.

LEE, D. H. et al. Stabilized viral nucleic acids in plasma as an alternative shipping method for NAT. *Transfusion*, v. 42, n. 4, p. 409-13, Apr 2002. ISSN 0041-1132. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12076286> >.

LEWIS-XIMENEZ, L. L. et al. Risk factors for hepatitis B virus infection in Rio de Janeiro, Brazil. *BMC Public Health*, v. 2, p. 26, Nov 2002. ISSN 1471-2458. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12445329> >.

LOCARNINI, S. et al. Strategies to control hepatitis B: Public policy, epidemiology, vaccine and drugs. *J Hepatol*, v. 62, n. 1 Suppl, p. S76-86, Apr 2015. ISSN 1600-0641. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25920093> >.

MALTA, M. et al. Behavior and major barriers faced by non-injectable drug users with HBV/HCV seeking treatment for hepatitis and drug addiction in Rio de Janeiro, Brazil. *Cien Saude Colet*, v. 16, n. 12, p. 4777-86, Dec 2011. ISSN 1678-4561. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22124917> >.

MEIRELES, L. C.; MARINHO, R. T.; VAN DAMME, P. Three decades of hepatitis B control with vaccination. *World J Hepatol*, v. 7, n. 18, p. 2127-32, Aug 2015. ISSN 1948-5182. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26328023> >.

MORAES, J. C.; LUNA, E. J.; GRIMALDI, R. A. Immunogenicity of the Brazilian hepatitis B vaccine in adults. *Rev Saude Publica*, v. 44, n. 2, p. 353-9, Apr 2010. ISSN 1518-8787. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20339636> >.

NAYAGAM, S. et al. Requirements for global elimination of hepatitis B: a modelling study. *Lancet Infect Dis*, Sep 2016. ISSN 1474-4457. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27638356> >.

NEUVEUT, C.; WEI, Y.; BUENDIA, M. A. Mechanisms of HBV-related hepatocarcinogenesis. *J Hepatol*, v. 52, n. 4, p. 594-604, Apr 2010. ISSN 1600-0641. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20185200> >.

OLINGER, C. M. et al. Possible new hepatitis B virus genotype, southeast Asia. *Emerg Infect Dis*, v. 14, n. 11, p. 1777-80, Nov 2008. ISSN 1080-6059. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18976569> >.

PINTO, F. P. et al. Prevalence of hepatitis B and C markers in a population of an urban university in Rio de Janeiro, Brazil: a cross-sectional study. *Ann Hepatol*, v. 14, n. 6, p. 815-25, 2015 Nov-Dec 2015. ISSN 1665-2681. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26436353> >.

PIWOWAROW, K.; STEPIEŃ, M. Hepatitis B in Poland in 2013. *Przegl Epidemiol*, v. 69, n. 2, p. 251-6, 371-4, 2015. ISSN 0033-2100. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26233082> >.

SANTOS, E. O. et al. [Diagnosis of health conditions in a pan-mining community in the Tapajós River Basin, Itaituba, Par , Brazil, 1992]. *Cad Saude Publica*, v. 11, n. 2, p. 212-25, 1995 Apr-Jun 1995. ISSN 0102-311X. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14528328> >.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico de hepatites virais. 2018. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2018> > Acesso em 06/04/2019.

_____. SINAN NET – DATASUS. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=29878153>>. Acesso em 06/04/2019.

SAÚDE, S. D. V. E. Programa Nacional de Imunizações: aspectos históricos dos calendários de vacinação e avanços dos indicadores de coberturas vacinais, no período de 1980 a 2013.: Ministério da Saúde. 46 2015.

SINGH, A. E. et al. Factors associated with vaccine failure and vertical transmission of hepatitis B among a cohort of Canadian mothers and infants. *J Viral Hepat*, v. 18, n. 7, p. 468-73, Jul 2011. ISSN 1365-2893. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20546502> >.

SONG, J. E.; KIM, D. Y. Diagnosis of hepatitis B. *Ann Transl Med*, v. 4, n. 18, p. 338, Sep 2016. ISSN 2305-5839. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27761442> >.

SOUTO, F. J. Distribution of hepatitis B infection in Brazil: the epidemiological situation at the beginning of the 21 st century. *Rev Soc Bras Med Trop*, v. 49, n. 1, p. 11-23, Feb 2016. ISSN 1678-9849. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26689276> >.

STASI, C. et al. The epidemiological changes of HCV and HBV infections in the era of new antiviral therapies and the anti-HBV vaccine. *J Infect Public Health*, v. 9, n. 4, p. 389-95, 2016 Jul-Aug 2016. ISSN 1876-035X. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26148849> >.

TATEMATSU, K. et al. A genetic variant of hepatitis B virus divergent from known human and ape genotypes isolated from a Japanese patient and provisionally assigned to new genotype J. *J Virol*, v. 83, n. 20, p. 10538-47, Oct 2009. ISSN 1098-5514. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19640977> >.

THOMAS, E.; YONEDA, M.; SCHIFF, E. R. Viral hepatitis: past and future of HBV and HDV. *Cold Spring Harb Perspect Med*, v. 5, n. 2, p. a021345, Feb 2015. ISSN 2157-1422. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25646383> >.

VILLAR, L. M. et al. Low prevalence of hepatitis B and C virus markers among children and adolescents. *Biomed Res Int*, v. 2014, p. 324638, 2014. ISSN 2314-6141. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25093164> >.

VITALITI, G. et al. Hepatitis B vaccine in celiac disease: yesterday, today and tomorrow. *World J Gastroenterol*, v. 19, n. 6, p. 838-45, Feb 2013. ISSN 2219-2840. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23430309> >.

ZAMPINO, R. et al. Hepatitis B virus burden in developing countries. *World J Gastroenterol*, v. 21, n. 42, p. 11941-53, Nov 2015. ISSN 2219-2840. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26576083> >.

ZUCCARO, O. et al. Clinical, epidemiological and virological features of acute hepatitis B in Italy. *Infection*, v. 43, n. 4, p. 431-41, Aug 2015. ISSN 1439-0973. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25697541> >.

PEDAGOGIA

Como citar: MARTINS, Ana Carolina Braga de Almeida e FERREIRA, Raquel Ondeza, *Maria Montessori e suas valiosas contribuições para a educação*. In: Revista Digital Simonsen, nº10, maio, 2019. Disponível em www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

MARIA MONTESSORIE SUAS VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

POR: ANA CAROLINA BRAGA DE ALMEIDA MARTINS⁴⁰

RAQUEL ONDEZA FERREIRA⁴¹

40 Formada em Licenciatura plena no curso de Geografia da Faculdades Integradas Simonsen, concluinte no curso de Licenciatura plena em Pedagogia pela mesma instituição. Formada no Curso de Formação de Professores no Colégio Realengo (RJ).

41 Concluinte no curso de Licenciatura plena em Pedagogia pela Faculdades Integradas Simonsen. Formada no Curso de Formação de Professores no Colégio Realengo (RJ).

RESUMO: Nascida no século XIX, Maria Montessori foi uma mulher à frente do seu tempo. Foi a primeira médica a se formar na Itália, pedagoga, educadora, mãe solteira, oriunda de uma família conservadora. Revolucionou a educação, criando um método no qual a criança era o centro de todo o processo de ensino aprendizagem e que valorizava os interesses dos alunos. Iniciou seus experimentos com crianças tidas como especiais, dentro de hospitais psiquiátricos, e após enorme sucesso com essas crianças, estendeu esta forma de educação às demais. Este método baseia-se na utilização de recursos simples e de baixa complexidade e custo. Montessori viveu até a metade do século XX, sofreu com o machismo e o fascismo de Mussolini. Viveu na Itália, na Índia e na África; morreu na Holanda, como cidadã do mundo, tendo sido enterrada num cemitério para crianças e se eternizado como a mulher que revolucionou o ensino na educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Educação; Método; Montessori; Montessoriano.

RESUMEN: Nacida en el siglo XIX, Maria Montessori fue una mujer precursora. Fue la primera médica a graduarse en Italia, pedagoga, educadora, madre sola, oriunda de una familia conservadora. Revolucionó la educación al crear un método en el cual el niño era la clave de todo el proceso de enseñanza aprendizaje y que valoraba las añoranzas de los estudiantes. Empezó sus experimentos con niños considerados especiales, dentro de hospitales psiquiátricos y, tras gran éxito con ellos, extendió esta forma de educación a los demás. Este método se basa en la utilización de recursos sencillos y de baja complejidad y coste. Montessori vivió hasta la mitad del siglo XX y sufrió con el machismo y el fascismo de Mussolini. Vivió en Italia, India y en África; murió en Holanda, como ciudadana del mundo, siendo sepultada en un cementerio para niños y perpetuándose como la mujer que revolucionó la enseñanza en la educación infantil.

PALABRAS-CLAVE: aprendizaje; educación; método; montessori; montessoriano.

INTRODUÇÃO

Neste artigo será apresentada uma pesquisa a fim de conhecer melhor o **Método Montessoriano**, tanto no âmbito familiar quanto no escolar. Maria Montessori foi uma educadora que desenvolveu um método educacional onde é primordial a criança experimentar para aprender. Montessori ensina maneiras tanto para a educação da criança em casa, através dos pais, quanto na escola, através dos professores. Quando Montessori afirma que o “potencial de aprender está dentro de cada um”, só nos reforça a ideia de que pais e professores são apenas mediadores e facilitadores da aprendizagem.

Com todas as suas pesquisas, Montessori percebeu que já nascemos prontos, com a capacidade de ensinarmos a nós mesmos e que só precisamos de estímulos adequados para que essa aprendizagem aconteça. Já desde a primeira infância, o método nos orienta a permitir que as crianças possam experimentar possibilidades de aprendizado – entendido por ela como tudo que a criança vivencia - pois em qualquer circunstância a criança estará aprendendo. Essas crianças, ainda muito pequenas, começam a aprender através dos sentidos: olfato, audição, paladar e tato.

Por isso a importância de propiciarmos a criança as condições de experimentarem as situações desde a primeira infância. A base da teoria é a liberdade, a individualidade e a independência. Montessori acredita que a criança, estando em um ambiente adequado e confiante em si mesma, começa a criar meios para solucionar suas dificuldades e, com isso, inicia o processo de aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Em 31 de agosto de 1870, em Chiaravalle, na Itália, nascia Maria Tecla Artemisia Montessori (Figura 1), que se tornaria mundialmente conhecida por Maria Montessori. De família conservadora, filha de Alessandro Montessori, oficial do ministério das finanças, operário em uma fábrica de tabaco, e Renilde Stoppani, uma típica dona de casa da época.

Figura 1: Maria Montessori.



Fonte: <https://montessorischool.com.br/metodo-montessori/>

Montessori, desde muito pequena, apresentou seu interesse pelas matérias científicas, principalmente a biologia e a matemática, desagradando a seus pais que sonhavam que Maria fosse professora, profissão esta muito valorizada na época, exercida por mulheres que não desejavam ser apenas donas de casa.

Em 1883, foi matriculada na Regia Scuola Tecnica Buonarroti, em Roma, onde, mesmo na condição de aluna, Montessori percebeu que a dinâmica proposta pela escola anulava a individualidade de cada aluno, uma vez que todos deviam aprender os conteúdos da mesma maneira, a dinâmica das aulas era monótona e rígida, o que se configurava num ensino que não envolvia observações e experiências já adquiridas pelo aluno.

Nesta fase de sua vida, Montessori precisou lidar com pressões na escola para que se enquadrasse ao modelo de ensino aplicado à época, e tendo a influência positiva da mãe, que tinha uma mente aberta ao processo de modernização e era

considerada uma mulher liberal, apesar do forte apego religioso, teve agregada a sua infância uma vivência muito mais criativa quanto à aprendizagem, quando ambas estudavam juntas em casa após as aulas, proporcionando assim uma experiência diferente da vida em sala, de um modo de ensino rígido, o que pode ter sido a primeira experiência para contribuir para suas convicções futuras sobre a arte de ensinar. (TEZZARI, 2009)

Em 1892, aos 22 anos, contrariando os desejos de seus pais, Montessori ingressa na faculdade de medicina da universidade de Roma. Sempre apresentando ótimos desempenhos nas notas, acaba por receber bolsa da universidade, o que dá a ela a oportunidade de se emancipar dos pais. Poucos anos depois, revolucionando os padrões culturais de seu tempo, forma-se doutora em medicina, e se torna a primeira mulher médica italiana e a segunda da Europa. Como na época mulheres não podiam ter seu próprio consultório e nem dar consultas a homens, Maria resolve trabalhar na ala psiquiátrica num hospital público, e é quando em meio a suas atribuições, esbarra dentro do hospital com uma mulher que alimentava várias crianças de forma desumana. Essas eram chamadas à época de idiotas/retardadas, pois apresentavam necessidades especiais diversas.

Ao se interessar por essas crianças com deficiência mental, Montessori mergulha nos projetos e tratamentos desenvolvidos pelo método de Édouard Séguin⁴² (1812-1880) que se utiliza do estudo individual de cada uma das crianças, por meio da observação, levando em consideração os aspectos fisiológicos e psíquicos como base para propor uma pedagogia experimental que auxiliasse essas crianças em seu desenvolvimento. O tratamento tornava as crianças hábeis a participar das instituições de ensino, atingindo a integração social.

Para Montessori, a obra de Séguin fornecia o que ela denominava de “a chave secreta” que permitia penetrar o espírito da criança “retardada”: o amor. Com essa ideia, ela rompe um dos preceitos da ciência positivista, que era a postura neutra e distante em relação ao objeto por parte do cientista. Nesse momento, ela compreendeu que a deficiência não era exclusivamente um problema médico, mas preponderantemente um problema pedagógico.

⁴²Psiquiatra americano nascido na França que foi pioneiro em métodos educacionais modernos para ensinar deficientes intelectuais graves. Em 1839, Séguin abriu a primeira escola do mundo para deficientes físicos intelectuais, onde desenvolveu um método de tratamento, depois amplamente aceito, baseado na premissa então revolucionária de que os deficientes intelectuais não tinham nem cérebro doente nem anormal, mas simplesmente sofriam de desenvolvimento mental antes, durante ou após o nascimento. O tratamento, portanto, consistia em treinamento sensorial projetado para permitir que o paciente funcionasse o melhor possível na sociedade.

Assim, passou a estudar os métodos existentes para educar crianças com deficiência mental. (TEZZARI, 2009)

Ainda trabalhando na ala psiquiátrica do hospital, Montessori pede autorização do diretor para desenvolver atividades com essas crianças e, em 1898, com suas ideias mais consolidadas, apresenta um trabalho em que acastela no Congresso Médico Nacional, em Turim, na Itália, a tese da educação moral, que demonstrava que a causa principal dos distúrbios apresentados por essas crianças, a respeito do comportamento e da aprendizagem, era na verdade, a falta de um ambiente que estimulasse um desenvolvimento adequado, e portanto, precisavam muito mais de um bom método pedagógico do que da medicina. No ano seguinte, Montessori apresenta num Congresso Nacional de Pedagogia uma pesquisa sobre a visão social e econômica baseada em medidas educacionais.

Então em 1899, se envolve com a “Liga para educação de crianças com retardo”, onde conhece Giuseppe Montesano⁴³, e os dois são convidados pelo professor Guido Baccelli⁴⁴, fundador do Instituto Ortofrênico⁴⁵ de Roma, para serem os diretores desta instituição, que servia à priori para treinamento de professores, mas que passou a destinar uma sala para crianças retiradas dos asilos por Montessori e Montesano, e se tornaram alunos e objetos de pesquisa. Na instituição, Montessori teve a oportunidade de pela primeira vez observar o comportamento dessas crianças, e perceber que elas se interessavam pelo que pudessem sentir, então, baseada nos estudos de Séguin, Montessori resolve utilizar seus materiais sensoriais. Foi então, que através da observação dessas crianças iniciou o processo de desenvolvimento de seus materiais, que hoje são conhecidos como os materiais pedagógicos montessorianos (figura 2). Através do uso deles, as crianças, antes tidas como incapazes, se desenvolveram tão bem que, Montessori, que adorava arriscar-se, inscreveu-as nos testes nacionais de educação da Itália, antes apenas destinados a crianças tidas normais. Para sua surpresa, suas crianças, com as mais variadas

43Psicólogo, Psiquiatra e acadêmico italiano. Foi considerado um dos fundadores da [psicologia infantil](#) e da [neuropsiquiatria](#) italianas.

44Um [médico](#) e [estadista](#) italiano. Um dos mais renomados médicos italianos do final do século XIX, foi ministro da Educação do então jovem [Reino da Itália](#) por seis vezes e um ano ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi um dos pioneiros italianos no uso do [estetoscópio](#) - as pessoas comuns frequentemente se referiam a ele como “o médico que examina os doentes com a trombeta”. Em particular, ele ficou famoso quando administrou [oxigênio](#) ao rei italiano [Victor Emmanuel II](#), prolongando sua vida por alguns dias durante sua última doença, uma [pneumonia](#) severa.

45Ortofrenia é o nome que se dava aos processos de tratamento das necessidades especiais apresentadas pelas crianças.

dificuldades de aprender, se saíram bem melhor que boa parte da população italiana, com cognição perfeita e educada em escolas normais.

Figura 02: Maria Montessori observando as crianças experimentarem o material sensorial.



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46477332>.

Deslumbrada com o desempenho de suas crianças, Montessori começa a se questionar sobre o que há de errado com as escolas tradicionais, nas quais as crianças teriam tudo para obterem os melhores resultados, tivessem tido resultados inferiores aos de suas crianças, que em quaisquer atividades apresentavam enorme dificuldade.

Compreende-se aqui, nas palavras de MONTESSORI que:

“A ideia de que uma “nova educação” surgia no mundo pedagógico ainda não havia conseguido impor-se, nem tampouco se admitia que uma nova educação pudesse elevar as crianças deficientes a um nível superior. Muito menos se compreendia que um método educativo capaz de elevar o nível mental dos deficientes pudesse, também, ser utilizado para as crianças normais.” (1965, p. 30)

Em 1901, Montessori deixa o Instituto Ortofrênico e inicia seus estudos em Pedagogia, carreira pela qual sempre dizia não estar interessada, mas que o destino a guiava: **o ensino**. Este também é o ano em que, provavelmente, nasce Mario Montessori, seu único filho, de uma relação apaixonada com Montesano, ainda no instituto ortofrênico, mas que não teve futuro, pois anos depois ele se casa com outra mulher e não com Montessori. Sua gestação se deu sem que muito fosse comentado, e após dar à luz, sem o apoio de Montesano, Maria entrega seu filho, ainda bebê, para ser criado por uma família no campo como se fosse um de seus filhos. Somente já

adolescente, aos 15 anos, Mário Montesano Montessori foi saber quem era sua verdadeira mãe.

A partir de 1904, Montessori passa a se dedicar as áreas de Psicologia e Filosofia, e torna-se professora titular na universidade de Roma, ministrando aulas de Antropologia.

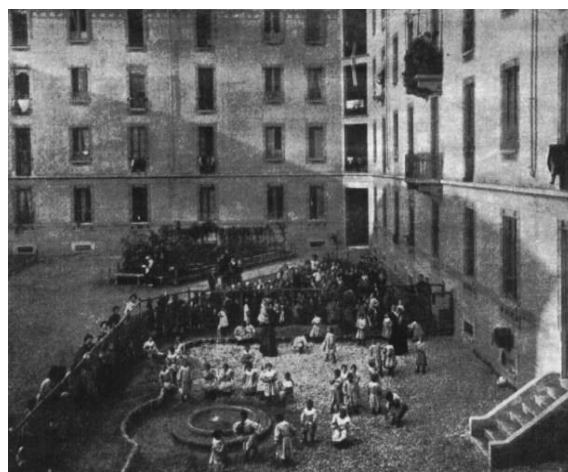
Quando uma empreiteira associada ao governo de Roma inicia a construção de um conjunto habitacional popular e percebe a necessidade de se confinar as crianças num espaço para que não sujassem ou destruíssem a obra comprada pelo poder público, em 06 de janeiro de 1907 Montessori é convidada a desenvolver um projeto educacional no local. Neste momento é que a educação se materializa em sua vida e funda a primeira *Casa dei Bambini* (Figuras 3 e 4) – Lar das Crianças ou Casa das Crianças – em San Lorenzo na Itália. O que fora criado para ser uma creche, destinada a atender crianças dos três aos sete anos, subalimentadas e desocupadas deste bairro pobre e de classe proletária, se tornaria o palco da maior revolução educacional no mundo. Esse espaço era destinado a atender não somente crianças com deficiência, mas todas as outras crianças, com o objetivo de que aprendessem a ler e a escrever.

Figura 3: Fachada da primeira Casa dei Bambini



Fonte: www.roma2pass.it/casa-dei-bambini-in-via-dei-marsi/

Figura 4: Primeira Casa dei Bambini (Itália)



Fonte: [/larmontessori.com/maria-montessori/](http://larmontessori.com/maria-montessori/)

A casa fora montada com mobiliário de segunda mão, sujo e já bastante desgastado. Para adequá-los às suas propostas, Montessori mandou cortar os pés de todos os móveis para deixá-los à altura das crianças, e como não tinha muitos recursos para desenvolver seus materiais pedagógicos, a princípio disponibilizou para

as crianças itens como baldes, balanças, mangueiras, vassouras e objetos da vida cotidiana, retirou as portas dos armários para que os itens ficassem visíveis às crianças, para que elas pudessem escolher o que usariam e quando usariam. Montessori queria que este fosse um espaço de real aprendizado, com crianças plenas e felizes, como retratado na passagem do livro de (POLLARD, 1993, p. 7):

“Àquela época, tanto na Itália quanto em todos os outros países, as escolas eram locais onde as crianças eram mais treinadas do que ensinadas. A matéria se aprendia decorando e era repetida pelos alunos como se fossem papagaios que imitassem o professor. Crianças que não aprendiam rápido eram comumente taxadas de preguiçosas (...) os alunos sentavam-se eretos em suas carteiras e não tinham o direito de se mexer até que lhes fosse permitido. Falar era proibido. Se alguma criança tivesse interesse suficiente por um assunto a ponto de fazer uma pergunta ao professor, era mandada ficar quieta.”

A partir da criação da casa, Montessori, dá continuidade aos seus trabalhos de observação, as crianças fazem uso do ambiente e dos materiais disponíveis para uso, encomenda um aparato didático e orienta que as professoras não ensinem as crianças, mas que apenas tomem conta delas enquanto elas próprias escolhem as atividades e descobrem por si mesmas o que pode ser feito com aqueles materiais, deste modo se disciplinariam através de tentativas e erros. Assim, caracteriza Montessori (1965) que “a educação é um processo natural levado cabo espontaneamente pelo ser humano e se adquire não ouvindo palavras, mas por experiências com o meio ambiente”.

Ainda no ano de 1907, em 7 de abril, devido à grande importância social e pedagógica, inaugura-se outra *Casa dei Bambini*, no mesmo quarteirão em San Lorenzo. Em 18 de outubro de 1908, outra casa se abre num quarteirão operário em Milão. Neste momento inaugura-se a Casa do Trabalho, local onde o material educativo planejado por Montessori era construído para ser distribuído às casas. Em novembro do mesmo ano, outro Lar das Crianças se difundia e era inaugurado em Roma, mas não mais num quarteirão operário, e sim num conjunto burguês e moderno. A partir daí as casas foram surgindo país a fora, até invadir toda Europa e conquistar outros continentes, e seu trabalho deixa de ser apenas uma série de experiências em educação, de uma única doutora, para tornar-se um movimento.

Em 1910, Maria Montessori publica na Itália seu primeiro e mais conhecido livro “Método da Pedagogia Científica”, que foi traduzido para mais de vinte idiomas. Nele ela contava suas experiências no hospital, nas casas das crianças e em toda sua

vida acadêmica. Ressalta que é através da **liberdade de expressão** que a criança manifesta as suas visões de mundo, ideias e dificuldades, e a partir disso, propicia seu autodesenvolvimento interligado ao mundo que vive.

Montessori confere um novo olhar dos adultos para as crianças, antes vistas sem valor algum perante a sociedade, rompe com paradigmas da educação e mostra que desde os primeiros anos de vida podem ser estimuladas a despertar para o conhecimento, pois é neste período que as crianças aprendem a falar, a jogar, criam hábitos, a imaginar, falar e conjugar verbos, e estas capacidades desenvolvidas na infância serão potencializadoras de aprendizagens futuras. Segundo Montessori (1967, p.10), “existe, portanto, uma força psíquica que ajuda o desenvolvimento da criança. E isto não apenas ao que se refere à língua, aos dois anos ela será capaz de reconhecer todas as pessoas e as coisas do seu ambiente”. Ela percebeu que a criança possui a competência de absorver a cultura para o seu desenvolvimento cognitivo, por isso objetivou desenvolver seu método as diversas dimensões individuais infantis, preocupando-se com as capacidades de tomada de atitudes e de resolução de problemas. Desta forma, a educação não é só apenas o que lhes é ensinado pelo professor às crianças, trata-se de um processo espontâneo e coletivo em que incorporam e aprendem na sua forma e no seu próprio tempo.

Como diziam alguns admiradores de Montessori na época, (POLLARD, 1993):

“As crianças pareciam começar a descobrir seu próprio caminho; em muitos dos objetos que haviam a princípio desprezado como brinquedos bobos, começaram a descobrir um interesse inusitado e, como resultado desse interesse, passaram a agir como indivíduos independentes.” Professora George, da primeira Escola Montessori nos EUA.

“O material não entra na vida da criança como uma tarefa difícil e proibitiva a ser cumprida, mas como uma porta através da qual a criança entra numa vida mais plena.” Dra. Helen Helming, diretora de uma escola de treinamento Montessori na Alemanha.

“Montessori (...) tem como objetivo criar ao redor da criança um mundo real e sensível e fazê-lo de forma que ela possa agir e trabalhar nesse mundo independentemente do adulto (...) executando atividades de verdade com responsabilidades de verdade. Em suma, a criança será capaz de tomar parte do mundo com tanta autenticidade e seriedade quanto o adulto.” Professor K. Gerharsd, Um tributo à educação montessoriana.

Maria Montessori passa a ter reconhecimento internacional, através da abertura das casas na Espanha, na Áustria, o método se alastra e ela dá início a sua primeira peregrinação por diversos continentes para ministrar cursos de formação de professores e conferências.

Em 1929 a Associação Montessori Internacional (AMI) é fundada em Berlim, e o primeiro Congresso Internacional Montessori se realiza em Elsinore, na Dinamarca. A AMI tem por objetivo visitar as atividades de escolas e sociedades por todo mundo e supervisionar o treinamento de professores. Em 1930 é aberta uma filial britânica da AMI.

Devido a guerra, em 1934, Montessori sofre pressões de Mussolini e é forçada a deixar a Itália, indo viver na Espanha. Em 1939 começa a Segunda Guerra Mundial e Montessori vai morar na Índia, já então com 69 anos, lá forma vários professores com seu método científico para educar crianças.

Em 1949 visita o Paquistão, França, Itália, Áustria, Grã-Bretanha, Irlanda realizando conferências e lança “A mente absorvente”, neste mesmo ano é indicada ao Prêmio Nobel da Paz. Um ano depois dá palestras na Noruega e na Suécia, fala na conferência sobre educação das Nações Unidas em Florença, na Itália, sobre o “Ano Internacional da Criança” e é de novo indicada a Prêmio Nobel da Paz. Em 1951 é indicada novamente ao Prêmio Nobel da Paz.

Aos 81 anos, em 6 de maio de 1952, na Holanda, sofre uma hemorragia cerebral e morre na companhia de seu filho Mario Montessori, a quem deixou o legado de todo o seu trabalho.

Na contemporaneidade as descobertas de Maria Montessori ainda são comumente utilizadas, de acordo com a Organização Montessori no Brasil (OMB), há mais de 50 escolas que utilizam os métodos montessorianos no Brasil. E não só as instituições formais de educação abraçaram o método, muitas famílias tem aderido à metodologia para educar seus filhos desde o nascimento. Em casa, as famílias criam o ambiente Montessori nos quartos e cantinhos, para que as crianças desenvolvam liberdade, disciplina, independência, autoresponsabilidade, e assim, possam aprender e crescer como pessoas independentes e “pensantes”. Não apenas transformar o ambiente é suficiente para desenvolvimento da criança, é necessário que ela se prepare para ser uma família montessoriana e assim possa realmente desenvolver a criança de maneira plena. As contribuições de Maria Montessori foram inúmeras, no âmbito acadêmico e por consequência na vida de várias crianças. Destacamos (Quadro 1) dez dos valiosos princípios para educar crianças felizes através do método de quem descobriu a criança.

Quadro 1: Valiosas contribuições de Montessori em âmbito escolar e domiciliar.

Princípios	Na escola	Em casa
1. Ambiente e ordem	A sala de aula precisa estar organizada de forma que as crianças consigam ter acesso aos materiais. Livros e brinquedos necessitam estar organizados por cores, temas etc. com facilidade de acesso.	Os pais precisam organizar o quarto das crianças sempre com mobiliários que estejam ao alcance das crianças. Brinquedos precisam ficar em prateleiras que elas consigam manusear.
2. Movimento e aprendizagem	Na sala de aula precisa haver um momento que as crianças tenham atividades que exijam delas maior concentração. Atividades de movimento também estimulam a concentração e a coordenação motora.	É fundamental que toda criança tenha o tempo para brincar, assim os pais precisam separar alguns momentos do dia para que a criança possa brincar.
3. Livre escolha	Na sala de aula a criança também tem a liberdade de fazer suas escolhas, tendo o professor como mediador, para conhecer e adquirir novos processos para o seu crescimento intelectual.	A criança precisa ter a liberdade de se colocar, expressar suas ideias e pensamentos. Isso não significa que a criança é livre para fazer o que quer sem autorização de um adulto. Ela pode ser livre para fazer suas colocações e escolhas.
4. Estimular o interesse	A escola precisa ser um local estimulante com objetos que por si só já despertam o interesse dessas crianças. Professores também precisam estar atentos às atividades que já não sejam mais interessantes ao grupo que esteja acompanhando.	A criança precisa ser estimulada a realizar tarefas de seu interesse. Os pais precisam sempre proporcionar tarefas que despertem seu interesse.
5. Recompensas	Na escola, a criança precisa executar suas tarefas sozinhas, errando ou acertando a sua recompensa é poder se sentir capaz de executar.	A educação dada pelos pais precisa ser pautada em desafios. As crianças precisam exercer suas tarefas sem a ideologia da troca.
6. Atividades práticas	As crianças precisam estar sempre em contato com atividades que as desafiem e a fazem pensar em meios de resolução.	Os pais precisam estimular as crianças a participarem das atividades da casa, mesmo as tarefas corriqueiras de a organização da casa.
7. Grupos com crianças de diferentes idades	A proposta é que as crianças pequenas, de 2 a 6 anos de idade convivam juntas, para que possam explorar o ambiente através de várias perspectivas, um aprende com o outro.	É de extrema importância que as crianças sejam inseridas na convivência de crianças de outras idades durante seu desenvolvimento, façam amizades nos parques, brinquem com os primos e amigos do bairro.
8. Importância do contexto	A aprendizagem precisa ser significativa, contudo, é preciso trabalhar com experiências já vivenciadas pela criança,	A criança precisa se sentir pertencente àquele meio. É interessante que a criança participe até da organização das

	pois se tornará mais interessante para ela aprender a partir de suas vivências.	atividades diárias, como arrumar sua mochila ou sua cama.
9. O papel do adulto	O adulto precisa estar capacitado, pois na escola Montessori o professor não é principal agente da educação como na escola tradicional.	O adulto precisa não só conhecer a criança, mas também se conhecer. Precisa ser um adulto com o psicológico sadio.
10. Independência e autodisciplina	Na sala de aula existem diversos tipos de crianças. Umas gostam de ler outras de realizarem atividades mais práticas. Esses professores estando bem preparados, conseguem administrar os grupos, realizando diferentes tarefas.	Essas crianças precisam ter autonomia, os pais precisam ter confiança em seus filhos para que eles desenvolvam a autodisciplina.

Fonte: Própria das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concluímos que Maria Montessori foi a mulher que revolucionou a educação. Desde a criação do método, quando ainda era somente explorado pela educação formal, nas escolas, Montessori já se destacava mundialmente por toda eficiência e resultados da aplicação do seu método. Atualmente essa metodologia é usada não somente nas escolas, mas também na educação familiar.

Conseguimos conhecer e entender que não importa o espaço que a metodologia é aplicada, pois o foco principal de Montessori é a criança. Tanto na escola quanto na família, o primeiro passo a ser dado é a preparação do adulto, que precisa conhecer toda a metodologia e estar com o seu psicológico sadio, que assim ele consegue aplicar o método em qualquer que seja o espaço priorizando sempre o desenvolvimento da criança.

Sendo assim, Montessori nos ensina que toda criança nasce com a capacidade de ensinar e aprender, ela só precisa estar em um ambiente preparado e sendo estimulada e encorajada a todo tempo para participar de todas as atividades que as fazem criar possibilidade de resolução, pois para Montessori, são essas atividades que possibilitam a aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

MONTSSORI, Maria. **Pedagogia Científica: a descoberta da criança**. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MONTSSORI, Maria. **Mente absorvente**. Rio de Janeiro: Portugália Editora (Brasil), 1961.

MONTSSORI, Maria. Trad. Miriam Santini. **Para Pensar o Potencial Humano**. Campinas (SP): Papiros, 2003.

POLLARD, Michael. Trad. Silvana Salermo. **Personagens que mudaram o mundo: os grandes humanistas – Maria Montessori**. Rio de Janeiro: Globo, 1993.

SILVA, Bruna Bernardes de. **Plataforma de ensino inspirada no método Montessori**. 2018. 142f. TCC – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2018.

TEZZARI, M. **Educação Especial e Ação Docente: da medicina à educação**. 2009. 235f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.

_____.deboraoiveirapsicologa.blogspot.com/2018/11/metodo-montessori-10-principios-para.html acessado em 13/04/2019.

_____.institutoitard.com.br/10-fatos-da-historia-da-educacao-especial-que-voce-precisa-saber/ acessado em 09/04/2019.

_____.novaescola.org.br/conteudo/459/medica-valorizou-aluno acesso em 09/04/2019.

_____.www.bbc.com/portuguese/geral-46477332 acessado em 13/04/2019.

_____.www.britannica.com/biography/Edouard-Seguin acessado em 09/04/2019.

_____.omb.org.br/ acessado em 14/04/2019.

GEOGRAFIA

Como citar: ABOUD, Gabriel M. Alves, *A Importância da Educação Ambiental e Sustentabilidade na Formação dos Docentes no Nível Superior em uma Perspectiva Freiriana*, In: Revista Digital Simonsen, nº10, maio, 2019. Disponível em www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DOS DOCENTES NO NÍVEL SUPERIOR, EM UMA PERSPECTIVA FREIRIANA

POR: GABRIEL MARTINS ALVES ABOUD⁴⁶

⁴⁶ Professor de geografia, especialista em docência do nível superior e educação ambiental, mestrando em educação- PPGE-UNESA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal, demonstrar a importância da educação ambiental e da sustentabilidade na formação dos docentes no nível superior, para isso foi apresentado, fundamentado em documentos governamentais, a obrigatoriedade de tratar desses assuntos em todos os níveis educacionais, seja básica ou superior, do país. Apresenta também conceitos básicos desses termos e do papel do professor para com os mesmos. De mesmo modo, apresenta que podemos aplicar o ensino da educação ambiental e da sustentabilidade fundamentado na perspectiva freiriana da “problematização”, com o intuito de desenvolver nos futuros professores a percepção crítica e emancipadora desses assuntos, para que como futuros educadores, possam trabalhar com seus alunos da educação básica a conscientização do uso e da preservação dos recursos naturais, tendo em vista que a manutenção sadia do meio ambiente é responsabilidade de todos, além, de assim podermos garantir para gerações futuras esses tesouros naturais e diminuir os impactos que permeiam na atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Ambiental no nível superior, Educação Ambiental e Problematização, Educação Ambiental e Sustentabilidade.

ABSTRACT: The main goal of this article is to show the importance of the environmental education and sustainability in the training of teachers at the higher level. For this purpose, it was presented, based on governmental documents, the obligation to address these issues at all levels of education, whether basic or higher , from the country. It also presents basic concepts of these terms and the teacher's role in them. Likewise, it shows that we can apply the teaching of environmental education and sustainability based on the Freirean perspective of "problematization", with the intention of developing in the future teachers the critical and emancipating perception of these subjects, so that as future educators, they can work with primary education students to raise awareness about the use and preservation of natural resources, keeping in mind that the healthy maintenance of the environment is everyone's responsibility, so that we can guarantee these natural treasures for future generations and reduce the impacts that permeate the present.

KEYWORDS: Environmental Education at the higher level, Environmental Education and Problematization, Environmental Education and Sustainability.

INTRODUÇÃO

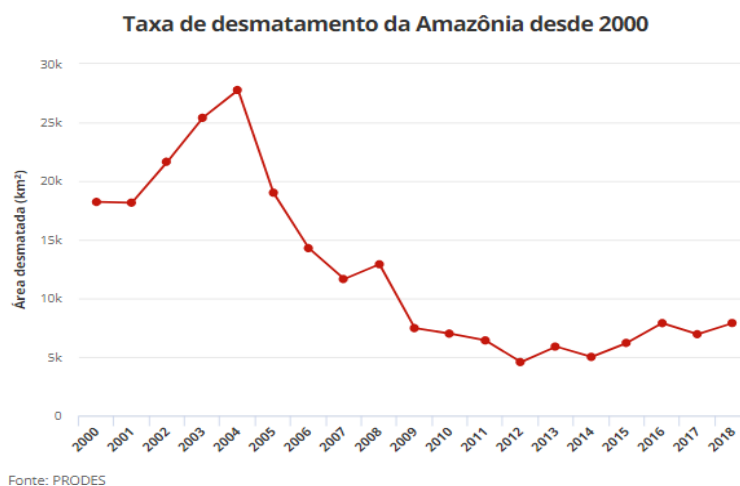
Nos tempos contemporâneos há diversas discussões no meio educacional, e uma delas é sobre os problemas ambientais que estão ocorrendo no mundo, assim como a responsabilidade que todos nós deveríamos ter para com questões Naturais. É cada vez mais comum, aparecer reportagens em jornais e revistas, notícias sobre como o consumo predatório do ser humano, tem crescentemente devastado e degradado os meios da natureza.

O desenvolvimento humano e seus sistemas políticos atuais, não respeitam o tempo necessário de reposição dos recursos naturais, do mesmo modo, há uma crescente produção de dejetos que prejudicam o ambiente natural, onde se configura em muitos lugares e em muitas pessoas, a falta de compreensão da importância de manter um equilíbrio de consumo e reparo na natureza.

Essa situação ainda se agrava mais, quando se percebe a crescente populacional, assim como o aumento do consumo humano. Seja animal, vegetal ou abiótico, a grande maioria dos recursos naturais disponíveis no planeta, são utilizados em diversos setores da economia e essa utilização tem causado grandes consequências em uma esfera global.

Em pesquisa realizada pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente IMAZON (2018), o desmatamento na Amazônia aumentou em quarenta por cento no decorrer do ultimo ano, no cinturão verde, área considerada o coração da floresta equatorial. Ainda segundo o instituto, a desflorestação quando comparado ao ano anterior teve um crescimento de trinta e nove por cento, causando um espaço devastado que corresponde a treze vezes o tamanho da capital do estado de Minas gerais.

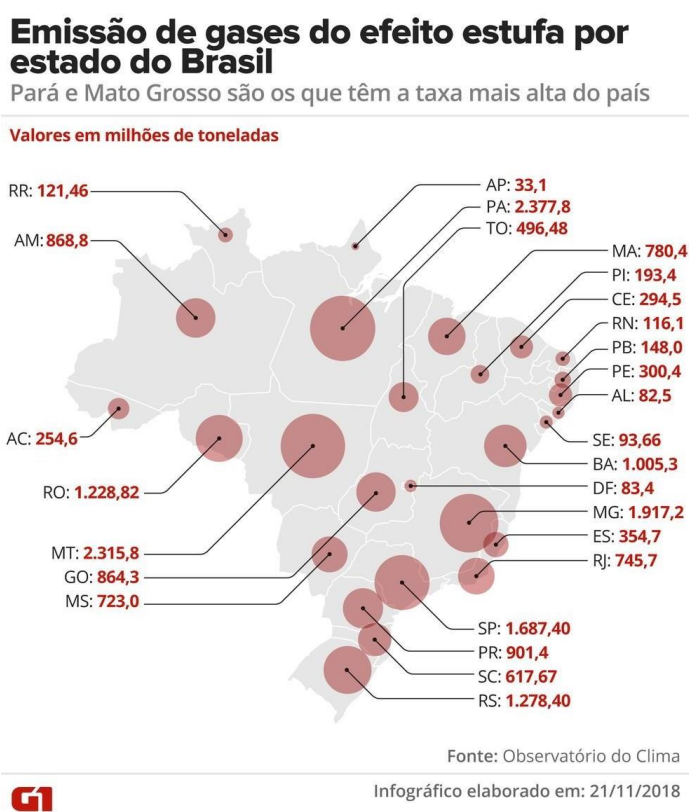
Figura1: Gráfico de desmatamento na Amazônia desde 2000



Observando o gráfico acima, pode-se analisar que a partir dos anos 2000 em diante, houve oscilações sobre o desmatamento da Amazônia, entretanto nos últimos anos, esses números voltaram a subir, o que é preocupante.

Outro ponto importante a se destacar, é a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa. Esse fenômeno natural, é responsável pelo aquecimento do planeta e por manter a temperatura em condições favoráveis para o desenvolvimento de vida na Terra, No entanto, as ações do ser humano, intensificam esse processo causando mudanças no meio ambiente e climáticas que prejudicam o bem-estar social e ambiental.

Figura 2: gráfico de emissão de gases do efeito estufa



Segundo o gráfico acima, a produção de gases responsáveis pela intensificação do efeito estufa no Brasil, tem crescido e está em proporções significativas e preocupantes.

Outro ponto importante de se ressaltar é que devido a proporção de crescimento demográfica ser elevada, assim também se configura a fabricação de lixos. Segundo a Organização das Nações Unidas ONU (2018) são produzidos em média por ano aproximadamente dois bilhões de toneladas de resíduos sólidos no

mudo. E esses materiais, em grande maioria são despejados no meio ambiente, seja na terra ou nos oceanos.

Segundo o departamento de ciência do Reino Unido (2017), tem pelo menos 5,25 trilhões de dejetos plásticos de tamanho pequenos de até 5 milímetros nos oceanos. Tais dejetos por sua vez, considerados muito pequenos, são responsáveis por desastres da vida marinha. Sendo confundidos por algas e outros alimentos, acabam adoecendo ou matando os muitos animais que os consomem por engano.

Segundo reportagem publicada da revista Galileu (2018) que obteve acesso ao material publicado no periódico científico *Scientific Reports*, no oceano pacífico há uma grande camada de acúmulos de dejetos sólidos, e apresenta que esse montante representa uma área de aproximadamente o dobro do território Frances.

A revista ainda afirma que segundo um estudo divulgado em 2016 pelo fórum econômico mundial de Davos, “afirmou que até 2050 os oceanos terão mais pedaços de plástico do que de peixes. De acordo com estudos, esses materiais levam ao menos 450 anos para serem totalmente decompostos.” (2018, P,0)

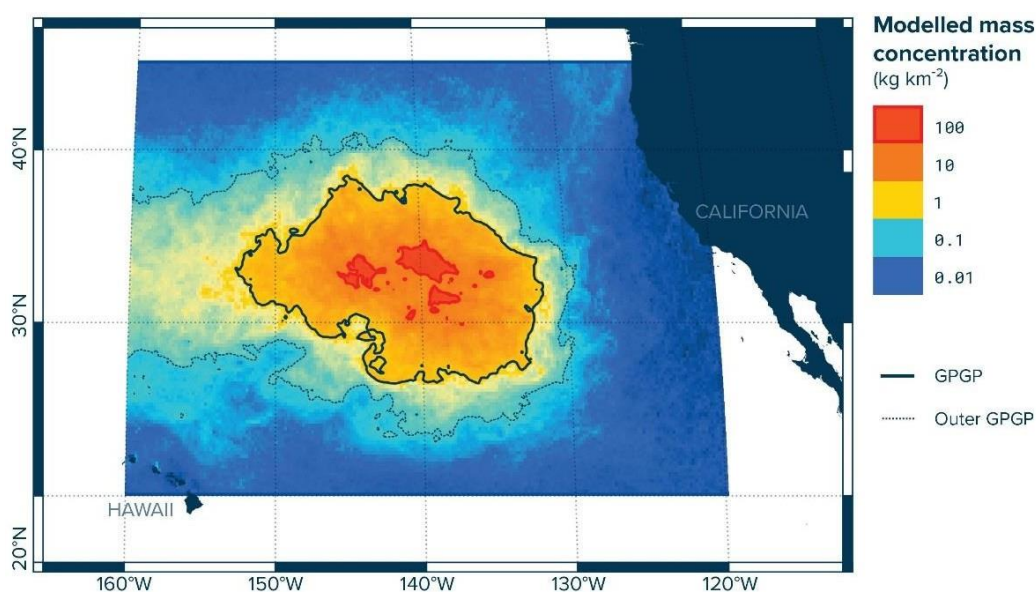


Imagem 3: representação do montante de dejetos no pacífico (FOTO: DIVULGAÇÃO/THE OCEAN CLENAUP)

Devido a essas atitudes, reuniões, congressos, protocolos e tratados foram e estão sendo acordados no mundo, para tentar amenizar tais problemas e clarificar maneiras para solucioná-los.

Sendo assim, se justifica, devido ao crescente problema com o consumo dos recursos naturais, que a concepção de sustentabilidade que deve ser propagada para

a sociedade através da educação ambiental seja trabalhada de formar problematizadora.

2. Educação Ambiental

Há décadas, se tem discutido muito em relação a assuntos ambientais, os crescentes problemas Naturais que tem se elevado devido a evolução do pensamento e modelo predatório do ser humano, gerou grandes debates de como deveria se transmitir para a sociedade a conscientização do que é o meio ambiente, assim como, de que maneira deveríamos nos portar para com a natureza. Foi desenvolvido então, em sua gênese na Inglaterra, a concepção da necessidade de disseminar para a população, a ilustre educação ambiental, onde se tem por alguns objetivos, a mentalização da relação do ser humano para com o meio ambiente.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Vale lembrar, que meio ambiente não se relaciona unicamente com aspectos naturais, muito menos apenas com biomas e *habitats*, mas sim, um conjunto de relações dentro do espaço geográfico onde se estabelece o interesse de um bem-estar e sendo assim, seu campo de discussão é longo e amplo.

Partindo desse pressuposto e dando um recorte para questões naturais, compreende-se que há cada vez mais, uma necessidade de desenvolver nas gerações presentes e futuras, uma concepção de preservação e consumo consciente dos recursos naturais, e para tal, a educação ambiental de faz imprescindível.

Segundo as disposições gerais da política nacional de educação ambiental Lei nº 9795/1999 art.8 a educação ambiental deve ser aplicada em todos os âmbitos educacionais, o que inclui de modo político e na escolar. Sendo assim, se faz obrigatório o ensino da mesma em todos os níveis e modelos de escolaridade.

O processo de ensino da educação ambiental, gera no indivíduo uma conscientização por meio da problematização, sobre as consequências de suas atitudes e escolhas no meio ambiente. Assim como, assimilar atitudes conservacionistas para o bem-estar.

Devido ao grande consumo dos recursos naturais, e ainda, as consequências desses consumos surgiram através de um comício da ONU (organização das nações Unidas) o termo “sustentabilidade ambiental”. Seu principal objetivo se faz em um desenvolvimento sustentável das nações, visto que com a mundialização do capitalismo pós-guerra-fria, o consumo dos recursos naturais e a competitividade por mercados consumidores se elevou drasticamente.

O termo “sustentabilidade segundo o dicionário online de português se refere:” Conceito que, relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras.”

Sendo assim, Sustentabilidade ambiental, seria a concepção e a conscientização de que a utilização dos recursos naturais presentes no nosso planeta deve ser consumida de forma que não afetem gerações futuras, com um uso inteligente desses tesouros da natureza.

Seguindo tal conceito, e devido à grande necessidade de frear o consumo inconsciente, vários programas foram criados pelo mundo. O ministério do meio ambiente brasileiro ressalta alguns como: Agenda 21, ARPA, Cerrado sustentável e o programa de educação ambiental.

Dando um enfoque no programa de educação ambiental criado pelo governo, percebemos em um dos seus diversos pontos, que a sustentabilidade deve ser transmitida através da educação ambiental, e ainda fazendo um recorte na questão natural, cabe a essa proposta educacional, desenvolver habilidades e competências de conscientização para com os consumos dos recursos naturais nos educandos.

2.1 Papel do Professor na Educação Ambiental

Para ajudar na compreensão do tema apresentado, vale apresentar qual seria o papel do professor segundo alguns autores referências nos temas educacionais.

FREIRE (1979) diz: “ a ação docente é a base de uma boa formação escolar e contribuiu para a construção de uma sociedade pensante”, seguindo os pensamentos deste ilustre autor, somos convidados a refletir que a atuação do professor, pode resultar diretamente no desenvolver do aluno, assim, pode-se colocar o docente como um dos principais agentes formadores do pensamento “crítico” do educando, o que resulta diretamente na sociedade.

FREIRE (1996) ainda nos convida a refletir, sobre como deveria ser o professor do professor, onde o conhecimento e a aprendizagem devem ser construídos junto com o educando, o docente não deve ser visto ou agir de forma que seja o detentor

do conhecimento e fosse apenas transmitir para o aluno. Segundo o autor deve criar possibilidades para a construção do conhecimento junto do aluno.

é preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 1996, P,12)

Quando se analisa essa perspectiva e coloca-se no âmbito da educação ambiental, o papel do educador reflete na formação da consciência do aluno para com os meios naturais, assim, podendo propagar nas gerações presentes e futuras concepções de preservação e uso consciente dos recursos naturais, construindo junto do discente uma criticidade sobre suas escolhas e atos.

Santos (2004) nos convida a observarmos o papel do professor, um pouco parecido com o de Paulo freire. Nos apresenta que o professor tem deixado de ser apenas um transmissor do conhecimento e tem se tornado um agente que colabora na construção de um pensamento crítico e consciente sobre os atos e escolhas que os rodeiam. Sendo assim, ajudando na formação da compreensão que o aluno tem pelo meio ambiente, nesse caso não unicamente em aspectos naturais, que o mesmo se situa.

A interação professor-aluno vem se tornando muito mais dinâmica nos últimos anos. O professor tem deixado de ser um mero transmissor de conhecimentos para ser mais um orientador, um estimulador de todos os processos que levam os alunos a construir seus conceitos, valores, atitudes e habilidades que lhes permitam crescer como pessoas, como cidadãos e futuros trabalhadores, desempenhando uma influência verdadeiramente construtiva.[...] Dentro deste contexto, é imprescindível proporcionar aos educandos uma compreensão racional do mundo que o cerca, levando-os a um posicionamento de vida isento de preconceitos ou superstições e a uma postura mais adequada em relação a sua participação como indivíduo na sociedade em que vive e do ambiente que ocupa (SANTOS, 2004, s.p).

Segundo o pensamento explicitado da autora, em uma perspectiva de educação ambiental, somos convidados a associar que a postura do professor segundo ela, ajuda na formação “racional do mundo” (SANTOS, 2004), ou seja, auxilia na concepção crítica sobre questões naturais. Do mesmo modo, auxilia na formação da percepção e compreensão dos discentes sobre o meio ambiente que os rodeia, fazendo assim, que cada ato por eles decididos, seja realizado de forma clarividente.

Não querendo demonstrar que tais escolhas serão certas, mas que as mesmas foram tomadas sabendo das possíveis consequências de tal decisão.

2.1.1 Educação ambiental na formação dos professores no nível superior

Partindo dos conceitos apresentados, onde o docente tem um papel de construir junto do aluno o conhecimento, assim como, um agente que auxiliará na construção da criticidade do educando, o processo de formação de professores no nível superior, deve, como estipulado por lei, tratar de assuntos ambientais.

“Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.”

Os discentes de licenciatura, quando exercerem a profissão irão se encaixar nessa perspectiva de educador orientador, e se tratando de questões da educação ambiental, independente da disciplina que forem lecionar, terão responsabilidade de promover ao aluno a formação “critica” de questões naturais, para desenvolver neles a conscientização na utilização e nas decisões que possam vir afetar tais recursos.

Mediante essa realidade e respaldado nas leis que foram criadas para tal, há uma necessidade de uma formação aprofundada nos diversos cursos de graduação de se trabalhar questões ambientais para com os graduandos, visto que os mesmos estão sujeitos a crescente conscientização. Quando a questão é colocada para graduandos em licenciatura, somos convidados a analisar e levar em consideração que serão futuros professores que terão a responsabilidade de desenvolver junto dos educandos concepções ambientais, além de apresentar a realidade de como estão e são explorados os recursos naturais no nosso planeta.

2.1.2 Educação ambiental na formação dos professores no nível superior em uma perspectiva de sustentabilidade

Visto que se deve por lei a prática da educação ambiental em todos os níveis de formação devido aos motivos já apresentados, tal prática resulta no conceito que já foi demonstrado sobre sustentabilidade.

Quando é desenvolvido dentro do ambiente escolar formações sobre questões ambientais, desenvolve nas discentes concepções sobre sustentabilidade, visto que são questões diferentes, mas relacionadas.

Devido aos crescentes problemas de exploração dos recursos naturais, do mesmo modo, com ampliação de dejetos prejudiciais ao meio ambiente, desenvolver nos discentes uma naturalidade com os conceitos de sustentabilidade gera nos presentes e principalmente nas futuras gerações a conscientização de que deve haver um equilíbrio das relações com os meios naturais.

Em uma perspectiva de educação “transformadora”, a sustentabilidade que é ensinada na educação ambiental, se faz necessária. Levando em conta o alta predação e degradação da natureza, desenvolver nos educandos essa concepção se faz relevante.

Seguindo esse raciocínio, nos processos de formação dos professores no ensino superior, deve haver uma profunda compreensão sobre tais questões, sendo tratadas independentes do curso de formação, de forma crítica e problematizadora.

2.4 Educação problematizadora de Freire na Educação Ambiental

O patrono da educação brasileira, em sua obra *Pedagogia do oprimido*, nos convida a refletir em seu discurso sobre o que ele chama de “Educação bancária”. Esse termo, representa a ideia de que o educando é como uma vasilha vazia, que está sendo preenchida pelo conhecimento do corpo docente. Um recipiente no qual será depositado pelo professor o que assim for desejado. Dessa forma Freire (1987) nos apresenta que esse discente que sofre esse tipo de educação, tem um conhecimento transmitido e não construído, não é independente e livre no aspecto do pensar.

Freire (1987) Ainda diz:

Não é de estranhar, pois que nessa visão bancária da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quando mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (p.34).

Essa concepção educacional trata os educandos como reprodutores daquilo que os foi transmitido, daquilo que os foi depositado, não os transforma em seres pensantes, críticos e humanizados.

Por conta disso, Freire (1987) nos convida a encararmos o processo educação com a concepção de “educação problematizadora”, a qual se remete na construção do conhecimento do educando junto com o professor, não sendo apenas

“vasilhas” para ser preenchidas pelos docentes, mas consciências livres que busca a “humanização” de ambos.

Essa concepção, é a contrária da educação “bancária”, apresenta como o educador deve agir, de modo crítico, estimulando e instigando no discente o saber. Levando em consideração sempre que a relação da educação é uma via de mão dupla, de forma que o professor, apesar de ter um conhecimento construído maior que o educando, deva considerar a realidade e experiência dos alunos, e junto deles trabalhar para a edificação de conhecimento.

Seguindo essa perspectiva, somos convidados a aplica-la na educação ambiental, tendo em vista a importância da criticidade e problematização das questões do aspecto natural.

Como apresentado, trabalhar e desenvolver questões ambientais é previsto por lei, a questão é a forma com que são encaradas pelos docentes e discentes do ensino superior.

A concepção problematizadora na educação ambiental, pode fazer com que os discentes desenvolvam para com questões no aspecto ambiental, uma responsabilidade para com esses recursos que realmente impactem na preservação dos mesmos. Ademais, como serão futuros professores, construir essa concepção junto dos educandos da educação básica, pode ser considerada uma boa alternativa para tentar mudar o panorama de destruição do meio natural.

CONCLUSÃO

O assunto sobre educação ambiental e sustentabilidade tem sido e ainda é pauta nas discussões no âmbito educacional. Esses temas são de suma importância a serem trabalhados no processo de ensino-aprendizagem e também por isso, foi previsto em diversos setores da legislação a obrigatoriedade de desenvolver essas questões em todos os níveis de formação.

Entretanto, desenvolver com os educandos essas concepções ambientais, pode ser tratado com a concepção freiriana de “educação problematizadora”, a qual sua aplicação promove a conscientização e libertação do pensamento dos discentes.

Essa concepção problematizadora no ensino dos assuntos ambientais e sustentáveis, no nível superior se torna mais relevante, tendo em vista que serão futuros educadores e por meio disso poderão influenciar e construir junto dos discentes da educação básicas, tais pensamentos e concepções que podem acarretar em uma mudança para melhor nas gerações futuras.

Por fim, o foco não é dizer que a educação ambiental é importante, isso já está previsto de documentos oficiais. Mas sim, mostrar que a forma com que esses temas são trabalhados podem influenciar de forma positiva na preservação dos mesmos, e principalmente na formação dos docentes das diversas disciplinas no nível superior.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

BARA, R. Princípios e Objetivos da Educação Ambiental, 1ª Edição, Editora São Braz, 2017

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Conceitos de educação ambiental, disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental.html> Acesso 16/11/2018

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Programa de Educação Ambiental, disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental> Acesso 16/11/2018

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm Acesso 16/11/2018 Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/03/estudo-afirma-que-poluicao-de-plastico-nos-oceanos-triplicara-ate-2025.html> acesso em: 10/04/2019

E por falar em educação, 2016, disponível em: <http://educadoraspbh.blogspot.com/2010/02/educacao-ambiental-em-foco-dizer-nao-ao.html> Acesso 16/11/2018

FREIRE, F. Pedagogia do oprimido, 17º edição, Paz e Terra, 1987

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ Pedagogia da Autonomia, EGA, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO secretaria de educação fundamental, Parâmetros curriculares Nacionais Geografia, Brasília: MEC/SEF, v5 2ed, 2000

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável Documentos de referência para o fortalecimento da política e do programa de educação ambiental PRONEA, Brasília, 2014

GOVERNMENT OFFICE FOR SCIENCE, Foresight future of the sea: a report from the government chief scientific adviser, 2017

IMAZON- Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/24/desmatamento-na-amazonia-aumentou-40-nos-ultimos-12-meses-diz-instituto.ghtml> Acesso 10/04/2019

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, (2018), Disponível em : <https://nacoesunidas.org/humanidade-produz-mais-de-2-bilhoes-de-toneladas-de-lixo-por-ano-diz-onu-em-dia-mundial/> acesso em 10/04/2018

GEOGRAFIA

Como citar: SANTOS, Juliane Caroline de Oliveira. A Aplicação do Sistema de Informação Geográfica em Estudos Ambientais *In: Revista Digital Simonsen*, Nº, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941.

A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA EM ESTUDOS AMBIENTAIS.

POR: JULIANE CAROLINE DE OLIVEIRA SANTOS⁴⁷

⁴⁷ Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas SIMONSEN, professora da Colégio de Aplicação SIMONSEN

Resumo: Este artigo vem proporcionar, uma visão geral de um sistema de informação geográfica, discutindo sua funcionalidade e exemplificando seu conceito no Meio Ambiente, em específico nas áreas de degradação ambiental, pois na atualidade, existe uma grande tensão sobre o meio ambiente e seus recursos, ocasionada principalmente por um crescimento urbano, desmatamento e atividades exploratórias que causam impactos ambientais altíssimos. O homem, acelerando o ritmo da degradação, não têm dado espaço suficiente ao tempo geológico para que a natureza possa se regenerar. A relação entre o homem e o meio ambiente possivelmente nunca esteve tão crítica. E então a utilização do (SIG's) sistema de informações geográficas torna-se indispensável, proporcionando análises espaciais para que assim se tenha uma resolução para os problemas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente, degradação, sistema.

Abstract: This article provides an overview of a geographic information system, discussing its functionality and exemplifying its concept in the Environment, specifically in the areas of environmental degradation, because at present, there is a great tension on the environment and its resources, caused mainly by urban growth, deforestation and exploratory activities that cause extremely high environmental impacts. Man, accelerating the pace of degradation, have not given enough space to geological time so that nature can regenerate. The relationship between man and the environment has possibly never been so critical. And then the use of GIS's geographic information system becomes indispensable, providing spatial analysis so that it has a resolution to the environmental problems.

KEY WORDS: Environment, degradation, system.

INTRODUÇÃO

Este artigo proporcionará, uma visão geral de um sistema de informação geográfica, discutindo sua funcionalidade e exemplificando seu conceito no Meio Ambiente, em específico nas áreas de degradação ambiental.

Entende-se que na atualidade, existe uma grande tensão sobre o meio ambiente e seus recursos, ocasionada principalmente por um crescimento desordenado de centros urbanos, desmatamento e atividades exploratórias que causam impactos ambientais altíssimos. Quando se fala de degradação ambiental ou qualquer assunto referente ao uso inadequado ou destruição do meio ambiente, é necessário conhecer as relações entre os elementos que constituem o meio natural e os comportamentos e interferências da humanidade. O homem, acelerando o ritmo da degradação, não têm dado espaço suficiente ao tempo geológico para que a natureza possa se regenerar. A relação entre o homem e o meio ambiente possivelmente nunca esteve tão crítica.

A utilização do sistema de informações geográficas torna-se indispensável, pois proporciona análises espaciais, processamento e armazenamento de dados de forma organizada, assim como a coleta e tratamento de informações espaciais através do geoprocessamento, informações com obtenção de imagens por meio do sensoriamento remoto e referências de áreas com o georreferenciamento. O benefício da utilização dessas tecnologias, sistema, métodos e ciência, é a prontidão do provimento das respostas realizadas pelas análises, catalogando uma grande diversidade de informações de fontes distintas.

Partindo desse princípio, será abordado ao decorrer deste artigo o reconhecimento de áreas degradadas no meio ambiente, utilizando a tecnologia de sistema de informação geográfica (SIG) e os demais métodos e mecanismos científicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O progressivo aumento das atividades antrópicas em relação ao Meio Ambiente, tem ocasionado uma ampliação grandiosa da busca por sistemas tecnológicos de monitoramento e controle ambiental. O Sistema de Informação Geográfica, anteriormente usado somente na contribuição de preparação de mapas,

atualmente é demasiadamente aplicado na absorção dos informes em relação principalmente à área ambiental, devido ao aumento populacional e a busca de forma crescente e contínua de maneira inadequada por recursos para sobrevivência, retirada na maior parte do Meio Ambiente. Nota-se também, que as degradações evoluíram devido à busca por um crescimento econômico usando os meios naturais sem ter preocupação por saber se esses meios são regeneráveis. O homem, não generalizando, define o Meio Ambiente como um artifício econômico.

A destruição ambiental através dos impactos ocorridos, pode resultar impossível a conservação da vida dos seres humanos futuramente. Então, é preciso que as atividades executadas advindas da ação humana, sejam realizadas de forma sustentável para o Meio Ambiente.

Mesmo que o homem tenha nos dias de hoje um discernimento sobre sua interferência no meio natural, pode-se considerar um avanço diante de grandes degradações já ocorridas até agora, de maneira incoerente. A inadequação em relação ao Meio Ambiente, dá-se devido a população ser ativa de modo teórico, assim sendo, a carência imediata do contato com o meio natural resulta em seres humanos alienados no caso de suas ações para com o Meio Ambiente.

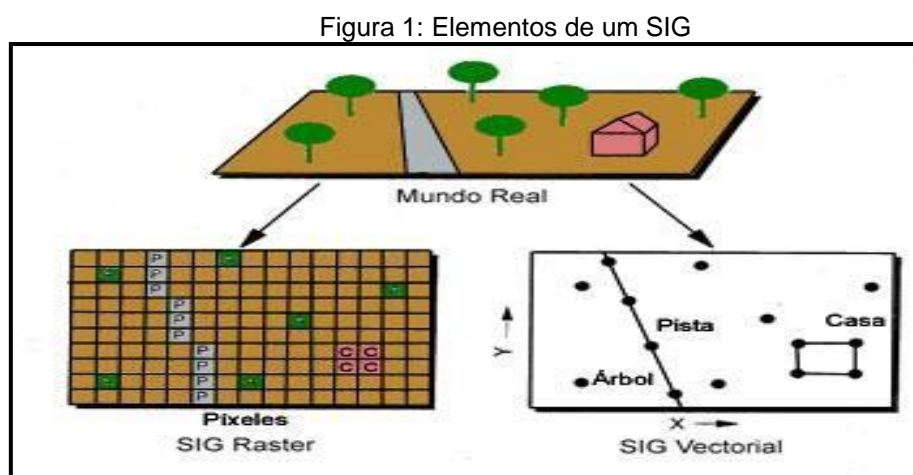
Provavelmente, a condução exercida de forma adequada dos meios naturais seja a problematização mais encarada pelos homens, para que se consiga viver em constante equilíbrio e preservar o cuidado com o Meio Ambiente, pois a questão favorável seria uma percepção melhor do meio ambiental, porém, tem-se em vista que os homens estão remotos ao que se refere a aprender a desfrutar e inter-relacionar-se com o mesmo.

A ciência e a tecnologia, são necessárias para o reconhecimento de áreas degradadas para que aconteça a recuperação, a diminuição do impacto causado pelo homem sobre a natureza e conseqüentemente, a preservação do Meio Ambiente. Assim, pode-se fomentar um entendimento nesse contexto que o SIG irá realizar análises, armazenar informações e etc, para que ocorra o reconhecimento das áreas degradadas no Meio Ambiente.

Para que se entenda o que é um SIG, precisamos compreender o que é o Geoprocessamento, pois o Sistema de Informação Geográfica é uma ferramenta

computacional para o Geoprocessamento e através do Geoprocessamento, pode-se obter a melhor análise de dados espaciais. Quando se fala de Geoprocessamento, entende-se que é uma área multidisciplinar, ou seja, um conjunto de ciências e técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento de informação geográfica, que nesse caso influencia de maneira crescente na área ambiental.

Um Sistema de Informação Geográfica, tem a competência de constituir relações espaciais e é o sistema mais propício para análise espacial de dados geográficos. O SIG tem continência, coletar e processar dados espaciais obtidos a partir de fontes variáveis, armazenar, atualizar e corrigir os dados processados. Permite o manejo e a realização de métodos de análise dos dados armazenados, executando funções múltiplas, que nesse caso é a reconhecimento da degradação ambiental por conta das ações antrópicas.



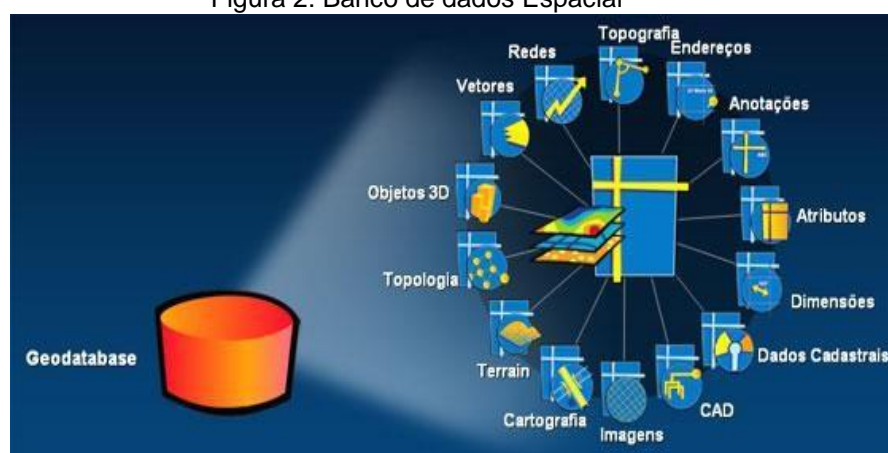
Fonte: http://concurso.cnice.mec.es/cnice2006/material121/unidad2/td_sig.htm

O Sistema de Informação Geográfica, é composto por quatro elementos, o Hardware, que pode ser alguma plataforma computacional, o Software, cujo seus módulos realizam funções abundantes, o dado, que é o elemento primordial para o SIG pois, coleta, manipula e armazena para que haja solução para o problema geográfico, do tipo por exemplo, degradações ambientais e o profissional, que é o indivíduo incumbido pelo projeto, implementação e uso. Com este conjunto espera-se que as interações que ocorram para que os sistemas funcionem de forma que, os resultados, sejam satisfatórios e que procurem evidenciar e propor soluções dos problemas aos quais as feições compostas por Sistemas de Informações Geográficas venham corroborar com as causas a que ele esteja relacionado, com isto apoiando à tomada de decisão.

Várias são as características que compõem um Sistema de Informações Geográficas. Este trabalho baseou-se somente em evidências as propostas ligadas ao Meio Ambiente como cenário principal. Existe uma elevada quantidade de SIG atualmente, com características diferenciadas, porém, possuem competências divergentes em alguns parâmetros.

Os bancos de dados são estruturados pelo banco de dados espaciais com o propósito de caracterizar a forma e a posição da superfície do terreno e pelo banco de dados de atributos, com o intuito de referir os atributos das características.

Figura 2: Banco de dados Espacial



Fonte: <http://mundogeo.com/blog/2006/12/31/bancos-de-dados-espaciais>

O Banco de dados espaciais, possuem duas maneiras de ser representado, uma é a Matricial, onde o espaço é visto como uma matriz matizada por colunas e linhas, onde supõem-se que o espaço pode ser tratado como uma superfície plana. A Vetorização individualiza as entidades que passaram por um processo de universalização, e pode ser realizada pelos modos manual, que se tem imagens digitais georreferenciadas e tem um operador que segue as feições, a automática que, utiliza processamento digital para detecção de pixels pretos e a semi-automática que, identifica manualmente o início de uma determinada linha. E a Vetorial, que consiste em três elementos, o ponto, a linha e a área, onde o Sistema de Informação Geográfica configura os pontos, linhas e áreas como um conjunto de pares de coordenadas (x,y) e não se pode deixar de evidenciar a influência da Topologia⁴⁸ na idealização de um Sistema de Informação Geográfica.

⁴⁸ Define as relações invariantes a rotação, translação e escala entre as entidades gráficas no mapa, como adjacência, proximidade e pertinência.

O Sistema de Informação Geográfica, não toma decisões sozinho, com isso, o SIG se torna mais fundamental para tomadas de decisões sobre as questões ambientais e socioeconômicas junto do Sensoriamento Remoto que, sendo aplicado no Meio Ambiente, realiza a derivação de informações e comportamento espacial e temporal de um ecossistema a partir de seus dados. Visto como uma arte e considerado como uma ciência, o Sensoriamento Remoto faz com que ocorra interpretações visuais de imagens e têm seus estudos estabelecidos por ondas magnéticas, que são originalmente estudadas na física, cuja qual é uma ciência, logo, Sensoriamento Remoto é consagrado como uma arte e como uma ciência.

“Sensoriamento Remoto é a ciência e arte de receber informações sobre um objeto, uma área ou fenômeno pela análise dos dados obtidos de uma maneira tal que não haja contato direto com este objeto, esta área ou fenômeno” (LILLESAND e KIEFER. 1987 apud BATISTA e AFFONSO. 2002. P.2)

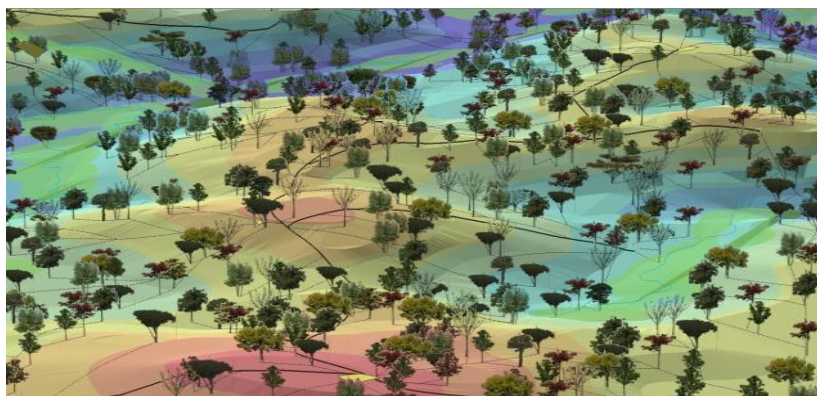
A procura por informação contínua, incluindo as questões ambientais, está crescendo constantemente.

O Sensoriamento Remoto atualmente fornece, na maioria dos casos, informações mais ou menos qualitativas. Para, no entanto, encontrar a aceitação em programas ambientais estabelecidos, precisa ser executada a transição para o Sensoriamento Remoto quantitativo. (BLASCHKE e KUX. 2009. P.260)

São necessários não apenas parâmetros certos que tenham reações à mudanças de princípios críticos do sistema, essas mudanças necessitam de reconhecimento próximo e salvo de intervenções para que o Sensoriamento Remoto esteja em condições de atender com capacidade os procedimentos usados no trabalho de monitoramento do Meio Ambiente.

Uma das mais importantes tarefas para a utilização operacional de dados de Sensoriamento Remoto é a distribuição desses dados e sua derivação em produtos de maior valor, pouco tempo após sua recepção. (BLASCHKE e KUX. 2009. P.259)

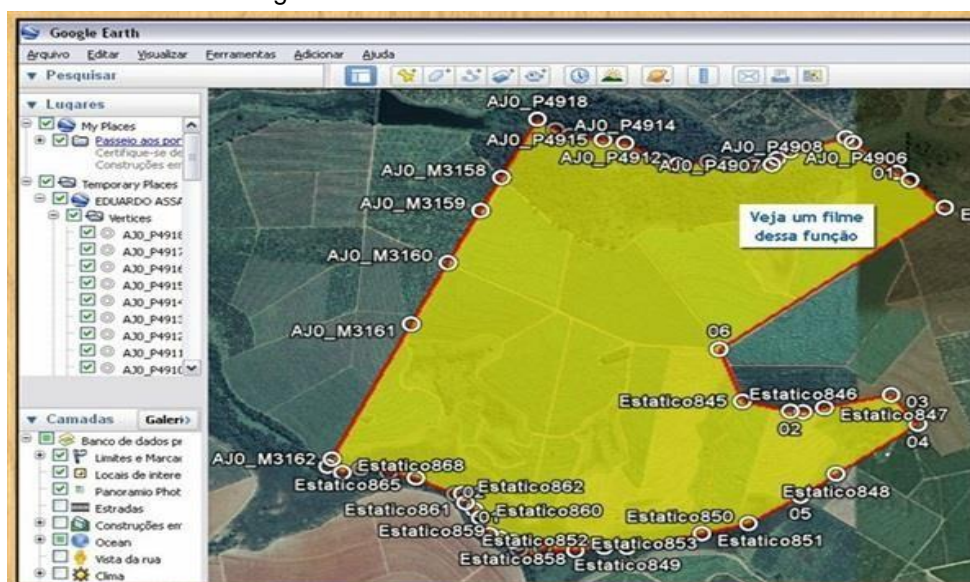
Figura 3: Aplicação do Sensoriamento Remoto



Fonte: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/3756/curso-introducao-ao-sensoriamento-remoto-do-meio-ambiente>

O conhecimento que se tem por imagens ou fotografias aéreas, é que são utilizadas para evidenciar a conjuntura da Terra com alta resolução espacial. São classificadas em Fotografias Verticais, onde pode-se obter fotografias com um desvio vertical e com imagens em condições estáveis e Fotografias Oblíquas, onde as imagens tem que se encontrar entre a vertical e a horizontal, podendo se tornarem de maior proporção quando tomadas por satélites. Junto do Georreferenciamento cujo qual é definido como o que consiste na obrigatoriedade da descrição do imóvel rural, em seus limites, características e confrontações, através de memorial descritivo firmado por profissional habilitado, "contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)". (art. 176, § 4º, da Lei 6.015/75, dada pela Lei 10.267/01).

Figura 4: Módulo de Área Georreferenciada



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=modulo+de+area+georreferenciada&rlz=1C1AVFA_enBR764BR764&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved

Os profissionais que atuam nas áreas ambientais, tem uma exigência por recuperar as áreas degradadas, estudar sobre os impactos ambientais e procurar por estratégias e métodos para o uso racional da área ambiental. A lei **Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, no Art. 1º** estabelece Normas Gerais Sobre a Proteção da Vegetação, Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Degradação Ambiental, é a degradação do Meio Ambiente, causada pela ação do homem, que, na maioria das vezes, não respeita os limites impostos pela natureza. A degradação ambiental é mais ampla que a degradação dos solos, mas também a extinção de espécies vegetais e animais, a poluição de rios, nascentes, lagos e baías, o assoreamento e outros prejudiciais ao Meio Ambiente e ao próprio homem. (GUERRA, ANTÔNIO TEIXEIRA. 1997. P. 184)

Controles sobre medidas são exercidos nos modelos geográficos para a detecção de impactos ambientais. Os modelos são essenciais, porque relaciona padrões georreferenciados de qualquer meio natural em algum determinado lugar.

Impacto Ambiental se caracteriza por uma série de modificações causadas ao Meio Ambiente, influenciando na estabilidade dos ecossistemas. Os impactos ambientais podem ser negativos e positivos, mas, nos dias de hoje, quando a expressão é empregada, já está mais ou menos implícito que os impactos são negativos. Os impactos podem comprometer a flora, fauna, rios, lagos, solos e a qualidade de vida do ser humano. (GUERRA, ANTÔNIO TEIXEIRA. 1997. P.350)

A utilização e aplicação desses mecanismos, sistemas e ciência, resulta em informações, as quais o uso de tais ferramentas, tornam-se mapas temáticos, plantas das áreas e respostas vindas do banco de dados quando consultados e acionado, onde existe uma segurança distinta para tomadas de decisões quanto ao uso correto das áreas ambientais.

Fundamentado por isso, entende-se que o Sistema de Informação Geográfica, é visto em variados setores da atividade do homem, neste caso, o setor é o ambiental e suas áreas degradadas e juntamente com Sensoriamento Remoto,

Geoprocessamento e Georreferenciamento, têm o intuito de reconhecê-las e fazer com que ocorra a diminuição de estragos antrópicos, o manejo adequado e principalmente a preservação do Meio Ambiente.

Figura 5: Área de degradação Ambiental



Fonte: <http://www.solam.com.br/blog/?p=3615>

CONCLUSÃO

Conclui-se que o Meio Ambiente atribui-se como ferramenta essencial para a sustentabilidade do homem, logo, a utilização de sistemas tecnológicos é de extrema importância e de grande necessidade por planejamento, quando se fala de Meio Ambiente e seus dados, devido a necessidade de identificar as degradações ocasionadas pelas ações antrópicas e conceber informações precisas para diagnósticos. Esses mecanismos, realizam constantemente as análises sobre as degradações ambientais com o auxílio de ferramentas computacionais que tem capacidade de reproduzir importantes informes, na maioria em formato temático servindo assim, como base para tomadas de decisões. O Sistema de Informação Geográfica, é a ferramenta de maior competência e apropriações de informações, nesse caso, sobre o Meio Ambiente, porém, o SIG, não se habilita a tomar decisões sozinho, com isso, o Sistema de Informação Geográfica é tão fundamental para tomadas de decisões sobre as questões ambientais e socioeconômicas quanto o Sensoriamento Remoto, o Georreferenciamento e o Geoprocessamento, pois são necessárias deliberações positivas no que diz respeito a uma relação Homem-Natureza equilibrada, já que a maior parte de degradações ocorrem por conta de ações inadequadas do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLASCHKE, T.; Kux, H. **Sensoriamento Remoto e Sig Avançados**. 2ª. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

FUNI, C.; VIEIRA, M. S.; PEREIRA, N. R. Di. M. **Base Cartográfica e Redes Geodésicas do Estado do Amapá**. 2014.

GUERRA, A. T.; GUERA, A. J. T. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

VIEIRA, M. S.; **Coletânea de Sistema de Informações Geográficas**. Rio de Janeiro. 2010.

NOVO, M. L. de Moraes; **Sensoriamento Remoto – Princípios e Aplicações**. 2. Ed São Paulo: Edgard Blucher. 1998

____ <http://www.icmbio.gov.br/portal/> - Acesso em 20 de Abril de 2018.

____ <http://www.oeco.org.br/> - Acesso em 31 de Março de 2018.

____ <https://uc.socioambiental.org/> - Acesso em 18 de Abril de 2018.

____ <https://tandfonline.com/> - Acesso em 15 de Maio de 2018.

ENGENHARIA

Como citar: RODRIGUES, Simone Silveira; BARROS, Murilo Machade de, *O Uso do VANT e do Sensoriamento Remoto como ferramenta de melhoria das Técnicas de Agricultura de Precisão*, In: Revista Digital Simonsen, nº10, maio, 2019. Disponível em www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

O USO DE VANT E DO SENSORIAMENTO REMOTO COMO FERRAMENTA DE MELHORIA DAS TÉCNICAS DE AGRICULTURA DE PRECISÃO

POR: SIMONE SILVEIRA RODRIGUES ⁴⁹

MURILO MACHADO DE BARROS⁵⁰

⁴⁹ Graduanda em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁵⁰ Doutor em Engenharia Agrícola, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenador do grupo de extensão de Automação, Mecanização e Máquinas Agrícolas (GAMMA).

RESUMO

A agricultura de precisão é um conjunto de técnicas e procedimentos provenientes de diversas tecnologias com o intuito de melhorar a produtividade das safras através do estudo detalhado da variabilidade existente nas culturas. Quanto maior a área de plantio, maior será a variabilidade existente nela, e conseqüentemente mais difícil será o controle do manejo da lavoura. Porém, para que ao final da safra o agricultor tenha os resultados esperados de produtividade, ou até mesmo consiga superá-los, o manejo adequado é de suma importância. Para isto, o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) em conjunto com técnicas de Sensoriamento Remoto (SR) vem contribuindo para grandes avanços e melhorias para a agricultura nestas grandes áreas de plantio, possibilitando maior controle de produção e prevenindo danos provenientes de pragas ou de falhas de plantio, desde a fase inicial de brotamento até a colheita da safra. Desta forma, este artigo teve como objetivo fazer uma revisão de literatura acerca dos resultados já obtidos com sucesso por meio do uso das técnicas de SR, afim de exemplificar algumas das diversas possibilidades de aplicação em conjunto com o uso de sensores, sejam eles RGB ou multiespectrais, acoplados em VANTs. Ao final, concluiu-se que a prática tem auxiliado substancialmente para o aumento da produtividade das lavouras, principalmente por tornar possível o controle da safra durante todo o processo de crescimento da cultura com intervalos de tempo que melhor se adequem à necessidade da cultura estudada, o que impacta diretamente nos lucros esperados para o final da safra.

Palavras-chave: Agricultura de Precisão, Variabilidade, VANT, Sensoriamento Remoto, Produtividade.

ABSTRACT

Precision agriculture is a set of techniques and procedures from various technologies aimed at improving crop productivity through a detailed study of crop variability. The greater the area of planting, the greater the variability existing in it, and consequently the more difficult will be the control of the management of the crop. However, in order for the farmer to have the expected productivity results at the end of the harvest, or even manage to overcome them, proper management is of paramount importance. To this end, the use of Unmanned Aerial Vehicles (UAVs) together with Remote Sensing (RS) techniques has contributed to great advances and improvements for agriculture in these large areas of planting, allowing greater production control and prevention of pest damage or from planting failures, from the initial budding phase to harvesting the crop. In this way, this article had the objective of reviewing the literature on the results already obtained with the use of RS techniques, in order to exemplify some of the various application possibilities in conjunction with the use of sensors, whether RGB or multispectral, coupled in UAVs. At the end, it was concluded that the practice has helped substantially to increase the productivity of crops, mainly to make possible the control of the crop during the whole process of growing the crop with intervals of time that best suit the need of the crop studied, which directly impacts expected profits towards the end of the harvest.

Keywords: Precision Agriculture, Variability, UAV, Remote Sensing, Productivity

INTRODUÇÃO

Para agricultores de pequenas áreas de cultivo, as observações das variações existentes em sua lavoura são facilmente observáveis, pois podem ser feitas de forma direta apenas pela análise visual da plantação. Porém, quanto maiores as áreas de plantio, este controle visual passa a não ser mais suficiente e o agricultor necessita de técnicas computadorizadas para auxiliá-los nesta questão.

Áreas extensas de cultivo não podem ser tratadas como homogêneas e as variações dentro destas áreas devem ser levadas em consideração para um resultado eficiente na produção.

A Agricultura de Precisão (AP) tem seu crescimento potencializado juntamente com o crescimento de tecnologias como o Sensoriamento Remoto (SR) e o Sistema de Navegação Global por Satélite (*Global Navigation Satellite System - GNSS*), onde as ferramentas inerentes à estas tecnologias são utilizadas em conjunto para estimar os parâmetros variáveis existentes nas lavouras.

Para pôr em prática as técnicas de SR, são utilizados sensores, que podem ser orbitais (satélites) ou aéreos, capazes de coletar informações da superfície terrestre e de detectar diferentes faixas do espectro eletromagnético. Porém devido à facilidade de adaptação às necessidades de coleta de dados das culturas, como a possibilidade de tomada de imagens em todo o processo de análise da lavoura, e também pela redução de custos para obtenção das informações e praticidade de se usar um equipamento portátil, o uso de sensores aéreos acoplados à Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT)⁵¹, tem se tornado a alternativa mais sustentável para o mercado.

Em uma lavoura, ocasionalmente ocorrem alguns processos que podem acarretar no comprometimento da produtividade da cultura. Estes processos, se detectados a tempo, podem ser tratados e corrigidos sem que haja prejuízo do ganho

⁵¹ Atualmente a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) também utiliza os termos: aeronave remotamente pilotada (RPA) ou drone, para o que neste artigo chamaremos de VANT.

na produção, e isto pode ser feito através do uso dos VANTs, combinado a técnicas de sensoriamento remoto e com amostras georreferenciadas da superfície⁵².

O índice de vegetação da diferença normalizada (*Normalized Difference Vegetation Index* - NDVI⁵³) é um índice de fácil aplicação e utilizado em AP por apresentar uma forte correlação linear com o crescimento da cultura e por ser mais indicado para análises temporais. É também usado pelo fato ser sensível à clorofila, o que facilita na indicação de áreas de maior produtividade, na avaliação da sanidade das plantas, da área de plantio, da biomassa, no teor de nutrientes das plantas e outros aspectos.

Com o uso deste conjunto de tecnologias e pela necessidade de analisar e gerenciar a variabilidade existente nas culturas, a AP vem auxiliando no melhoramento da forma de gerência de lavouras, e como resultado, contribuindo para o aumento da produtividade nelas.

AGRICULTURA DE PRECISÃO

A AP surgiu da necessidade de uma avaliação eficiente e precisa da variabilidade de produção e qualidade existente nas culturas, uma vez que para cultivos de áreas muito extensas esse controle necessita mais que apenas da observação visual do agricultor, e este detalhamento foi perdido conforme as lavouras foram crescendo de tamanho. (MOLIN, 2004).

Embora o termo AP ainda seja relacionado ao manuseio de um grande maquinário, esta não se restringe a somente isto, pois apesar das máquinas auxiliarem muito o produtor, o que realmente importa é a constatação de que há variabilidade espacial e a sua intensidade é muito elevada para tratá-la como uniforme (BERNARDI et al., 2014).

A AP pode ser definida como uma nova forma de gestão ou de gerenciamento da produção agrícola. Esta constitui um conjunto de tecnologias e procedimentos utilizados em conjunto com os objetivos de otimizar a lavoura e os sistemas de

⁵² As amostras georreferenciadas da superfície terrestre são coletadas em campo por meio de equipamentos com tecnologia capazes de coletar informações do Sistema de Navegação Global por Satélite (*Global Navigation Satellite System* - GNSS).

⁵³ O NDVI é o índice utilizado basicamente com cunho ambiental, e tem como finalidade observar as diversas faixas de cobertura vegetal existentes em uma determinada localização.

produção, tendo como principal ator a gestão da variabilidade espacial da produção e dos fatores nela envolvidos (MOLIN, 2004), e também, após resolver os problemas das desuniformidades das lavouras, tirar, se possível, algum proveito destas desuniformidades (MAPA, 2009).

A AP é definida também como o conjunto de técnicas e metodologias que visam otimizar o manejo de cultivos e a utilização dos insumos agrícolas, proporcionando máxima eficiência econômica, e a utilização destas ferramentas auxilia no uso racional de agrotóxicos, diminuindo, assim, impactos ambientais decorrentes da prática agrícola (MAPA, 2009).

Podemos ainda dizer que a AP é uma forma de gestão da lavoura, onde são observados os erros antrópicos e naturais decorrentes do processo, sempre levando em conta a variabilidade espacial, a qual procura-se reduzi-la para que esta seja considerada uniforme e que haja um retorno econômico satisfatório (INAMASU; BERNARDI, 2014).

Sua ideia central, é que o produtor possa identificar as regiões de altas e baixas produtividades na lavoura e administrar estas diferenças com os mesmos critérios agronômicos já conhecidos e com um maior grau de detalhamento compatível com a escala. Isto é possível através do uso de tecnologias como GNSS, o Sistema de Informações Geográficas (SIG), informática e outros sensores utilizados nas máquinas agrícolas (MOLIN, 2004).

A aplicação da AP nas lavouras pode ocorrer por diversos motivos, tais como produtividade, solo (características físicas, químicas, compactação etc), infestação de ervas daninha, doenças e pragas (MAPA, 2009). Porém existem duas principais opções para gerenciamento. Uma delas é o gerenciamento de adubação, embasada no conceito de economia ou racionalização de insumos, e é a estratégia mais usada no Brasil. E a outra envolve o gerenciamento de entradas e saídas, envolvendo o conceito de reposição de insumos baseados na sua extração, medido a partir da produtividade dos talhões (MOLIN, 2004).

Estas técnicas são colocadas em prática a partir de amostras de solo georreferenciadas, que facilitam a distribuição de defensivos agrícolas de forma

variada dentro da lavoura, de maneira que a partir da relocação correta dos insumos retornem com um melhoramento da produtividade (MAPA, 2009).

Quando se pensa em AP, acredita-se que a colheita não é uma boa amostra para o estudo da produtividade, pois esta é considerada uma amostra destrutiva, ou até mesmo tardia, visto que após a colheita não há mais como melhorar o desenvolvimento da cultura. Porém, os mapas de produtividade apresentam dados de variabilidade temporal e espacial, os quais não se repetem para culturas diferentes e são informações valiosas para a AP (MOLIN, 2000).

A prática da agricultura, seja ela em grandes ou pequenas porções, não ocorre de maneira uniforme, devido às diferenças no solo e no relevo das glebas, que resultam na necessidade de tratamentos diferenciados em cada região de uma mesma cultura. Porém em áreas de cultivos muito extensas o agricultor foi perdendo o controle dos detalhes dessas culturas, pois o maquinário trata de áreas extensas de maneira uniforme, o que não é verdade. Portanto, este tipo de estratégia não pode ser considerado otimizado (MOLIN; DO AMARAL; COLAÇO, 2015).

Quanto mais dados em uma amostra mais consistentes serão as informações, e desta forma o diagnóstico referente à variabilidade será mais coerente. Com isto, os dados referentes à produtividade e a correta interpretação da variabilidade presente na lavoura e evidenciada nos mapas de produtividade, acarretam em uma relação direta de causa e efeito (MAPA, 2009).

Coelho (2005) destacou que no manejo da variabilidade das culturas utiliza-se tecnologias afim de descobrir as propriedades físicas e químicas do solo, dados climáticos, incidência de pragas, doenças, ervas daninhas e produção das culturas. O estudo é feito baseado em informações georreferenciadas, onde as informações são organizadas em camadas e processadas em mapas, utilizando técnicas geoestatísticas e de interpolação dos dados coletados para a interpretação dos mesmos. Para esta finalidade podem ser utilizadas fotografias aéreas obtidas por VANT ou imagens de satélite. As informações são analisadas e investiga-se quais fatores tem a maior influência na variabilidade.

Coelho et al. (2002), também diz que para que haja qualidade no manejo da cultura é necessário que existam ótimas populações de plantas, que estas estejam

devidamente espaçadas entre elas e dentro da linha de plantio, e que seja observada a profundidade e época da sementeira.

O autor, em relação aos fatores de contribuição da produtividade, ainda diz que podemos destacar a baixa qualidade das sementes comercializadas, a baixa produtividade do sorgo causada pela toxidez de alumínio nas camadas subsuperficiais dos solos, a baixa produtividade do sorgo (safra normal e safrinha) devido ao baixo nível tecnológico empregado, a baixa produtividade do sorgo cultivado em várzeas, a baixa tolerância ao frio e à intensidade luminosa, a degradação de áreas utilizadas para produção de silagem, o efeito negativo dos restos culturais do sorgo safrinha sobre o desenvolvimento da soja na próxima safra, estande inadequado para os diferentes sistemas de produção e perdas na produção devido ao estresse hídrico no sorgo cultivado em safrinha tardia (COELHO et al., 2002,p. 4).

Em AP os dados são analisados utilizando ferramentas de geoestatística⁵⁴, e além da disponibilidade dos dados com uma alta resolução espacial e temporal possibilitar uma maior robustez nos resultados, possibilita também um entendimento integrado e dinâmico das correlações espaciais e temporais entre diferentes fatores. Assim, é possível avaliar a dependência espacial e utilizá-la para interpolação de valores em locais onde não foram coletadas amostras, e assim, obtém-se informações contínuas de áreas onde haviam apenas informações discretas. Mas, vale ressaltar que para o correto tratamento destes dados, é imprescindível que os mesmos estejam georreferenciados (GREGO; DE OLIVEIRA; VIEIRA, 2014).

VANT

O uso de VANTs teve início no Brasil nos anos 80 para fins militares⁵⁵. Porém, por ser um instrumento de baixo custo e que possibilita o desenvolvimento de novas tecnologias, ele vem sendo utilizado como apoio a técnicas de agricultura de precisão. (JORGE; INAMASU, 2014)

De acordo com o relatório apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial (SDCI, 2017), o termo VANT deve ser empregado a todo

54 Utiliza-se a geoestatística quando é necessário trabalhar com variáveis aleatórias que apresentam estrutura espacial, levando em conta a semelhança dos pontos vizinhos georreferenciados.

55 Na área militar os VANTs são utilizados até hoje, geralmente na coleta de imagens aéreas do local de interesse, como equipamento de espionagem, para estudar a movimentação do oponente, e outros.

veículo aéreo não tripulado que contenha uma carga útil. Quando aplicados à agricultura de precisão, esta carga útil, que deve ser pequena, será equipada com sensores, que podem ser câmeras fotográficas, câmeras multiespectrais ou câmeras filmadoras, por exemplo. (FERNANDES, 2016)

Quando utilizado em conjunto com técnicas de SR, as imagens coletadas a partir do VANT podem auxiliar, por exemplo, na estimativa da produtividade e do surgimento de pragas nas culturas, de forma mais rápida e de maneira sustentável. (SHIRATSUCHI et al., 2014)

O uso dos VANTs na agricultura se mostra importante também, segundo Fernandes (2016), por serem equipamentos portáteis e realizarem voos autônomos, possibilitando a captura de imagens de alta resolução ao longo de todo o processo produtivo, o que possibilita a investigação da produtividade com base em informações georreferenciadas.

A utilização de imagens multiespectrais de satélites é muito útil e bastante utilizada na agricultura, porém o uso dessa tecnologia fica atrelada a disponibilidade de janela (céu livre de nuvens), o que pode dificultar na detecção rápida de pragas, por exemplo, e em AP o tempo é fundamental para a correção de fenômenos como este. Neste contexto, o uso do VANT diminui esta dependência, visto que esta plataforma permite uma maior flexibilidade para tomadas de imagens da área de estudo, principalmente para o monitoramento de culturas, o que é essencial para a AP (MORIYA, 2015).

As imagens coletadas pelos VANTs, embora possuam coberturas menores que as imagens coletadas por sensores acoplados aos satélites, são mais flexíveis, o que retorna resultados positivos para o usuário, tornando-se mais útil para o mesmo. (INAMASU; BERNARDI, 2014)

Ainda segundo Inamasu e Bernardi (2014), os VANTs são compostos por uma estação de controle no solo, o qual é possível planejar o trabalho a ser executado e monitorá-lo remotamente, o que possibilita a visualização do mapa do local estudado com a referência da posição do VANT. O veículo também acompanha um GPS acoplado, uma unidade de navegação inercial de 3 eixos, no geral com 6 graus de

liberdade, o que garante uma melhor precisão da posição, um magnetômetro de três eixos, Sistema de rádio com interface de servo e *safety pilot* e um computador de voo.

Morya (2015), utilizou imagens multiespectrais obtidas por VANTs em uma plantação de cana-de-açúcar para que através da variação no ângulo de visada em medidas radiométricas na cana-de-açúcar, fosse possível detectar diferentes assinaturas espectrais encontradas na lavoura, e determinou quais eram estas regiões do espectro. Desta forma, foi capaz de realizar a detecção de pragas, daninhas, solo exposto, cana-de-açúcar sadia e também infectada com estria vermelha na cultura.

Martello (2017), avaliou a potencialidade de imagens multiespectrais obtidas através de VANTs, para a obtenção de modelos tridimensionais para estimar altura, produtividade e variabilidade espacial em uma cultura de cana-de-açúcar no período de um ano. O autor utilizou duas câmeras, uma com sensibilidade na região espectral do visível (RGB) e outra na região espectral do infravermelho próximo (IVP), ambas sincronizadas via GNSS, o que possibilitou a aquisição de imagens de altíssima qualidade e de orto-mosaicos e modelos digitais de superfícies (MDS) pelo método de reconstrução automática em 3D, ajustados por pontos de controle em solo.

Fernandes (2016), utilizou um VANT, equipado com dois sensores (um deles possuía resolução espectral de três bandas - verde, vermelho e infravermelho próximo - e o outro sensor com resolução espectral de uma banda - infravermelho termal), para sobrevoar uma área de 51,6 ha e coletar imagens multiespectrais, e avaliou a produtividade em uma cultura de milho naquela região.

SENSORIAMENTO REMOTO

SR é caracterizado pela obtenção de informações de uma determinada superfície, sem que haja contato físico com ela (SHIRATSUCHI et al., 2014). Uma das vantagens do uso do SR nas culturas, é a possibilidade de extração de informação de grandes áreas com mais rapidez e com o mínimo de dados coletados (BERNARDI et al., 2014).

Na agricultura, o principal objetivo do SR é traçar zonas similares de manejo, e desta forma aperfeiçoar a logística agrícola de adubação, irrigação e outros procedimentos agrotécnicos. Utilizar o monitoramento próximo ao estado das culturas

permite uma melhor gestão dos recursos, e retorna em lucratividade combinada a práticas agrícolas sustentáveis (SARTORI; MORAES, 2010).

De acordo com Morya (2015, p. 21, apud MULLA, 2013), as imagens hiperespectrais vêm revolucionando a forma de distinguir diversas características de cultivos agrícolas, incluindo nutrientes, água, pragas, doenças, ervas daninhas, biomassa e estrutura do dossel.

Para estimar os parâmetros capazes de detectar estes fenômenos, são utilizados sensores capazes de registrar a energia eletromagnética refletida ou emitida pelo alvo. Estes sensores possuem diferentes resoluções, tais como a espacial, temporal, radiométrica e espectral. Os sensores multiespectrais são capazes de detectar diferentes faixas do espectro eletromagnético, como as faixas do visível, infravermelho próximo, infravermelho médio e termal, e assim retornam informações diferentes para alvos diferentes de superfície (SHIRATSUCHI et al., 2014).

O índice de vegetação da diferença normalizada (NDVI) é um índice de fácil aplicação e que possibilita a detecção de variações na vegetação de maneira rápida e eficiente, isto faz com que seja utilizado para avaliar a sanidade, a área de plantio, a biomassa e o teor de nutrientes das plantas (BERNARDI et al., 2014). Além disto, Shiratsuchi et al. (2014), também destaca o uso do SR para estimar a produtividade das culturas, o monitoramento de estresse hídrico e a avaliação do estágio fenológico⁵⁶.

Os valores atribuídos ao NDVI variam entre -1 e 1, e as vantagens de usar este índice, embora ele seja mais complexo que o *Ratio Vegetation Index* (RVI), que é universalmente mais conhecido, é decorrente dele tender a ser linearmente mais proporcional à biomassa. O NDVI é também mais indicado para fazer análises comparativas temporais de uma mesma área, pois espera-se que este sofra menos influências pelas variações das condições atmosféricas. (MENESES et al., 2012).

⁵⁶ A fenologia explica as mudanças morfológicas da planta, e as transformações características ao ciclo da cultura, como por exemplo o estágio desde a germinação, passando pelo crescimento, florescimento até chegar à maturação.

Segundo Bernardi et al. (2014), cálculo do NDVI é feito através da razão entre a diferença de reflectância das bandas do infravermelho próximo (IVP) e do vermelho (VER), em relação à soma das mesmas bandas, como expressa a Eq. 1.

$$L = \frac{Q_{IVP} - Q_{VER}}{Q_{IVP} + Q_{VER}}; \quad (1)$$

onde, Q_{IVP} e Q_{VER} são as reflectâncias das bandas do infravermelho próximo e do vermelho.

Para amenizar o efeito do solo na interpretação dos dados, foi criado também o índice de vegetação ajustado pelo solo (SAVI - *Soil-Adjusted Vegetation Index*), que segundo Shiratsuchi et al. (2014), ele baseia-se no princípio de que a curva de vegetação tende a aproximar-se da curva de solo para baixas densidades de vegetação, passando por uma mistura de respostas espectrais para densidades médias e quase nenhuma influência do solo para densidades altas de vegetação. O SAVI consiste na própria fórmula do NDVI, acrescida de uma constante L, que varia de 0 a 1, dependendo do grau da maior ou menor cobertura do solo, respectivamente (SHIRATSUCHI et al., 2014, p. 60).

O SAVI é expresso matematicamente como na Eq. 2.

$$L = \frac{Q_{IVP} - Q_{VER}}{Q_{IVP} + Q_{VER} + L}; \quad (2)$$

Frasson et al. (2007), observou que há correlação entre os baixos valores de NDVI e o surgimento de falhas para linhas de plantio de uma cultura de cana-de-açúcar, e que para valores maiores de NDVI haviam maiores adensamentos da vegetação, sendo estas correlações explicadas pelo teste t₅₇ entre 95 e 99%.

Victorino e Varella (2014), observaram que com índices de NDVI abaixo de 0,3664, para uma plantação de Tifton 85, recomenda-se aplicação de Nitrogênio, afim de aumentar a produtividade. Observou-se também que com a cultura em estágio de

57 O teste t de Student é geralmente o mais utilizado para verificar as diferenças entre as médias de dois conjuntos de dados, e para isto testam-se as hipóteses nula (H0), onde a média amostral é igual média populacional, e a hipótese alternativa (H1), onde a média amostral é diferente da média populacional.

desenvolvimento próximo ao de corte, não há resultados significativos para os índices de SAVI.

Bernardi et al. (2014), utilizou os dados de NDVI, para uma cultura de sorgo em uma área de 12ha, para analisar a variabilidade espacial existente na lavoura. O uso do índice também possibilitou na detecção das áreas de maior produtividade, pois como o NDVI é sensível à quantidade de clorofila na vegetação, e observou-se áreas com maior resposta ao contraste das bandas do IVP e do VER, pôde-se presumir então, que estas áreas eram as mais produtivas.

A tecnologia do SR auxiliou Calou, et al. (2017), na utilização de métodos de classificação em imagens coletadas por VANT para a detecção de daninhas em uma cultura de sorgo. Observou-se que através do grande nível de detalhamento dos produtos gerados pelo veículo, possibilitou em uma classificação com classes pré-definidas que foram acertadas pelo algoritmo. Isto proporcionou maior controle no uso de herbicidas, o que retornou positivamente na qualidade da cultura, na economia dos gastos com o mesmo e na diminuição da agressão do solo com o uso dos insumos agrícolas utilizados de maneira aleatória.

Para a estimativa de falhas em uma determinada cultura de cana-de-açúcar com 22 linhas de plantio em uma área de 1,16 ha, Alvares et al. (2008), observou que o NDVI, o qual a média ficou igual a 0,63 correspondente à 5,27% de falhas, respondeu com valores altos para áreas áreas sem falhas e com valores baixos para áreas com falhas. O método utilizado resultou em bons resultados, com um coeficiente de determinação de 53%, podendo ser considerado para o monitoramento das falhas.

Fernandes (2016), a partir do levantamento realizado com VANT, possibilitou a geração de mosaico das imagens multiespectrais e mapa do índice de vegetação da diferença normalizada (NDVI) com resolução espacial de 0,7 metros. Observou-se também dados de produtividade com valor médio igual a 9.921,8kg. E por fim, o resultado estatístico do cruzamento de dados demonstrou que era possível determinar a produtividade da colheita com base nos dados do NDVI e da banda do infravermelho termal, inclusive onde não havia disponibilidade de monitores de colheita.

CONCLUSÃO

O advento da tecnologia GNSS vem possibilitando avanços em grandes escalas em todos os ramos da ciência, e esta tem sido um braço indispensável nas melhorias para a agricultura, o que tem sido comprovado a cada novo experimento realizado no ramo.

A produtividade das culturas está atrelada a uma gama de fatores determinantes para o bom desempenho da mesma, e se estes fatores de risco forem descobertos a tempo e reparados, o ganho na colheita pode superar as expectativas. A variabilidade existente nas culturas é provocada por estes fatores, e precisa ser estudada, acompanhada e controlada para que estes não influenciem negativamente na produtividade da safra. Em grandes plantações este controle torna-se mais difícil, e é neste momento em que o sensoriamento remoto auxilia os produtores rurais.

As imagens orbitais, além do seu alto custo de obtenção para a resolução espacial satisfatória para a agricultura, não atendem bem a necessidade temporal que as culturas exigem. Por conta disto, os VANTs têm se tornado cada vez mais aliados da agricultura, devido à sua flexibilidade em relação às resoluções temporais e espaciais, o que melhora o nível de detalhamento do produto produzido e permite um acompanhamento em menores intervalos de tempo da plantação.

A detecção de pragas, se feitas logo no início do seu surgimento, evitam grandes perdas na produtividade de uma safra inteira, e antes do uso do sensoriamento remoto na agricultura, essa detecção por vezes era feita de forma tardia, o que colocava em risco toda a colheita. Hoje isto é possível ser feita através da classificação de imagens multiespectrais, ou até mesmo de imagens RGB, ambas georreferenciadas, em qualquer estágio da cultura, desde o brotamento até a safra, o que permite o reparo no estágio inicial da praga e garante a saúde de toda a cultura.

As falhas nas culturas também são um ponto determinante da produtividade da mesma, e mais uma vez, através do uso do sensoriamento remoto, aplicando os índices NDVI ou SAVI, por exemplo, é possível detectá-las logo na primeira quinzena, permitindo o reparo nas linhas de plantio e assegurando a produtividade esperada ao final da safra.

Os experimentos citados ao longo do artigo demonstraram que, graças ao uso dos VANTs em conjunto com técnicas de sensoriamento remoto, foram gerados produtos satisfatórios não apenas em relação à resolução e escala do produto produzido, mas que também darão respostas economicamente positivas para o agricultor. Tais resultados agradam a todo o mercado consumidor, desde o produtor até consumidor final, pois quanto mais se investe em melhorias na produção, melhor será a produtividade da cultura, o que refletirá no preço final do mesmo.

Contudo, conclui-se que o agricultor que optar por investir nestas tecnologias, tem em suas mãos ferramentas que garantirão um aumento substancial na produtividade da sua cultura, evitando danos e prejuízos indesejáveis, pois com a aplicação dos métodos de prevenção precoce dos fatores limitantes do aumento de eficiência da lavoura, os índices ao final da safra tendem a ser os melhores possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Clayton A. et al. Sensoriamento remoto no mapeamento de falhas de plantio em cana-de-açúcar. In: **Congresso Brasileiro de Agricultura de Precisão**. 2008. p. 467-481.

BERNARDI, AC de C. et al. **Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar**. **Embrapa Instrumentação-Livro técnico (INFOTECA-E)**, 2014.

BERNARDI, AC de C. et al. Variabilidade espacial de parâmetros físico-químicas do solo e biofísicos de superfície em cultivo do sorgo. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 18, p. 623-630, 2014.

CALOU, Vinicius Bitencourt et al. **Classificação de imagem obtida por meio de VANT para monitoramento da aplicação de herbicidas na cultura do sorgo**. 2017.

COELHO, Antônio Marcos. Agricultura de precisão: manejo da variabilidade espacial e temporal dos solos e culturas. **Embrapa Milho e Sorgo-Documents (INFOTECA-E)**, 2005.

COELHO, Antônio Marcos et al. Seja o doutor do seu sorgo. **Informações Agronômicas**, v. 100, 2002.

FERNANDES, Pablo et al. **Estimativa da produtividade de milho (Zea Mays L.) através de imagens obtidas por veículo aéreo não tripulado**. 2016.

FRASSON, Flávia Roncato et al. **Quantificação de falhas de plantio em cana-de-açúcar utilizando um sensor ótico ativo**. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, v. 8, 2007.

GREGO, Célia Regina; DE OLIVEIRA, Ronaldo Pereira; VIEIRA, Sidney Rosa. Geoestatística aplicada a Agricultura de Precisão. **Embrapa Monitoramento por Satélite-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2014.

INAMASU, Ricardo Y.; BERNARDI, AC de C. Agricultura de precisão. **Embrapa Instrumentação-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2014.

JORGE, LA de C.; INAMASU, Ricardo Y. Uso de veículos aéreos não tripulados (VANT) em agricultura de precisão. **Embrapa Instrumentação-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2014.

MARTELLO, Maurício. **Estimativa da altura e produtividade da cana-de-açúcar utilizando imagens obtidas por aeronave remotamente pilotada**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

MENESES, Paulo Roberto et al. Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto. **Brasília: UnB**, p. 01-33, 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Agricultura de Precisão**: Boletim técnico. 2009.

MOLIN, José Paulo; DO AMARAL, Lucas Rios; COLAÇO, André. **Agricultura de precisão**. Oficina de Textos, 2015.

MOLIN, José P. Geração e interpretação de mapas de produtividade para agricultura de precisão. **BORÉM, A.; GIÚDICE, MP; QUEIROZ, DM; MANTOVANI, EC**, p. 237-58, 2000.

MORIYA, Érika Akemi Saito. **Identificação de bandas espectrais para detecção de cultura de cana-de-açúcar sadia e doente utilizando câmara hiperespectral embarcada em VANT**. 2015.

SARTORI, Anderson Antônio da Conceição; MORAES, Diego Augusto de Campos. **Inteligência dos satélites como suporte no monitoramento de cultivos agrícolas**. 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL. **Estudo sobre a indústria brasileira e europeia de veículos aéreos não tripulados**. 2017.

SHIRATSUCHI, Luciano Shozo et al. Sensoriamento remoto: conceitos básicos e aplicações na agricultura de precisão. **Embrapa Monitoramento por Satélite- Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2014.

VICTORINO, Ramon; VARELLA, Carlos. **Estudo das relações entre índices de vegetação e produtividade de Tifton 85, utilizando imagens multiespectrais adquiridas com VANT**. XLIII Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola CONBEA. 2014.

HISTÓRIA

Como citar: SANTOS, João Marcos Passos dos. *A Historicidade da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 10, Maio, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

A HISTORICIDADE DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

POR: JOÃO MARCOS PASSOS DOS SANTOS⁵⁸

⁵⁸ Graduando no curso de Licenciatura em História pelas Faculdade Integradas Simonsen. Email: joamarcospassosds@gmail.com

RESUMO: A presente pesquisa tem o intuito de analisar a participação do Exército Brasileiro durante um conflito que ficou marcado na história, a Segunda Guerra Mundial. Diante do cenário de destruição, notícias de vítimas e parentes que presenciaram a guerra entre as forças Aliadas e o Eixo, juntamente com outros fatores, são recordadas. Todavia, com base nas análises, documentos e vertentes, ressaltam a participação do Brasil, com a principal incumbência de libertar a população italiana das tropas nazistas. Através das interpretações, enfatizam a presença de aproximadamente 25 mil brasileiros que não possuíam a compreensão e preparo adequado, porém, com bravura e pertinência, conquistaram o êxito de cada batalha. Por consequência e diante dos fatos mencionados, através das interpretações, existe a intenção de exercer o despertar e o sentimento de admiração, apreço e gratidão aos heróis pracinhas pelos feitos realizados.

PALAVRA-CHAVE: Segunda guerra Mundial; Exército Brasileiro; FEB; Pracinhas; Força Expedicionária Brasileira.

ABSTRACT: The present research intends to analyze the participation of the Brazilian Army during a conflict that was marked in history, the Second World War. Faced with the scenario of destruction, news of victims and relatives who witnessed the war between Allied forces and the Axis, along with other factors, are remembered. However, based on the analyzes, documents and trends, the participation of Brazil, with the main task of liberating the Italian population from Nazi troops, is underscored. Through the interpretations, they emphasize the presence of approximately 25 thousand Brazilians who did not possess the adequate understanding and preparation, but, with bravery and pertinence, they achieved the success of each battle. Consequently, and in view of the above mentioned facts, through interpretations, there is the intention to exert the awakening and the feeling of admiration, appreciation and gratitude to the small heroes for the achievements made.

KEYWORD: Word War Two; Brazilian Army; FEB; Pracing; Brazilian Expeditionary Force.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é de fundamental importância ressaltar um acontecimento que marcou a história da humanidade no período entre, 1939-1945, conhecido como: “Segunda Guerra Mundial”. Esse conflito ficou caracterizado por diversos relatos, mortes, consequências que até o contexto atual, é discutido no âmbito de pesquisas, obras literárias, filmes e outras fontes que proporciona o conteúdo para agregar conhecimentos de diversas interpretações e que favorecem nos estudos presentes e futuros. Esta guerra foi total, pois, envolveu nações que mobilizaram todos os seus recursos possíveis para manter a participação e conquistar o objetivo, juntamente com as consequências.

Diversos países da Europa presenciaram este grande conflito que aos poucos, se expandiu em determinadas áreas do mundo. Portanto, com base em algumas fontes e obras literárias que proporciona o quanto foi importante a presença dos brasileiros ao lado dos Aliados (URSS, EUA, GRÃ-BRETANHA E FRANÇA), para combater as forças da Alemanha Nazista e do Japão, não se deve deixar no esquecimento os atos de grandes heróis que estiveram presente no campo de batalha salvando vidas, perdendo companheiros, compartilhando a cultura brasileira e ensinamentos para italianos que puderam vivenciar a compaixão que os pracinhas refletiam em cada gesto que ainda é recordado por diversos italianos que estavam presentes naquele contexto histórico.

Contudo, diversos brasileiros ignoram ou até mesmo, não reconhece que no período da Segunda Guerra, diversos soldados brasileiros estiveram presentes nos campos de batalha e obtiveram um papel importante contra o exército nazifascista. É com base nessa e outras interpretações que o autor João Barone⁵⁹, autor do livro:

⁵⁹ João Barone é baterista dos Paralamas do Sucesso e pesquisador da Segunda Guerra Mundial, com foco na participação brasileira no conflito. Escreveu durante três anos a coluna Barone vai à guerra, na revista Grandes Guerras, e realizou o documentário Um brasileiro no Dia D (2006), lançado em DVD e exibido em vários canais de TV. Recebeu condecorações por seu trabalho de valorização da história do Brasil na Segunda Guerra, entre elas a Medalha Três Heróis Brasileiros (Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, 2009), a Medalha Mascarenhas de Moraes (Associação Nacional dos Veteranos da FEB, 2010) e a Medalha da Vitória. É fundador e presidente do Clube de Veículos Militares Antigos do Rio de Janeiro, membro da Military Vehicles Preservation Association, nos Estados Unidos, e diretor da Associação Brasileira de Preservadores de Veículos Militares. Lançou seu primeiro livro, A minha segunda guerra, em 2008. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/1942-Brasil-Guerra-Quase-Desconhecida/dp/8520933947>

“1942 – O Brasil e Sua Guerra Quase Desconhecida”, afirma:

“[...] 95% da população do Brasil ignora que nosso país tenha participado da Segunda Guerra Mundial. Esconde-se, com a desculpa de não valorizarmos nossa memória, a verdade de que a história do país foi escrita com o sangue dos índios exterminados, dos negros escravos, dos que expulsaram os invasores franceses e holandeses, dos insurgentes, dos revoltosos, dos soldados de pés descalços e dos caboclos que lutaram nas montanhas nevadas da Europa, bravos brasileiros esquecidos pelo seu próprio povo pacífico.”(BARONE 2013, p.17)

Em consequência, mesmo havendo o suposto esquecimento, com o passar do tempo, foram sendo produzidas diversas bibliografias sobre a Segunda Guerra Mundial. E, posteriormente, diversos materiais sobre o Brasil, relatando como foi a importância dos soldados brasileiros que enfrentaram este momento terrível e marcante da história.

DESENVOLVIMENTO

CONTEXTO HISTÓRICO

Após a derrota da Alemanha contra os Aliados na Primeira Guerra Mundial que marcou o período entre, 1914-1918, surgiram eventos que culminaram na junção de diversos fatores, tornando-se uma fase difícil e marcante para os germânicos e, em consequência deste grande conflito, originou-se o Tratado de Versalhes. Este Tratado, segundo algumas interpretações, foi assinado no dia 28 de junho de 1919. Apresentando a definição de um acordo de paz pelos países Europeus, em resumo, a Alemanha responsabilizava-se pela guerra ocorrida e estava disposta a cumprir imposições em vários âmbitos, como por exemplo: na área Econômica, Militar e Política. Posteriormente, perdendo também importantes áreas que forneciam matérias-primas, e uma cessão de território ligado à Polônia, que ficou conhecido como Corredor Polonês⁶⁰ e o enaltecimento da cidade polonesa chamada Dantzig,

⁶⁰ Apesar de esse comportamento ser antigo, a expressão que o denomina é bastante recente, já que Corredor Polonês é uma estreita faixa de terra localizada na Polônia, que compreende grande parte do Rio Vístula. A posse da região foi transferida da Alemanha para a Polônia em 1919, graças ao Tratado

juntamente com a perda do território. Além dos fatos mencionados, houve uma demasiada inflação que afetou a economia. E com as limitações impostas pelo tratado, atingiu até mesmo a capacidade da própria defesa, não podendo haver o crescimento e evolução nas forças militares. Como afirma a seguinte tese sobre as consequências do Tratado de Versalhes:

“Com o fim da guerra, a Alemanha perdeu um sétimo de seu território e todas as suas colônias. Também foi proibida de se unir à Áustria. As suas forças armadas foram desmanteladas: o exército só poderia contar com 100000 homens e não haveria mais força aérea nem marinha. O artigo 232 do Tratado de Versalhes ordenou ao país o pagamento de indenizações à França, à Grã Bretanha, à Itália e à Bélgica, no valor de 132 bilhões de marcos de ouro. A instabilidade política da República de Weimar, aliada à crise econômica provocada pelo crash da bolsa de Nova Iorque (1929), favoreceu o surgimento do nazismo.” (SEGUNDA, 2007, v.1, p. 19, apud NEPOMUCENO, 2010)⁶¹

Diante do caos e inconformados com as imposições, foi elevado o sentimento de revanche e revolta. É através desta fase que surge a “figura atrativa” de Adolf Hitler com o crescimento no cenário político, as propostas do nacional-socialismo e também, a política populista⁶². Em seguida, com as razões apontadas anteriormente e dando ênfase no domínio da oratória, Hitler foi galgando a cada dia, agregando a confiança e votos da população. Assim, era compreensível que até o ano de 1936, o Totalitarismo Alemão era visto como uma ameaça à paz de todas as nações. Ele planejou diversas formas para que os alemães pudessem voltar a acreditar em uma nova perspectiva para a Alemanha, pregando propostas fazendo parecer para cada indivíduo que tudo era correto e o que estava pendente a acontecer,

de Versalhes. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/o-que-e-corredor-polones,a808d8aec67ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

⁶¹ NEPOMUCENO, Enio Carneiro. A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: a importância das pequenas frações na conquista de montese. 2010. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Teresina, 2010.

⁶² Forma de governo que busca dar maior importância às classes menos favorecidas, conquistando sua confiança e permitindo um autoritarismo camuflado.

consequentemente, seria alcançado à confiança de cada cidadão até conquistar o cargo de presidente, ou como conhecido, Führer⁶³. Cada palavra dita refletia que a Alemanha daria a volta por cima, ressurgindo de um país forte o bastante para reconquistar tudo o que havia perdido.

Eventualmente, diante dos relatos citados, é notório afirmar que através das junções daqueles acontecimentos, o mesmo período, gerou o maior conflito armado do século XX, iniciando em 1939, logo após um período de conflito entre as principais potências internacionais daquele contexto. A Segunda Guerra Mundial retratou uma destruição que jamais foi vista e que transportou reações marcantes em todas as partes do mundo. Sendo assim, a importância da hostilidade na história global, é descrita por Mussalém:

“A Segunda Guerra Mundial foi sem dúvida o maior conflito de toda a História Universal. Não se tem notícia no Mundo, de uma guerra de tamanhas proporções, que envolveu a Europa, a Ásia, o Oriente Médio, a África, a Oceania e as Américas. As estimativas de mortos no conflito indicam que aproximadamente 50 milhões de pessoas perderam a vida durante o período de setembro de 1939 a setembro de 1945, quando o Japão se rendeu incondicionalmente aos aliados.” (2005, p.22)

Por consequência, após os relatos descritos, ocorreu a aproximação da Itália e Japão com a Alemanha. Como afirma a seguinte interpretação; “Em 1º de novembro de 1936, uma semana após assinarem um tratado de amizade, a Alemanha e a Itália anunciaram a criação do Eixo Roma-Berlim. Em 25 de novembro de 1936, a Alemanha nazista e o Japão imperial assinaram o Pacto Anti Internacional Comunista (COMINTEM) em oposição a União Soviética. A Itália uniu-se ao Pacto em 6 de novembro de 1937. Em 22 de maio de 1939, a Alemanha e a Itália assinaram um tratado conhecido como Pacto de Aço, formalizando a aliança do Eixo através de provisões militares. Por fim, em 27 de setembro de 1940, a Itália e o Japão assinaram o Pacto Tripartite, mais conhecido como o Eixo.”⁶⁴

⁶³ [...] o temido homem chamado Adolf Hitler assumiu o poder na Alemanha, tendo as funções de presidente e chanceler e passando a ser auto intitular como Führer, em uma medida que foi aprovada
S H O R S D U O D: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/por-que-adolf-hitler-adotou-o-titulo-de-fuhrer/> V S R Q

⁶⁴ Trecho retirado em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/axis-alliance-in-world-war-ii-abridged-article>

Outro fator existente que marcou aquele período histórico e descrito, se resumiu em um pacto de não-agressão entre URSS e Alemanha, como afirma a seguinte análise:

“[...] Em substância, o pacto de não agressão concluído por Stalin com Hitler em 23 de agosto de 1939 previa, em seus protocolos secretos, a divisão da Polônia e uma esfera de influência soviética no Báltico. Uma semana depois Hitler pôde atacar a Polônia e desencadear a Segunda Guerra Mundial. Em 17 de setembro, enquanto a máquina bélica alemã destroçava as defesas da Polônia, a URSS invadiu a parte oriental do país, como estava previsto no pacto. Em 28 de setembro, a URSS e a Alemanha firmaram tratado de amizade que ratificava a repartição da Polônia e previa nova repartição das esferas de influência, atribuindo a Moscou também a Lituânia, além da Letônia e da Estônia.” (PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional, 1917-1991*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.p.195-196.)

Dado o exposto, no dia 01 de setembro de 1939, os alemães seguiam uma estratégia de ataque que foi utilizado em diversas conquistas posteriores. resumida com o termo *Blietzkrieg*⁶⁵ contra a Polônia, atingindo, assim, os pontos mais frágeis em poucos minutos. Iniciando, o constante avanço do exército nazista em alguns territórios da Europa. O autor Max Hastings⁶⁶, em sua obra “Inferno o Mundo em Guerra 1939-1945”, no primeiro capítulo que tem como título “A Polônia Traída”, retrata os antecedentes e os passos que o exército nazista estava prestes a agir e

⁶⁵ Termo alemão para guerra-relâmpago – foi uma tática militar de nível operacional que utilizava forças móveis em ataques rápidos e de surpresa, não dando tempo para as forças inimigas organizar defesas. Seus três elementos essenciais eram a o efeito surpresa, a rapidez da manobra e a brutalidade do ataque, e seus objetivos principais a desmoralização do inimigo e a desorganização de suas forças – paralisando seus centros de controle. O inventor desta estratégia militar foi o general Erich von Manstein. O efeito desejado da guerra-relâmpago somente é conseguido utilizando coordenadamente a infantaria, os blindados e a força aérea, que agem juntos para romper as linhas inimigas num ponto de ruptura. <https://segundaguerra.net/blitzkrieg-a-temida-guerra-relampago/>

⁶⁶ Sir Max Hastings é jornalista, apresentador de televisão e autor, com mais de vinte obras publicadas. Atualmente escreve com regularidade para o Financial Times e o Daily Mail. Filho e neto de escritores, estudou na University College, em Oxford, que abandonou para se dedicar ao jornalismo. Passou muitos dos seus primeiros anos de jornalista como correspondente para a estação de televisão BBC e para o London Evening Standard, tendo acompanhado onze conflitos militares, incluindo a Guerra do Vietname e a Guerra das Malvinas. Recebeu prêmios pela sua carreira literária e jornalística, incluindo o Somerset Maugham Prize e o Journalist Of The Year e Reporter Of The Year, nos British Press Awards de 1982. Em 2002 foi ordenado Cavaleiro por serviços prestados ao jornalismo e em 2008 recebeu a Medalha do Duque de Westminster para a Literatura Militar pela sua contribuição para esta área ao longo da sua vida. Tem dois filhos adultos e vive com a mulher em West Berkshire, onde se dedicam com entusiasmo à jardinagem. Disponível em : <https://www.wook.pt/autor/max-hastings/54467>

desencadeando na Segunda Guerra Mundial.

BRASIL ANTES DA GUERRA

É indiscutível que existem diversas vertentes sobre a participação do Exército brasileiro na Segunda Guerra. Dentre as visões e obras existentes, alguns historiadores apontam que um dos motivos pelo qual o Brasil ingressou na guerra, se definiu na pressão do governo norte-americano para encerrar o período de neutralidade adquirido pelo presidente Getúlio Vargas⁶⁷. Em outras palavras, o Brasil tomou uma posição de neutralidade diante da guerra, mostrando-se imparcial às duas alianças. O Presidente, dessa forma, procurava adquirir ganhos econômicos dos dois lados e seu objetivo era a industrialização no Brasil e, por isso, buscava investimentos com demais países.

“Em julho de 1939, uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança Nacional, sob a presidência de Getúlio Vargas, avaliou a situação política europeia e decidiu que, em caso de guerra, o Brasil adotaria uma posição de Neutralidade. Essa decisão aparentemente expressava algum tipo de consenso entre as altas autoridades que participaram da reunião. Na verdade, porém, ele era o resultado de uma divisão profunda na cúpula do governo Vargas acerca de qual seria a melhor aliança para o Brasil no final dos anos 30.” (MOURA, 1993)

Dado o exposto, vale ressaltar que o Brasil possuía vínculo não somente com os Estados Unidos mais também, a Alemanha. Portanto, Vargas permaneceu neutro diante do conflito que a cada dia, se expandia por toda a Europa e em outras regiões do mundo. Afinal, o Brasil, no período de 1930 estava com a autoridade de Getúlio Vargas, que em 1937 sob sinal de um golpe comunista, declarou uma nova Constituição, ao Estado Novo (1937-1945). Quando a guerra iniciou na Europa, o governo declarou neutralidade ao que ocorria no outro lado do Atlântico. Logo, a política brasileira naquele contexto era descrita de diferentes formas, uma delas é vista pelo autor, João Barone:

“um pêndulo que procurava tirar proveito das relações

⁶⁷ Era o Presidente da República do Brasil durante a segunda Guerra Mundial, foi casado e teve 5 filhos. Nasceu na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 1882. Concluiu a faculdade de Direito em 1907 e em 1909 iniciou sua carreira política como deputado estadual. Exerceu funções políticas importantes, até tornar-se presidente do Brasil durante duas oportunidades: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de agosto de 1954, após cometer suicídio. Entre seus principais feitos estão: instituição da carteira de trabalho, criação da Companhia Vale do Rio Doce e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

comerciais com os Estados Unidos e com a Alemanha ao mesmo tempo, deixando de lado qualquer favoritismo político e contornando os perigos da dependência de apenas um parceiro comercial”.(2013, p. 61)

Além disso, no decorrer do avanço da grande guerra, na América, os Estados Unidos vinculavam os países para uma proteção do continente, que foi decidida em uma reunião em Havana, da qual participaram vários chefes de Estado.

Eventualmente, na obra sobre João Baptista Mascarenhas de Moraes chamado “Memórias”, ressalta a seguinte interpretação:

“A situação político-militar da Europa e as ameaças eixistas impuseram em julho de 1940, uma nova Reunião de Consulta dos Chanceleres, desta vez em Havana. Decorreu desse conclave a deliberação “de que todo atentado de Estado não-americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado americano será considerado como ato de agressão contra os estados que firmam esta declaração”. (MORAES, 2005, p. 23)

NAVIOS BRASILEIROS ATACADOS

Diante dos acontecimentos e avanço da Alemanha Nazista conquistando territórios sem cessar, como se não bastasse, a primeira morte que afetaria esta relação que havia entre Brasil e Alemanha, foi de um brasileiro na Segunda Guerra, onde navios brasileiros foram atacados.

Com base em fontes historiográficas, esta interpretação é citada pelo autor João Barone:

“O primeiro navio brasileiro a ser atacado pelos alemães foi o Taubaté, um cargueiro a vapor que se encontrava na costa do Egito, em 22 de março de 1941, quando o Brasil ainda mantinha relações comerciais com o Eixo. O ataque injustificado foi feito por um avião nazista que metralhou o navio, mesmo com a bandeira do Brasil hasteada e pintada no casco, o que causou a morte do tripulante José Francisco Fraga, primeira vítima brasileira na Segunda Guerra. O Taubaté — que não foi afundado — era um dos muitos navios que o Brasil confiscou da frota mercante alemã nos portos brasileiros, durante a Primeira Guerra.” (Barone, 2013, pág. 23)

Este foi o primeiro de diversos ataques que o Brasil passou a receber das forças do Eixo e afetando não somente a área militar como também, as relações que estava prestes a ser desfeita com a Alemanha. Posteriormente, o fato que provocou logo após esses ataques, se resumiu na participação dos brasileiros nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial em 1944.

Seguidamente, diante do ataque a base naval americana de Pearl Harbor, e o crescimento das notícias que alertava cada expansão da guerra, os brasileiros estavam dispostos a ajudá-los, como afirma a seguinte interpretação encontrada no site do Exército Brasileiro⁶⁸:

Em 1941, a Alemanha e a Itália dominavam a Europa continental e o norte da África. Manifestou-se então o terceiro aliado – o Japão, que já desenvolvia política de expansionismo, estabelecendo a Nova Ordem na Ásia. Em 7 de dezembro de 1941 forças aeronavais nipônicas atacaram de surpresa a Base Naval de Pearl Harbor, no curso de gestões diplomáticas entre os dois países, destruindo grande parte do poderio norte-americano no Pacífico. A guerra chegava às Américas. O chefe do governo brasileiro, Getúlio Vargas, dirigiu-se ao Presidente Franklin Delano Roosevelt informando-o de que o Brasil estava solidário com os Estados Unidos.

Logo, os acontecimentos que marcariam este período histórico continuariam surgindo. Assim como o ataque a base naval americana, segundo algumas obras literárias, filmes e documentos, afirma que, o motivo pelo qual os Estados Unidos declararam guerra às forças do Eixo, teria sido por conta deste acontecimento que até o contexto atual, existem vestígios, localizado no Havaí.

Ou seja, a aliança que existia entre os brasileiros e americanos, contribuiu com a preparação dos soldados para a guerra, e relações em diferentes áreas não somente no militarismo, havia também na economia e infraestrutura. Mesmo com essa dificuldade, conseguiam se preparar para o que estavam por vir e os ataques contra o exército nazistas em solo italiano no ano de 1944.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/guest>

MAPA E TABELA DOS NAVIOS BRASILEIROS ATACADOS

Em virtude dos fatos enfatizados que possui como base alguns autores, pesquisas e fontes que abrangem o contexto da participação da FEB, as seguintes informações apresentadas nas figuras 1 e 2 posteriormente, serão pertinentes para a compreensão das: localizações, navios, datas, horas e coordenadas onde ocorreram os ataques do Exército Nazifascista contra os navios brasileiros. Conseqüentemente, após as atrocidades, gerou as relações interrompidas entre Brasil e Alemanha e, principalmente, a admissão do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial:

FIGURA 1



FIGURA 2

Navio	Coordenadas	data/hora ^(b)
01. Buarque	36°35'N 75°20'W	15/02-00:45 Dom.
02. Olinda	37°30'N 75°00'W	18/02-14:07 Qua.
03. Cabedello	16°00'N 49°00'W	25/02 Qua.
04. Arabutan	35°15'N 73°55'W	07/03-17:10 Dom.
05. Cayrú	39°10'N 73°02'W	08/03-22:25 Seg.
06. Parnahyba	10°12'N 57°16'W	01/05-16:46 Sex.
07. Com. Lyra ^(c)	02°59'S 34°10'W	18/05-18:30 Qua.
08. Gonçalves Dias	16°09'N 70°00'W	24/05 Dom.
09. Alegrete	13°40'N 61°30'W	01/06-19:51 Seg.
10. Paracuri	17°30'N 68°34'W	05/06 Sex.
11. Não Identificado	n/d	05/06 Sex.
12. Pedrinhas	23°07'N 62°06'W	26/06-19:17 Sex.
13. Tamandaré	11°34'N 60°30'W	25/07-23:15 Sáb.
14. Piave	12°30'S 55°49'W	28/07-16:30 Ter.
15. Barbacena	13°10'N 56°00'W	28/07-20:40 Ter.
16. Baependy	11°50'S 37°00'W	15/08-20:12 Sáb.

17. Araraquara	12°00'S 37°10'W	15/08-22:03 Sáb.
18. Annibal Benévolo	11°41'S 37°21'W	16/08-05:13 Dom.
19. Itagiba	13°20'S 38°40'W	17/08-11:49 Seg.
20. Arará	13°20'S 38°49'W	17/08-16:03 Seg.
21. Não Identificado	13°31'S 38°36'W	17/08-18:37 Seg.
22. Jacira	14°30'S 38°40'W	19/08 Qua.
23. Ozório	00°13'N 47°47'W	27/09-21:10 Dom.
24. Lages	00°13'N 47°47'W	27/09-22:13 Dom.
25. Antonico	00°17'N 52°35'W	28/09 Seg.
26. Porto Alegre	35°27'S 28°02'E	03/11-12:42 Ter.
27. Apalóide	13°11'N 54°39'W	22/11-18:17 Dom.
28. Brasilóide	12°38'S 37°57'W	18/02 Quinta
29. Affonso Penna	16°04'S 36°03'W	02/03-19:01 Ter.
30. Tutóya	24°00'S 47°05'W	01/07 Quinta
31. Pelotaslóide	00°24'S 47°36'W	04/07 Dom.
32. Shangri-lá	Arraial do Cabo	22/07 Qui.
33. Bagé	11°29'S 36°38'W	01/08 Dom.
34. Itapagé	10°20'S 35°45'W	26/09 Dom.

35. Cisne Branco	n/d	26/09 Dom.
36. Campos	24°07'S 43°50'W	23/10 Sáb.
37. Vital de Oliveira	23°20'S 45°09'W	20/07- 00:34 Qui.
38. Camaquã	Costa de Pernambuco	21/07- 09:30 Qui.
39. Bahia	Atlântico Sul	04/07- 09:10 Qua.

Fonte: <http://www.sentandoapua.com.br/portal3/brasil-na-guerra-mainmenu-96-sp-1684242632/guerra-navalnavios-brasileiros-em-combate/mapa-dos-ataques> Acesso em 23, jan. 2019.

(a) As ocorrências 01 à 27 referem-se ao ano de 1942, 28 à 36 ao ano de 1943, 37 e 38 ao ano de 1944 e a 39 ao ano de 1945.

(b) Data/hora de Brasília

(c) Embora torpedeado não afundasse, cabendo ao pequeno tãnder USSTHRUSH em conjunto com o rebocador da Marinha brasileira HEITOR PERDIGÃO rebocar o navio danificado para Fortaleza (CE), enquanto três PBY (Esq. VP-83) davam cobertura em conjunto com os navios USS MILWAUKEE e USS CINCINNATI.

RELAÇÕES INTERROMPIDAS

Alguns historiadores e pesquisadores relatam diversas interpretações sobre os motivos que provocaram a entrada dos brasileiros na Segunda Guerra. Segundo João Barone, é apresentado em sua obra literária a seguinte compreensão:

“A Segunda Guerra chegou ao Brasil através do mar. Em agosto de 1942, depois dos seis afundamentos seguidos, dos dias 15 a 17, centenas de mortos e o clamor do povo nas ruas, o governo Vargas foi forçado a se posicionar quanto ao Eixo. Houve uma enorme repercussão pelo país diante das terríveis imagens, estampadas nos jornais, dos corpos das vítimas que chegaram com a maré nas areias das praias de Aracaju, especialmente mulheres e crianças.”(2013,p.23)

Em contrapartida, houve grandes manifestações em diferentes cidades do Brasil, cobrando de Getúlio Vargas, um posicionamento diante dos fatos ocorridos naquele ano que diversas famílias perderam parentes e alguns sem entender dos ataques.

Diante do cenário evidenciado no contexto histórico citado, o autor João Barone ressalta:

"A grande convulsão das ruas culminou com as manifestações estudantis promovidas pela UNE — a União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937 —, que não deixaram outra saída para o governo Vargas a não ser finalmente formalizar o estado de beligerância. Três dias depois das 607 mortes provocadas pelos ataques dos submarinos na costa brasileira, no dia 22 de agosto de 1942, o Brasil entrava de vez na Segunda Guerra Mundial" (BARONE, 2013, pág 24)

Por conseguinte, o governo de Getúlio Vargas forneceu a autorização para que as forças Aliadas empregassem algumas bases militares e portos em determinadas regiões no Brasil para o preparo dos soldados brasileiros e americanos.

A ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA

Após declarar guerra ao exército nazifascista e, ao mesmo tempo, tornando-se aliados aos Estados Unidos, o Brasil buscava uma maneira de evoluir o seu poderio em determinados pontos das forças armadas para uma preparação e melhoria do Exército Brasileiro. Usufruindo da visitação do presidente americano Franklin Delano Roosevelt à base de Natal - RN, em fevereiro de 1943, Vargas propôs a ideia de o Brasil participar da frente de batalha.

Segundo o a seguinte interpretação do CPDOC⁶⁹, através de pesquisas e estudos, afirma que:

"No início de março, Vargas aprovou proposta do ministro da Guerra, general Eurico Dutra, sugerindo a criação da Força Expedicionária, mas condicionando-a ao recebimento do material bélico necessário inclusive para as tropas que garantiriam a defesa do território brasileiro. A proposta concretizou-se em 9 de agosto, através da Portaria Ministerial n° 4744, que criou a Força

⁶⁹Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Expedicionária Brasileira, formada pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e órgãos não-divisionários Sua chefia foi entregue ao general João Batista Mascarenhas de Moraes.”⁷⁰

Pode-se afirmar que após a criação da FEB, até o embarque do primeiro batalhão para a Itália, segundo alguns historiadores e determinadas fontes estima-se que demorou um ano. O primeiro grupamento dos pracinhas foi levado no dia 30 de julho de 1944 em direção à Itália. Convém lembrar que nos oito meses posteriores, mais quatro escalões foi rumo para o teatro das operações. Como relata a seguinte perspectiva:

Da criação da FEB até o embarque do 1º Escalão para a Itália transcorreu quase um ano. Nesse período, dedicado à preparação e treinamento das tropas, inúmeros foram os desencontros entre Brasil e Estados Unidos, desde os relativos à liberação do equipamento militar necessário para a atuação das forças brasileiras, até os decorrentes da ausência de uma definição quanto à área de atuação da FEB. Finalmente liberados os armamentos norte-americanos de que o Brasil necessitava no início de 1944, e superada a resistência britânica à presença de uma força brasileira no Mediterrâneo, o primeiro contingente de tropas brasileiras embarcou em 30 de junho de 1944 rumo à Itália. Ao longo dos oito meses seguintes, outros quatro escalões seguiram para o teatro de operações.⁷¹

FIGURA



Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a_Expedicion%C3%A1ria_Brasileira#

⁷⁰Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>

⁷¹ Trecho retirado do site: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra>

/media/File:Brazilian_Expeditionary_Forces_insignia_(smoking_snake).svg

A FEB escolheu como símbolo o desenho de uma cobra com um cachimbo na boca, enriquecido pela frase “A cobra vai fumar”. Pois, caracterizava-se, segundo alguns aspectos, em uma replicação aos críticos que, diante da demora na composição da FEB - cerca de dois anos entre a declaração de guerra à Alemanha e o embarque dos pracinhas, enunciavam que era mais fácil a cobra fumar do que o Brasil guerrear na Europa.

TREINAMENTO PARA A GUERRA

Primeiramente, é inegável afirmar que era necessária a avaliação de cada soldado. Portanto, foi um trabalho árduo e ao mesmo tempo, necessário. Logo, com base nesta análise, a seguinte tese afirma:

“As precárias condições de saúde, e o baixo nível de instrução da população brasileira em geral, dificultaram sobre maneira o recrutamento dos soldados capacitados, principalmente no que diz respeito às funções mais técnicas como operadores de rádio, mecânicos, médicos, entre outros.”(SANTOS, 2015)⁷²

Ao mesmo tempo em que acontecia a seleção e avaliação, os Estados Unidos não proporcionava quase todo o material essencial para a preparação das tropas brasileiras, caso que dificultou o adestramento para o campo de batalha.

Ainda convém lembrar que diante das dificuldades evidentes, a FEB ia tomando forma e a 1ª Divisão seria conduzida para o combate e treinava como podia. Logo, no fim de 1943, uma comissão brasileira viajou ao Teatro das Operações para ambientar-se com a guerra; este grupo estava presente o General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB. Outra preocupação constante no tocante a deficiência de pessoal e com um treinamento distante do ideal para entrar em conflito, a 2 de julho de 1944, embarcou rumo à Itália o primeiro escalão de FEB.

Percebia-se que após os trabalhos das organizações e adestramento dos soldados brasileiros, foi necessário conduzir os pracinhas para o teatro de operações da Europa. A FEB fragmentou-se em quatro escalões para a locomoção até a Itália,

⁷² Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2003/karine_santos.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

na cidade de Nápoles, como afirma a seguinte análise:

- x 1º escalão: embarcou a 2 de julho de 1944, a bordo do General Mann, ao comando do General Euclides Zenóbio da Costa, chegando a 16 de julho; acompanhou-o o General Mascarenhas de Moraes; a tropa era constituída do 6º Regimento de Infantaria, com 5.075 homens, inclusive 304 oficiais.
- x 2º escalão: zarpou a 22 de setembro de 1944, em dois navios, o General Mann e o General Meighs, ao comando do General Osvaldo Cordeiro de Farias, aportando a 6 de outubro; a tropa era integrada pelo 1º e pelo 2º Regimentos de Infantaria, no total de 10.375 homens, sendo 686 oficiais.
- x 3º escalão: partiu a 23 de novembro de 1944, pelo General Meighs, ao comando do Coronel Mário Travassos, e atingiu o porto italiano a 7 de dezembro; o efetivo era de 4.691 homens, destinados a substituições e preenchimento de claros.
- x 4º escalão: deslocou-se a 8 de fevereiro de 1945, pelo General Meighs, ao comando do Tenente-Coronel Ibá Jobim Meireles, chegando a destino a 22 de fevereiro; o efetivo era de 5.082 homens que se destinavam ao reacompanhamento.
- x O transporte de 11 elementos de saúde, médicos e enfermeiras em particular, destinados a servir em hospitais norte-americanos, se fez por via aérea, na rota Rio – Natal – Dakar – Nápoles.⁷³

Conseqüentemente, os preparos para a guerra, trouxeram novos ensinamentos e os treinamentos adaptados, como descreve o autor Faria:

“[...] foram intensificados: o treinamento de patrulhas; a manutenção da ligação da infantaria-artilharia e a conduta da tropa no objetivo conquistado, prevendo sempre os contra-ataques do inimigo para recuperar a posição, focalizando a instrução nos ensinamentos extraídos de ações mal sucedidas.” (2015, p.251)

⁷³ Trecho retirado no site: <http://www.eb.mil.br/web/guest> acesso: 24 jan. 2019

Após os relatos históricos apresentados, segundo o autor Moraes, percebe-se que a FEB enfrentou grandes dificuldades em sua organização, primeiramente, no recrutamento de efetivos e, posteriormente, na montagem de uma Divisão de Infantaria aos moldes norte-americanos, que eram totalmente novos para o Exército Brasileiro.

Ainda é possível concluir, de acordo com Faria, que o adestramento das tropas da FEB foi uma difícil tarefa, devido ao atraso no recebimento do novo material a ser empregado e o desconhecimento da técnica para utilizarem os mesmos. Também foi um obstáculo apresentado a ausência de manuais do Exército dos Estados Unidos traduzidos para o português.

A FEB NA GUERRA

Logo após a chegada da FEB em solo italiano, o grupamento brasileiro foi alçado juntamente com o comando do V Exército Americano, incluído pelo IV Corpo de Exército. O material necessário para a guerra foi providenciado e partilhado após o empenho do comandante da FEB e dos recursos políticos envolvidos, o que favoreceu o contato e a capacitação no treinamento com os equipamentos americanos. Posteriormente, foi necessário discutir as determinadas missões que seriam cumpridas pelo Exército Brasileiro, que se descreveu e localizado no norte da Itália, com a incumbência inaugural de atravessar a famosa e temida “Linha Gótica”, que segundo pesquisas, se definiu em uma importante linha de defesa alemã em solo italiano que terminava na cidade de Bologna, um importante lugar rodoviário da época. Em uma análise, é descrita pelo autor Eduardo Herrman⁷⁴:

A missão brasileira era auxiliar o 5º Exército Americano, do general Clark, e o 8º Exército Britânico, do general Richard McCreery, a ultrapassar a quase intransponível Linha Gótica. Tratava-se da última grande linha de defesa nazista na Europa, situada ao Norte da Itália, nos Montes Apeninos. (HERMANN, 2015)

Em contrapartida, o norte da Itália, segundo algumas fontes, era descrita por montes gigantes e grandes altitudes, e durante o período de inverno, permanecem cobertos de neve, no tocante a isso, foi vivenciado pelos pracinhas durante a batalha de Monte Castelo, onde após quatro tentativas e uma persistência durante o severo

⁷⁴ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/brasil-segunda-guerra-mundial/>>

inverno foi conquistada a vitória pelo Brasil, datado em 21 de fevereiro de 1945.

ROTEIRO E MISSÕES DA FEB

As operações da campanha da FEB na Itália se dividiram em quatro fases, de acordo com a região que atuou e os tipos de operações desenvolvidas. (FARIA, 2015). São descritas da seguinte prescrição:

A 1ª fase se trata das operações no vale do rio Sercchio, em que teve atuação o Destacamento FEB. As missões realizadas eram de cobertura, segurança, limpeza de áreas e restabelecimento de contato com o inimigo.

Já a 2ª fase diz a respeito às operações no vale do rio Reno. Ocasão em que a FEB atuou já como 1ª DIE, participando de importantes combates como o de Monte Castelo e Castelnuovo. Destacaram-se operações defensivas e ataques coordenados.

A 3ª fase enquadró as operações no vale do rio Panaro. Destacou-se a conquista de Montese. Na referida fase foram realizadas operações de ataque coordenado e aproveitamento do êxito.

A 4ª e última fase foi a perseguição realizada ao sul do rio Pó. Nesta fase destacaram-se as conquistas de Collechio e Fornovo di Taro, ocasião que foi aprisionada a 148º DI alemã.

Igualmente, a figura subsequente demonstra a pertinência que abrange o trajeto, as missões e como ocorreram as conquistas da FEB. Em outras palavras, o roteiro durante a campanha em solo italiano:

FIGURA 1: Campanha da FEB na Itália



FONTE: <http://diarioedsondiasoares.blogspot.com/2012/06/roteiro-da-f.html>

SÉRIE DE VITÓRIAS

Em primeiro lugar, com a dedicação e coragem dos pracinhas, ocorreram diversos relatos nos campos de batalha contra o exército nazista. A FEB prosseguiu em diversas vitórias. As primeiras vitórias do Brasil aconteceu em setembro de 1944, com a ocupação das localidades em Massarossa, Camaiore e Monte Prano. Logo após as conquistas citadas, ocorreu no ano seguinte, os expedicionários brasileiros participaram do triunfo sobre o Monte Castelo, Castelnuovo e Montese.

Contudo, haviam alemães em uma cadeia montanhosa: a linha Gênsis Khan, que ia de encontro pela cidade de Montese e pelos montes Serreto, Possessione e Montelo. Dado o exposto, Clóvis Garcia ⁷⁵, um participante dos ataques ao Monte Castelo critica os procedimentos adotados:

“A vitória de Monte Castello, indiscutivelmente, forma na quadra de ases das vitórias da F.E.B., como a de maior valor moral. As outras três são: **Castelnuovo-Soprasasso**, a de maior valor estratégico (conforme foi reconhecido pelos alemães, numa das suas irradiações especiais para os combatentes brasileiros, “programa auri-verde”, comentando as injustiças de que era vítima o 6º R.I.), **Montese**, a mais sangrenta, 426 baixas em quatro dias) e **Fornovo di Taro**, a mais brilhante (aprisionamento da 148ª Divisão alemã parte de uma Divisão Panzer, 90º D.B., e remanescentes da Divisão Bersaglieri Itália, num total de 14.779 prisioneiros). E constituiu um símbolo, uma questão de honra para a F.E.B., a conquista de Monte Castello, porque a batalha em torno dessa posição alemã arrasta-se por três longos e penosos meses (de 24 de novembro de 1944 a 21 de fevereiro de 1945), sendo efetuados nesse período nada menos de seis ataques, com grande número de baixas. Entretanto, a maior parte dessas baixas e desses ataques teria sido evitada se fosse aproveitada a lição das três primeiras investidas, efetuadas nos dias 24, 25 e 26 (esta interrompida no meio) de novembro de 1944. Ou mesmo os ensinamentos do primeiro desses ataques.”(03, junho, 2008)

Diante dos fatos citados, é nítido afirmar que mediante as dificuldades, perdas de companheiros e de conquistas, os pracinhas persistiam na conquista de cada batalha. Além disso, mediante aos fatos históricos descritos, nota-se que no período

⁷⁵ 1º Tenente de Infantaria, nascido em Taquaratinga, São Paulo, 1921. C.P.O.R. de São Paulo, 1941. Estágio no II/5o R.I. Convocado, como 2º Tenente, em 1943, segue no 1º Escalão da E.E.B., com o 6º R.I., como comandante de pelotão de metralhadoras, passando depois a comandante de morteiros. Promovido a 1º Tenente e, 15 de fevereiro de 1945. Ferido no ataque ao Monte Castello em 26 de novembro de 1944, em Casa M. di Bombiana. Medalhas “Sangue do Brasil”, “Cruz de Combate de 2ª Classe”, “de Campanha”, e “de Guerra”. Bacharel em direito. Disponível em

do mês de maio, em 1945, segundo algumas interpretações, afirmam que cessou o combate na Itália com a rendição da última tropa alemã. Este período é memorável e marcante, conhecido como Dia da Vitória. Pois, os brasileiros enfrentaram diversos obstáculos no teatro das operações na Itália, todavia, a participação na guerra consagrou-se pelo profissionalismo, competência, coragem e reconhecimento pelos países Aliados; além da empatia e conduta notável junto aos italianos que foram salvos.

A FEB permaneceu repetidamente duzentos e trinta e nove dias em conflito. A fragmentação brasileira guerreou contra novas divisões da Alemanha e três italianas. Estima-se que faleceram mais de 400 praças, 13 oficiais e 9 pilotos brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda convém mencionar, que segundo pesquisas, aproximadamente houve 12 mil feridos em conflito.

PÓS-GUERRA

Ao retornarem para o Brasil, os pracinhas foram prestigiados com festas nas ruas. A participação na guerra evidenciou o contraste do Estado Novo, que era a favor da luta pela democracia no exterior, porém sustentava o país sob ditadura.

Porventura, mesmo ocorrendo este fator mencionado anteriormente, é indiscutível que após o fim da Segunda Guerra, diversos praças enxergaram com tristeza, os acontecimentos marcantes que aquela experiência foi única na América do Sul. Mesmo diante da chegada ao Brasil, puderam se depararam com a falta de emprego, pois, diversos donos de empresas, foram obrigados a reposicionar os funcionários mobilizados, imediatamente demitiam por determinadas causas. Mediante a isso, o autor Ferraz⁷⁶ descreve: “As dificuldades de conseguir um emprego foram potencializadas pelo fato de a maior parte dos expedicionários terem sido recrutados na idade de aprendizagem de uma profissão”.

Efetivamente, os veteranos não conseguiam compreender o porquê de serem proibidos de relatar os acontecimentos vivenciados nos campos de batalha, literalmente foram proibidos de comentar sobre cada experiência em combate para a

⁷⁶ Historiador Francisco César Ferraz, professor da Universidade Estadual de Londrina.

população e imprensa naquele período. De acordo com Ferraz, é afirmada a seguinte interpretação: “Era preciso passar a impressão de que fora a sua formação, não o duro aprendizado dos combates, que possibilitou aos brasileiros vencer um inimigo forte, uma questão de prestígio numa sociedade em que o Exército era o principal ator político. Os militares não podiam admitir limitações e falhas”. Em seguida, sem poder barganhar com poderes do governo e também, havia muitos oficiais diplomados durante o período da Ditadura Militar, ao mesmo tempo, haviam escapado após a convocação rumo à guerra. Portanto, são citados que os veteranos preferiam se calar para a própria sobrevivência.

Também, por uma desorganização ideológica, a figura dos veteranos de guerra foi comparada aos militares golpistas, o que gerou questionamento nas lembranças da Força Expedicionária Brasileira. Logo, Ferraz destaca:

“Apenas em 1988, com a nova Constituição, os veteranos conquistaram o direito de uma pensão especial. Mas, dos 25 mil, pouco menos de 10 mil estavam vivos quando o reconhecimento foi aprovado”

Portanto, a indagação “você sabe de onde eu venho?”, da canção da FEB, reflete e leva ao questionamento que em meio às exposições, fica sem solução.

CONCLUSÃO

Concluindo, com base nas descrições expostas, é indiscutível que o tempo e o indício social são descritos por algo sem pertinência para os brasileiros, entretanto, ao mesmo tempo, não se deve entregar a responsabilidade de esquecimento, os ensinamentos e orientações do quão foram à importância do Exército Brasileiro em aliança com os Aliados contra os inimigos do Eixo, somente em ambiente de ensino.

Consequentemente, destinando-se a estimular a reflexão sobre maneira de como “reverenciar” heróis estrangeiros em detrimento de nossos próprios heróis, a campanha da FEB durante o contexto da Segunda Guerra, resume na história de pessoas simples que vieram, segundo as descrições pertencentes ao hino dos Expedicionários: “do morro, do Engenho, das selvas, dos cafezais, da boa terra do coco, da choupana onde um é pouco”.

Conforme os fatos citados, diversos ex-combatentes se esforçam em enfatizar cada oportunidade as lembranças positivas e negativas que vivenciaram e, de fato, desejam dar mais vida a história. Não foi fácil, com base nos assuntos abordados, desde a convocação, até o período do fim da guerra em 1945 e, principalmente, da reintegração à sociedade após a chegada à terra natal de cada praça.

De fato, outro importante relato que é notório dar ênfase no decorrer da história dos soldados brasileiros na campanha da Itália, destaca-se: coragem, compromisso, valentia, determinação, a inovação, e entre outros aspectos notórios dos soldados brasileiros, que foram atitudes convictas e necessárias para a conquista das incumbências atribuídas à FEB.

Portanto, encerrando o célebre acontecimento, meramente desperta a atitude de gratidão e reflexão àqueles que cumpriram com o propósito, mesmo cientes que seria necessário o distanciamento das famílias, entes queridos, riscos de mortes e, assim, percorrer em uma terra distante para a libertação e a democracia existente no contexto atual, tornando-se referências eternas aos brasileiros e italianos que sempre recordam dos feitos realizados na Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONE, João. 1942 – O Brasil e Sua Guerra Quase Desconhecida. Casa dos Livros, 2013

FARIA, Durland Puppim de (Org.). Introdução à História Militar Brasileira. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

HASTINGS, Max. Inferno: O mundo em guerra 1939-1945. Intrínseca, 2012.

MUSSALÉM, Josué Souto Maior. II Guerra Mundial sessenta anos depois: os impactos do conflito sobre o Brasil. Recife: COMUNIGRAF, 2005.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. A FEB pelo seu Comandante. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército ED., 2005.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 177-190, dez. 1993. Disponível em: Acesso em: 23 jan. 2019.

NEPOMUCENO, Enio Carneiro. A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: a importância das pequenas frações na conquista de Montese. 2010. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Teresina, 2010.

HISTÓRIA

Como citar: ONIAS, Raissa Nauami de Sena de Azevedo. *A mulher na contemporaneidade: o obstáculo da desigualdade de raça e gênero*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 10, Maio, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE: O OBSTÁCULO DA DESIGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO

POR: RAISSA NAUAMI DE SENA DE AZEVEDO ONIAS⁷⁷

⁷⁷ Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Federação de Escolas e Faculdade Integradas Simonsen. E-mail: raissanauami1@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender culturalmente e historicamente o processo de construção da busca do lugar de direito das mulheres contemporâneas e os importantes feitos depois que os estudos sobre o feminismo ganharam ênfase no Brasil, analisando os obstáculos na dupla jornada entre o ambiente de trabalho e a vida familiar, os fatores da violência, a saúde, as desigualdades entre mulheres negras e brancas, a precariedade social e econômica da mulher negra e a cultura histórica de uma sociedade dominada pelo patriarca. Será discutida, também, no decorrer do texto, a importância epistemológica nos âmbitos políticos e culturais sobre o surgimento do conceito de “gênero” e as implicações das questões de gênero e raça no contexto sócio cultural.

Palavras-chaves: Gênero; Mulheres Negras; Desigualdades.

ABSTRACT: This article aims to understand culturally and historically the process of constructing the search for the rightful place of contemporary women and the important achievements after the studies on feminism gained emphasis in Brazil and the world, analyzing the obstacles in the double journey between the work environment and family life, factors of violence, health, inequalities between black and white women, the social and economic precariousness of black women, and the historical culture of a patriarch-dominated society. The epistemological importance in the political and cultural spheres of the emergence of the concept of "gender" and the implications of gender and race in the socio-cultural context will also be discussed throughout the text.

KeyWords: Genre; Black Women; Inequalities.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo não houve um estudo específico sobre as mulheres, sabíamos muito sobre as revoluções, guerras, fatos históricos, etc. Mas onde as mulheres estavam inseridas em todo esse contexto? Na subalternidade, no lugar onde não eram consideradas dignas de interesse para a história, sem nenhuma contribuição. Constatamos que, por motivos de ordem histórica, por um longo tempo, as mulheres foram afastadas da esfera pública, principalmente, dos espaços políticos. Portanto, há um empasse histórico na sub-representação, sendo assim, precisa ser reparado. É necessário para a reparação histórica empregar e atingir a equidade entre homens e mulheres, compreender que a privação de poder e a limitação na atuação política têm implicações desmedidas para a “justiça de gênero”.⁷⁸

DESENVOLVIMENTO

O CRESCIMENTO DA LUTA FEMININA PELO SEU LUGAR DE DIREITO

Desde 1960 há um olhar mais apurado no que diz respeito a especificidade dos estudos com relação às mulheres, muito disso tem a ver com o crescimento do feminismo no Brasil e no mundo e a intensa ação do movimento das mulheres.

A década de 1980 foi fundamental, pois com a fase de transição democrática, o diálogo entre movimentos sociais e o governo foi intensificado e os direitos civis foram resgatados e estabelecidos na nova Constituição Federal de 1988, o movimento das mulheres conseguiu não só um espaço de visibilidade no governo democrático, mas, também, a constatação plena da cidadania feminina. Como observa Leila Linhares Barsted:

O movimento feminista brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à

⁷⁸ Tomo aqui emprestado o termo usado por Fraser (2007) para tratar da desigualdade e iniquidades entre homens e mulheres.

violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc.⁷⁹

Os anos 2000 deram continuidade na luta das mulheres pelo seu lugar de direito, com a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, diversas exigências foram acrescentadas nos planos governamentais, por meio do trabalho das organizações feministas e o movimento das mulheres. Em contrapartida, impedimentos persistiam, dificultando a plena execução de fato da cidadania das mulheres brasileiras. Concomitante a estes obstáculos, salientam-se as desigualdades de gênero na prática de direitos sexuais e reprodutivos no acesso ao trabalho, ao progresso profissional e aos recursos produtivos, na persistência da violência de gênero e etc., que se ampliam quando desencadeia o aspecto étnico/racial.

No âmbito das desigualdades, apesar do grande avanço das pesquisas feministas, o Brasil permanece sendo um país muito desigual, mulheres ainda carregam o fardo da violência e da pobreza, principalmente, as mulheres negras, pobres, moradoras de favelas, que continuam a vivenciar a exclusão social. Mesmo com a criação de novas leis que dão suporte e proteção às mulheres, a realidade ainda está muito aquém do ideal normativo esperado pelo Estado. São questões culturais e históricas muito enraizadas na sociedade brasileira, que perpassam as preocupações das mulheres e a vida privada. Ainda há um longo caminho entre a lei e a realidade.

Uma breve reflexão sobre as questões de gênero

O século XX tem um grande avanço nos estudos sobre gênero e sexualidade, especificamente, é necessário grifar o progresso da particularização da sociedade e o desenvolvimento da autonomia pessoal, sobretudo as mulheres, tendo um importante impacto nas transformações dos padrões de conjugalidade e

⁷⁹ BARSTED, Leila. Linhares (2001). Para a autora: "(...) esse quadro legislativo favorável foi fruto de um longo processo de luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania, compreendida de forma restrita pela República brasileira inaugurada em 1889. As restrições aos direitos políticos das mulheres somente foram retiradas completamente na Constituição Federal de 1934; no plano dos direitos civis, até 1962, a mulher casada era considerada relativamente incapaz, necessitando da autorização do marido para exercer os mais elementares direitos, como, por exemplo, o direito ao trabalho. Até 1988, as mulheres casadas ainda eram consideradas colaboradoras do marido, competindo a estes a direção da sociedade conjugal. No que se refere aos direitos trabalhistas, até fins da década de 70, a lei, sob a rubrica de "proteção", impedia a entrada da mulher em amplos setores do mercado de trabalho". (op. cit. pp.34-35)

família, e autonomização da sexualidade. O sociólogo sueco, Goran Theborn (2006), interpreta isso, no contexto brasileiro, como um traço contraditório, porém, obstinados. Uma declinação das infraestruturas patriarcais na configuração das esferas privadas e na prática das relações públicas:

A história do patriarcado no século XX é basicamente a de um declínio gradual, começando em diferentes pontos no tempo pelo mundo. [...] os anos que se seguiram a “1968”, em particular os anos por volta de 1975 (Ano Internacional da Mulher), provocaram uma onda mundial contra os poderes e privilégios especiais de pais e maridos, com as primeiras rupturas vindas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas sem deixar nenhuma parte do planeta intocada. (Theborn, 2006 p.430)

A importância política e cultural só poder ser entendida com o reconhecimento da diligência de próprias mulheres para modificar a racionalidade no sentido da dominação do homem sob a mulher, e a desigualdade que sempre representou as relações de gênero, em qualquer esfera, pública ou privada. É interessante analisar também, os instrumentos usados para verificar essa transformação, ou seja, o uso do conceito de gênero. Pois, segundo o estudo de Sônia Correia, “gênero” é de fato uma ferramenta para explorar e discernir as concepções de masculino e feminino “as relações entre esses dois termos que dão significado e materialidade a permanências e transformações das lógicas socioculturais.” (CORREIA, 2011).

O conceito de gênero já era usado em documentos de pesquisa e já era também conhecido, porém, com o processo preparatório da CIPD (1993-1994), ele ganhou legitimidade, pois, foi negociado na qualidade de linguagem de política global, até então, essas desigualdades entre masculino e feminino eram mencionadas como padrão de status ou papel social.

A violação da mulher negra

A questão da violência contra a mulher é algo herdado sócio culturalmente, intervindo na banalização e na impunidade. Durante séculos o assassinato não era considerado crime quando partia do marido e se tinha a hipótese de que havia a infidelidade por parte da mulher.⁸⁰ Em crimes de estupro devia partir da mulher a

⁸⁰ As Ordenações Filipinas vigoraram no Brasil por quase 400 anos. A esse respeito vide HERMANN, Jacqueline e BARSTED, Leila Linhares. O Judiciário e a Ordem legal e a (des)ordem familiar. Rio de Janeiro: Cepia, 1995.

comprovação de que ela não induziu o agressor através da sedução, o incitando por intermédio da sua conduta, a violação sexual.

A violência de gênero engloba o estupro, violência doméstica, a coerção física e psicológica, o homicídio, o abuso sexual, entre outros. Além de ter consequências variadas, atinge juntamente diversos pontos como: a prática nos campos da educação, da saúde, do trabalho, da política e do direito.

É importante destacar que as mulheres negras são as maiores vítimas de lesão corporal, estupro e homicídio, foram escravizadas até o século XIX e até hoje são submetidas a vivenciar não só a exploração sexual, mas, também a econômica. Continuam sendo tratadas como subalternas, desvalorizadas no mercado de trabalho, exclusas do acesso a serviços adequados de saúde e educação, impossibilitando a plena autonomia de suas vidas, com altos índices de prostituição. Essas diferenças existentes entre as mulheres são apontadas por variados fatos, tais como a desigualdade racial e desigualdade de gênero que colocam as mulheres negras em um lugar de grande precariedade social e econômica. Essas desigualdades de gênero e raça se tornam ainda mais evidentes no mercado de trabalho, estão relacionadas tanto a fatores estruturais quanto a discriminação. Se analisarmos, vamos identificar a predominância de mulheres negras e pardas em relação às brancas, no trabalho doméstico. O trabalho doméstico como reparo da população feminina negra ou parda significa que estas mulheres ocupam a maior parcela em condições instáveis, com jornadas extensas e mínimos direitos trabalhistas.

A precariedade em relação a saúde das mulheres no Brasil é ainda mais assustadora quando observamos a situação das mulheres negras como um grupo que está mais sujeito a insuficiência das ações de prevenções e cuidados. Pesquisas apontam que 37,5% das mulheres negras nunca fizeram exames de mama, enquanto este percentual entre as mulheres brancas é de 22,9% e 18,1% nunca fizeram o exame Papanicolau (entre as brancas, 13,2%). (LAESER, 2008; PAIXÃO; CARVANO, 2008).⁸¹

⁸¹ Os dados sobre saúde sexual e reprodutiva segundo cor/raça aqui utilizados fazem parte do Relatório Anual das Desigualdades Raciais publicado pelo Laeser (Paixão; Carvano, 2008), tendo como fonte os micro dados da PNAD (Suplemento Acesso e utilização de serviços de saúde). No referido relatório os dados não estão disponibilizados levando em conta a combinação entre as variáveis entre cor/raça e renda.

Esta desigualdade entre mulheres negras e mulheres brancas pode ser notada com a constatação de que as mulheres negras têm o menor acesso aos exames ginecológicos preventivos. Limitações no atendimento às mães de crianças negras também são identificados no relatório publicado pelo Laeser sobre desigualdades raciais. Outras pesquisas feitas revelam que a proporção de mulheres negras que morrem durante a gravidez, parto e pós-parto é maior em relação às mulheres brancas. Segundo a pesquisadora Alaerte Martins (2004), a morte de negras por dificuldades da gestação é três vezes maior que a de brancas, devido à inexistência de um acompanhamento no pré-natal e/ou pré-natal decadente.

Analisando sobre as desigualdades que ainda transpassam a sociedade brasileira, é possível verificar que há uma ampla distância ao acesso à educação, à saúde, à renda e a outros serviços públicos, entre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história as mulheres eram encarregadas apenas da esfera privada – o capricho com a casa, o cuidado com os filhos e o marido – enquanto toda a esfera pública era uma ocupação apenas masculina. Contudo, nas últimas décadas, com a expressiva atuação de mulheres, nota-se o progresso na democratização do poder público, ainda remanente o objetivo de democratizar também o domínio privado – que engendraria não só a participação masculina nos convívios familiares, mas também, a participação feminina com uma maior ênfase nos assuntos políticos, atingindo em esferas iguais e complementares a coparticipação feminina e masculina na gestão pública. Nesse âmbito, é primordial incentivar e desenvolver possibilidades para uma cooperação mais equiparada entre homens e mulheres, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada.

A igualdade entre os gêneros e a proibição da discriminação contra as mulheres é uma mudança que aconteceu há pouco tempo. Apesar das consideráveis melhorias alcançadas na área constitucional, ainda permanece na cultura brasileira um ponto de vista sexista e discriminatório em relação às mulheres, que as impossibilita de concretizar a plena cidadania. As últimas décadas são um marco histórico quando o contexto é a busca emancipatória na luta das mulheres por direitos, justiça e integridade, que são resultados da ação dos movimentos das mulheres. É necessária uma mudança social, para que as mulheres possam executar

as suas capacidades de uma maneira natural, com autonomia, sem discriminação e violência. Pois, segundo Amartya Sen:

Nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto o reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade.⁸²

A pesquisa feita sobre as mulheres negras expõe as desigualdades e violações que esse grupo historicamente e culturalmente discriminado na sociedade brasileira, continua a sofrer situações de desrespeito não só pelo fato de ser mulher, mas também, por ser negra. Em todos os aspectos mencionados (violência, mercado de trabalho, saúde, educação) percebemos um vazio no que se refere às configurações aos recortes de gênero e a junção com a raça, apesar de o Brasil ser um país signatário em diversos acordos que buscam o incentivo por parte das políticas públicas direcionada aos denominados grupos considerados socialmente vulneráveis, porém, quando procuramos as relações dos números de mulheres negras, sua atuação na sociedade ou posição social, ainda está muito aquém da idealização de produção.

Ao averiguar os parâmetros aqui retratados e as modificações sofridas na sociedade brasileira, notamos que é imprescindível investir nos avanços para que haja uma solidificação na política de bem estar social, na diminuição da desigualdade e pobreza, concomitantemente amplificar e consolidar políticas especializadas para que esse coletivo que é considerado mais vulnerável possa estar sendo beneficiado com melhorias. É urgente e necessária uma apuração para que estes grupos mais expostos tenham uma política de enfrentamento da falta de um atendimento de saúde de qualidade, um acesso digno a educação, um fortalecimento ao combate a violência doméstica sofrida por diversas mulheres em todo território. Esse combate às desigualdades de raça e de gênero deve ser cotidiano, visto que estão enraizados na nossa cultura o sexismo e o preconceito racial. Deverá conter novas práticas inovadoras, ou seja, precisa ser observado e compreendido pelas novas gerações a complexidade e diversidade que o Brasil carrega. Para que sejam desmistificados todos esses papéis sociais impostos de acordo com raça e gênero, papéis estes

⁸² SEN Amartya (2000), p.220. Garantir o empoderamento de mulheres é condição essencial para avançar no desenvolvimento. Os países que apresentam a menor desigualdade de gênero são justamente os mesmos que ostentam o maior índice de desenvolvimento humano.

associados às mulheres – sejam elas brancas ou negras – assim, será possível fazer uma sociedade mais justa, e que seja permanentemente um território onde todos possam exercer a plena cidadania com autonomia e dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSTED, Leila Linhares. Lei e Realidade Social: Igualdade x Desigualdade, In: As Mulheres e os Direitos Humanos. Coletânea Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

FRASER, Nancy. Mapping the Feminist Imagination: from redistribution to recognition to representation. In BROWNE, Jude (Ed). The Future of Gender. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HERINGER, Rosana; MIRANDA, Dayse. ICC-Brasil: Índice de Compromissos Cumpridos: Uma Estratégia para o Controle Cidadão da Igualdade de Gênero. Rio de Janeiro: Cepia; Santiago: Flacso, 2004.

HERMANN, Jacqueline e BARSTED, Leila. O Judiciário e a Ordem legal e a (des)ordem familiar. Rio de Janeiro: Cepia, 1995.

Laeser. Boletim Tempo em Curso. v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, nov/2009.

MARTINS, Alaerte Leandro. "Maior risco para mulheres negras no Brasil". Jornal da Rede Saúde. N. 23. São Paulo: Rede Saúde, 2004.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (orgs.). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BARSTED; PITANGUY (org). O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010). Rio de Janeiro: Cepia, 2011.

SEN, Amartya. O Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.220.

THERBORN, Göran. Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

HISTÓRIA

Como citar: AZEVEDO, Lucimary R. dos Reis, *A docência do historiador: conhecimento e cidadania na formação social*. In: Revista Digital Simonsen, nº 10, maio, 2019. disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN:2446-5941.

A DOCÊNCIA DO HISTORIADOR: CONHECIMENTO E CIDADANIA NA FORMAÇÃO SOCIAL

POR: LUCIMARY R. DOS REIS AZEVEDO⁸³

⁸³ Graduanda no curso de Licenciatura em História pelas Faculdades Integradas Simonsen. E-MAIL: maryreisaz@gmail.com

RESUMO: Através deste artigo, pretende-se refletir sobre a prática pedagógica do historiador na Educação Básica, enquanto profissional e agente social, tendo em vista o atual cenário sociopolítico e econômico em que permeiam as realidades global e nacional. A ótica apresentada é de quem, no desdobramento da graduação, busca aprimorar o conhecimento e estruturar a criticidade quanto às políticas e propostas para a educação brasileira, visando à compreensão das possibilidades de ação, amparando-se, como base teórica, nos textos de especialistas da educação, historiadores e sociólogos. Igualmente, o exercício de estudo da sociedade se efetiva, uma vez que o arcabouço político-filosófico desenvolvido por tais intelectuais se configura em instrumento que, aplicado à trajetória da educação brasileira, permite formular impressão dos acontecimentos presentes.

Palavras-chave: Prática pedagógica, historiador, conhecimento, criticidade, educação brasileira.

ABSTRACT: Through this article, we intend to reflect on the pedagogical practice of the historian in Basic Education, as a professional and social agent, in view of the current socio-political and economic scenario in which they permeate the global and national realities. The view presented is that, in the unfolding of the degree, it seeks to improve knowledge and structure criticality regarding policies and proposals for Brazilian education, aiming at understanding the possibilities of action, based on theoretical texts in specialists' texts of education, historians and sociologists. Likewise, the exercise of study of society is effective, since the political-philosophical framework developed by such intellectuals is an instrument that, applied to the trajectory of Brazilian education, allows us to formulate an impression of present events.

Keywords: Pedagogical practice, historian, knowledge, criticality, Brazilian education.

INTRODUÇÃO

Nas disciplinas de teor pedagógico, destacam-se, dentre outros, dois propósitos elementares da educação formal: (1) o aprimoramento de uma sociedade – de modo que cada partícipe seu tenha condições de exercer sua existência de forma plena e integrada aos demais – e (2) o desenvolvimento do país o qual esta sociedade representa. Para tanto, investe-se na educação como meio de adequar a população às demandas impostas pela economia, estabelecem-se projetos, metas e prazos, incrementa-se a escola com recursos concretos e imateriais para alcançar estes fins. Entretanto, o elemento essencial em torno do qual gravita esta construção é o ser humano, “[...] sob qualquer visão, a entidade natural mais complexa que conhecemos” (CARR, 1996, p. 104). Logo, o quadro geral das finalidades educacionais reconfigura-se em função da complexidade humana. As relações sociais intermediadas pela concentração de poder e riquezas, os conflitos daí decorrentes, a representatividade dos grupos sociais e de seus interesses no âmbito da inter-relação cidadão-Estado, a globalização da economia e da política, todos são elementos que redefinem as cores e os matizes deste quadro.

DESENVOLVIMENTO

BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: 1930 À 1985

Alguns fatores influenciam nos princípios que orientam os projetos nacionais para a educação formal; tais programas abrangem interesses de instâncias municipais e estaduais, de distintos setores da sociedade, voltam-se à economia. Logo, as políticas públicas expressarão, com maior ou menor incidência, as tendências dessas diversas forças (FONSECA, 2009).

A partir da década de 1930, a Sociologia obteve destaque entre as ciências humanas cujas pesquisas apresentaram inovações na análise da sociedade brasileira, embora seu exercício estivesse delimitado ao círculo da elite intelectual de então. Não obstante as discrepâncias sociais serem o foco dos estudos, a grande massa não teve os resultados das pesquisas revertidos a seu favor. Uma população que era identificada pela mestiçagem, apresentava baixíssima escolaridade e desempenhava

as atividades mais mal remuneradas no mercado de trabalho, foi mantida apartada da atenção do Estado. Essas controvérsias marcam um paradigma brasileiro.

Grosso modo, o ensino de história reproduzia a ideologia característica da época: o historicismo era o viés praticado nas salas de aula, enaltecendo figuras representativas da trajetória do país e reforçando o nacionalismo como sentimento de coesão social. Apesar das mazelas sociais, a identidade brasileira foi uma construção bem consolidada neste período.

Na década de 1930, os reflexos da Crise de 1929 assolavam o mundo. O Brasil, predominantemente agrário, precisou voltar-se ao processo de industrialização. Na prática, a migração do campo para as urbes requereu adaptação à vida citadina, assim como a qualificação, em larga escala, da mão de obra. Entre instabilidades políticas e sociais, o programa educacional priorizou a formação profissional, voltada ao comércio e à indústria: o ensino secundário – equivalente ao atual Ensino Médio – e universitário foram favorecidos. Num período marcado pelo alto índice de analfabetismo, parte representativa da sociedade ficou excluída da educação formal pública, visto que o ensino primário – equivalente ao atual primeiro segmento do Ensino Fundamental – estava sob a tutela dos entes municipais e estaduais que não absorviam a demanda da sociedade.

O período autoritário do Estado Novo (1937-1945) intensificou as políticas que visavam à formação profissional técnica para comércio e indústria (período de criação do SENAC e do SENAI). O acesso ao ensino superior sofreu retração em função da descontinuidade do caráter preparatório do antigo Colegial, equivalente ao Ensino Médio atual. A grande massa permanece distanciada da educação formal. O analfabetismo permanece reforçando a identidade brasileira.

Segundo o artigo de Marília Fonseca⁸⁴, a política educacional dos anos de 1960 refletia o amadurecimento das propostas e princípios latentes desde os anos 1930 incorporados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932: “orientavam-se por valores democráticos de universalização do acesso à escola e de igualdade de ensino para todos”.

Contrapondo-se a esta interpretação do movimento reformador (SAVIANI, 1999) expressa seu entendimento a respeito:

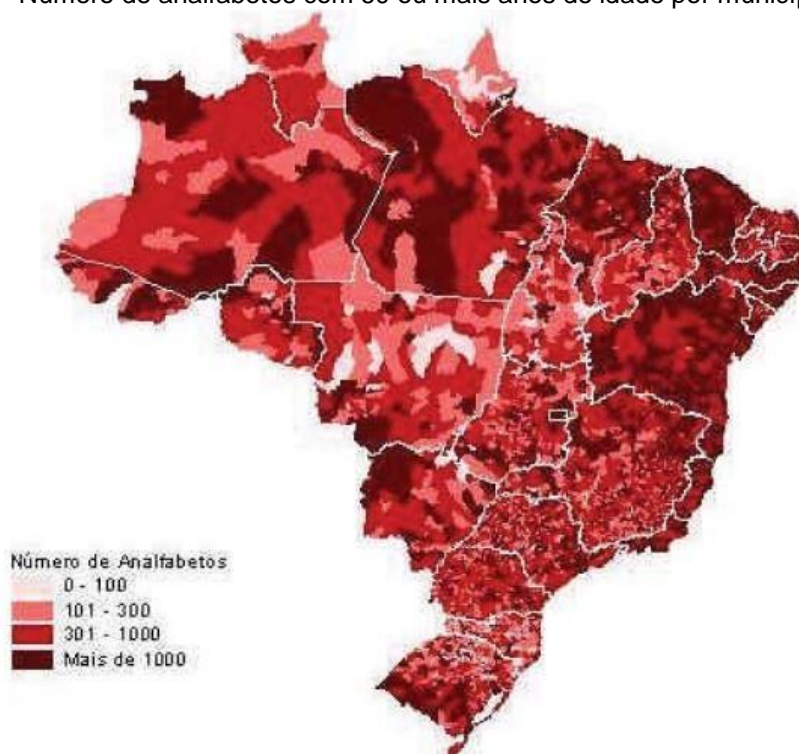
⁸⁴ Doutora em Ciências da Educação e pesquisadora associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A "Escola Nova" organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite. No entanto, o ideário escolanovista, tendo sido amplamente difundido, penetrou nas cabeças dos educadores acabando por gerar consequências também nas amplas redes escolares oficiais organizadas na forma tradicional. Cumpre assinalar que tais consequências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a "Escola Nova" aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites.

O ano de 1964 é marcado por nova ruptura no processo democrático, que se estende até 1985. A política desenvolvimentista associada à reorganização estatal redefiniu o ensino dando prioridade à formação técnica e à educação acrítica e apolítica. Desde então, a criação de diversos programas que visavam à erradicação do analfabetismo em território nacional foram criados e substituídos sem avanços eficazes.

Os mapas a seguir reproduzem as informações colhidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Demográfico de 2000.

Figura 1 - Número de analfabetos com 60 ou mais anos de idade por município - 2000

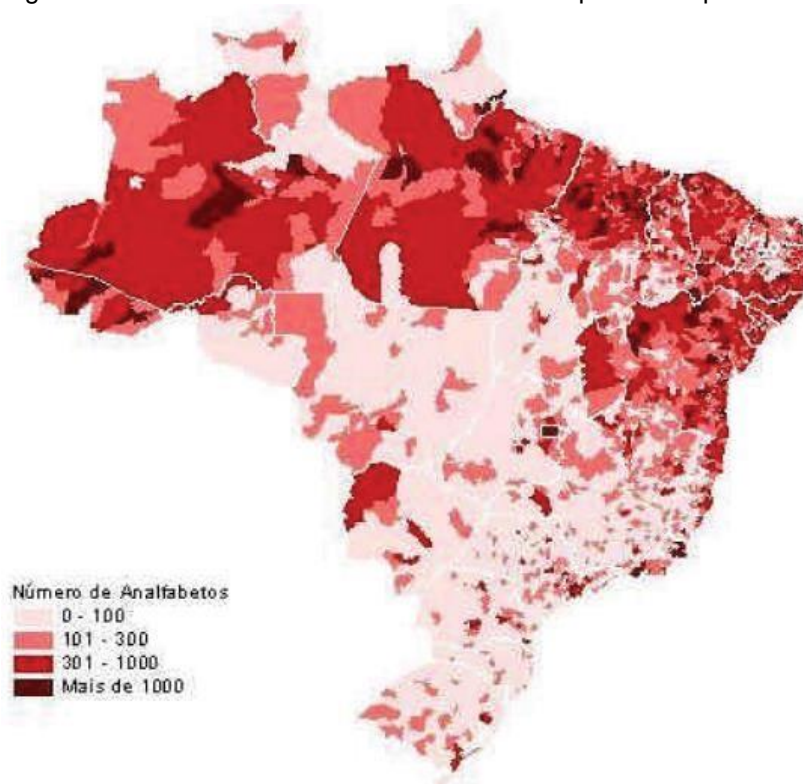


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Acima, observa-se a incidência do analfabetismo na população com 60 ou mais anos de idade; ou seja, esse grupo reflete os efeitos das políticas públicas de antes dos anos 1940.

A representação a seguir reflete os resultados obtidos através das políticas que visavam à erradicação do analfabetismo em território nacional. A redução é considerável se comparada à imagem anterior, mas ainda preocupante. Vale acrescentar que a interferência de organizações internacionais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi fator determinante para que esses números fossem alcançados.

Figura 2 - Analfabetos de 15 a 19 anos de idade por município - 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

A descontinuidade das políticas públicas voltadas à educação formal obteve resultados desastrosos para a sociedade brasileira.

Redemocratização: cidadania e a sociedade

Os resultados obtidos pelo sistema educacional brasileiro nos últimos anos indicam que, em nome de um ensino de qualidade, privilegiou-se a iniciativa privada em detrimento da escola pública, responsabilizou-se a docência pelo fracasso escolar sem que houvesse, em contrapartida, investimento público na renda e na qualificação destes profissionais, desconsiderou-se a necessidade de implementação de políticas públicas que garantissem boas condições sociais à grande massa que faz uso da rede escolar pública, perpetuando e reforçando o abismo social entre as classes privilegiadas e aquelas postas à margem pelo Estado.

Se, nas primeiras décadas do século XX e de forma predominante, as ciências humanas tinham por objetos de pesquisa as consequências da industrialização na sociedade ocidental, na atualidade, vive-se sob a influência do sistema financeiro global e autônomo ou, como melhor explicam (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 42), a “superioridade do livre funcionamento do mercado na regulação da

economia”. Os avanços tecnológicos convergem à influência do capital financeiro sobre a sociedade, transformando-a de maneira significativa.

O desenvolvimento intenso e sistemático de novas tecnologias tem se materializado através da automatização das atividades humanas, excluindo grande parte da população do mercado de trabalho; a mão de obra remanescente tende à alta qualificação e ao constante aprimoramento. E, aqui, pode-se destacar um fato considerável: relacionar o desemprego à baixa escolaridade e/ou ao péssimo desempenho escolar é algo frequente, mas tornar evidente que a educação formal **de qualidade**, ou seja, aquela que proporciona reais condições favoráveis ou, ao menos, equilibradas numa concorrência acirrada como a do mercado de trabalho, não está acessível a todos, é exemplo de análise crítica da realidade.

Uma educação de qualidade voltada a uma sociedade heterogênea como a brasileira, se pretende de fato torná-la democrática (com menor concentração de poder), deve compreender e buscar atender às suas múltiplas demandas.

Neste panorama, é possível compreender o potencial da educação formal como fator excludente ou de inserção social, consoante às políticas priorizadas pelo Estado. A história nos mostra que a Educação não é democrática – não se destinou a todos amplamente, mas pode ser instrumento democratizante. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 175) assinalam que mais do que consciência do problema “é preciso que existam pressões sociais coletivas para que determinado aspecto da realidade seja considerado problema” e ainda destacam que (2012 apud AZANHA, 1998, p.70) “somente quando essa consciência se generaliza e se difunde amplamente na sociedade é que se pode falar de um problema em termos nacionais e de governo”.

Ainda neste contexto, a prática pedagógica do historiador como agente social mostra sua relevância na formação da consciência crítica, intermediando a compreensão das **transformações** e das **permanências** da sociedade, pois seu “conhecimento histórico serve para nos fazer entender, junto com outras formas de conhecimento, as condições da nossa realidade” (BORGES, 1993, p. 48). Sua ação transformadora da sociedade pode dar-se em diversas frentes; na produção de material didático ou através do ensino público, por exemplo.

Na escola pública, que nos últimos tempos tem recebido de forma predominante a grande massa mal remunerada e em busca da concretização de sua

cidadania⁸⁵ (seus direitos postos em prática), este conhecimento crítico instrumentaliza e capacita os sujeitos sociais a alcançarem sua (co)existência plena. A complexidade para se alcançar este objetivo está no empoderamento daqueles que, exclusivamente, fazem uso do ensino público como acesso à educação formal; ou seja, na redistribuição do poder político, ora concentrado em outros setores da sociedade. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 135) sobre isso afirmam:

Nesse sentido, a preparação para a vida social é exigência fundamental, especialmente porque um dos pontos fortes da chamada sociedade pós-moderna é a emergência de movimentos localizados, baseados em interesses comunitários mais restritos, no bairro, na região nos pequenos grupos, organizados em associações civis, entidades não governamentais etc. A preparação para a vida social é exigência educativa para viabilizar o controle não estatal sobre o Estado, mediante a esfera pública não estatal.

A construção do conhecimento, da criticidade e da compreensão da realidade é essencial para que se influencie, decisivamente, nas formas de pensar a sociedade. Entretanto, algumas dificuldades se impõem. O não aproveitamento das pesquisas acadêmicas na produção dos materiais didáticos, por exemplo, reforça o hiato entre o conteúdo disponibilizado nas salas de aula e as descobertas mais recentes. A ameaça à sociedade e seus movimentos emancipatórios e ao processo democrático vem se materializando nos últimos anos. Governos de tendência radical têm-se instaurado no panorama político mundial acarretando retrocessos sociais.

Não tem sido diferente na dinâmica democrática brasileira; as crises no sistema educacional são reflexos de conflitos e crises sociais. A sensação latente de instabilidade costuma causar desconforto numa sociedade, habitualmente, submetida a arbitrariedades, e também certa letargia em suas reações. O historiador, tanto na pesquisa, como na docência, tem uma função social a cumprir e, por vezes, conjunturas adversas impõem decisões a serem tomadas. O exercício da profissão não o isenta da escolha por como fazê-lo: há que se aderir ou resistir ou abrir diálogo

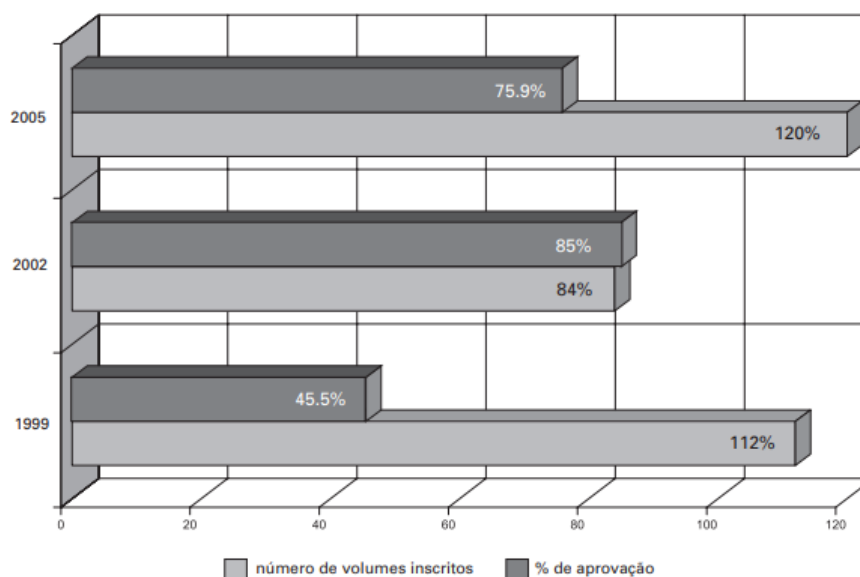
⁸⁵ Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 135) usam as palavras de Mario Alighiero Manacorda – importante pedagogo italiano engajado nas lutas educacionais durante a segunda metade do século XX – para definir cidadania na atualidade: “dirigir ou controlar aqueles que dirigem”. Numa primeira impressão, parece-nos uma afirmação categórica. Entretanto, se nos atentarmos aos fatos históricos, perceberemos o quão provocativa é de tão precisa. Os que exercem plena cidadania nos dias atuais são os que se apossaram do Estado.

às contrariedades (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 40). Entretanto, abdicar da função social deslegitima sua ação: a finalidade do *fazer histórico* não se encerra em si mesmo. No prefácio de *Apologia da história*, fazendo uma ressalva ao exercício que se restringe à erudição, Jacques Le Goff (2001, p. 25) cita:

O erudito que não tem gosto por olhar em torno de si, nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos... agiria sensatamente se renunciasse ao título de historiador.

O gráfico⁸⁶ reproduzido abaixo apresenta dados de um relatório do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); nele, demonstra-se a flutuação entre a oferta de material didático de história produzido por historiadores e a contrapartida de aproveitamento desta produção na rede pública de ensino.

Figura 3 - Reprodução de gráfico oficial do MEC:
PNLD – Área de história-histórico de inscrições e aprovações



Fonte: Relatórios Técnicos MEC/SEF

⁸⁶ Fonte: MIRANDA, Sonia Regina & LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, 2004, p.127 – Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CONCLUSÃO

O contexto atual aponta para um acirramento entre as intenções políticas e as demandas sociais: as propostas conservadoras, que representam os interesses econômicos no seu âmago, põem em risco as conquistas da sociedade, cujo caráter progressista, ainda que tímido, tem atingido um dos grandes paradigmas do Brasil: a concentração de riquezas e de poder político restrito a privilegiados setores da sociedade. São mudanças que exigem ações prementes na manutenção da democracia.

Mais do que um direito garantido **na letra da lei**, é preciso, portanto, que se **afirme** o acesso universal à educação formal de qualidade. Filósofo e historiador do pensamento político, falecido em 2004, Norberto Bobbio (1992, p. 25) já percebia a complexidade da contemporaneidade ao afirmar:

O problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los.[...] Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.

Em História, aprende-se que a complexidade humana e, conseqüentemente, suas construções, exigem uma análise dos acontecimentos que vá além das generalizações nem se restrinja a simplismos. Este fazer histórico tem implicações. A realidade atual exige acuidade do historiador no exercício de sua profissão; as ferramentas democráticas vigoram, mas sua apropriação em favor de poucos expõem a perigo o bem estar do cidadão e da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZANHA, J. M. P. Planos e políticas de educação no Brasil. In: MENESES, J. G. D. C. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORGES, V. P. **O que é história**. 2ª. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CARR, E. H. **Que é história? conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961**. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3ª. ed. 7ª. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FONSECA, M. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago 2009.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. D.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32ª. ed. Campinas: Autores Associados, 1999

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: NASCIMENTO, Jaqueline Alves da Silva do, Uma Assertiva da Desigualdade Contra a Mulher a Partir da Desigualdade do Gênero. In: Revista digital Simonsen, nº10, maio, 2019. Disponível em www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

UMA ASSERTIVA DA DESIGUALDADE CONTRA A MULHER A PARTIR DA DESIGUALDADE DO GÊNERO

POR: JAQUELINE ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO⁸⁷

⁸⁷ Bacharel em Serviço Social da Faculdades Integradas Simonsen.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar que a desigualdade de gênero pode influenciar e proporcionar as assertivas que tratam sobre a violência e como as mulheres sofrem pelas desigualdades naturalmente impostas e como estas podem influenciar o cotidiano de uma sociedade e, ao mesmo tempo propor um entendimento sobre as formas pelas quais ocorrem e suas consequências e da principal Lei que ampara este infortúnio. Propondo uma análise fundamentada a partir das bases fundamentais e das relações estabelecidas pela desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Violência; Desigualdade; Mulheres.

ABSTRACT: This paper aims to demonstrate that gender inequality can influence and provide of the assertions that deal with violence and how women suffer from the naturally imposed inequalities and how they can influence the daily life of a society and, at the same time, propose an understanding of the forms by which they occur and their consequences, and the principal Law, that protects this misfortune. Proposing a reasoned analysis based on the fundamental bases and relations established by the gender inequality.

KEYWORDS: Gender; Violence; Unequal; Women

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher atualmente é considerada como um problema de saúde e configura-se como uma epidemia mundial, de maneira silenciosa. Ela acompanha a humanidade desde seus primórdios, através de processos históricos das relações humanas, e como instrumento de dominação, vem sendo construída, questionada, modificada e transformada ao longo dos anos.

A violência não é baseada apenas em agressões físicas, mas em qualquer ação que traga constrangimento a mulher, seja de maneira invisível como, por exemplo, a violência psicológica podendo gerar danos psíquicos, ou a violência patrimonial que implica em perda de bens, documentos pessoais entre outras categorias mais amplas. Dentre as múltiplas formas de violência a mais citada é aquela que ocorre no âmbito doméstico, podendo ser sob o contato propriamente físico ou até mesmo psicológico, onde como consequência, obtém a mesma categorização.

A sociedade tende a impor um papel social a mulher de submissão em diversos aspectos sociais, relegando a mulher um papel subalterno, que evidencia a desigualdade de gênero historicamente existente entre homens e mulheres. A trajetória da humanidade nos relata aspectos de violência, onde se torna uma questão cultural que percorre pela educação, norteando valores que foram ensinados e repassados de geração em geração. Esse contexto é baseado na relação de atores: aquele que agride e o que é agredido(a), que tenta sujeitar a mulher a um destino “natural”, ou seja, ser mãe, submissa, sensível e recatada tornando-a quase um ser domesticável.

A sociedade inclina-se a ser preconceituosa, e dentre tantas evidências deste argumento, caracteriza-se esta o principal eufemismo contra o protagonismo da mulher, demonstrando que o preconceito está enraizado culturalmente na ideologia patriarcal, colocando a mulher em como inferior ao homem.

Tanto a cultura quanto a sociedade legitima a dominação de poder do homem sobre a mulher. Nas últimas décadas a sociedade brasileira vem passando por significativas mudanças socioculturais que aparecem em espaços variados, demonstrando conquistas de direitos sociais da cidadania, na luta contra a diferenciação dos gêneros é preciso desconstruir padrões básicos associados à masculinidade, que desde a infância é vista de maneira violenta, forte, dura, que não

demonstra sentimentos, nem sensibilidade. Já a feminilidade é vista como sexo frágil, sensível, doce e protetora.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, SEUS TIPOS E CICLO

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades. Dentro dessa perspectiva, a desigualdade entre o gênero masculino e feminino não são contradições que aparecem na sociedade contemporânea. Mas, sim, durante grande parte da história da humanidade o fenômeno da violência contra a mulher perpetua historicamente a violação de direitos, desrespeita a dignidade e a vida, desequilibra sócio economicamente e culturalmente a sociedade brasileira.

A violência que ocorre contra a mulher seja racial ou sexual, afeta tão quanto a sua integridade física e a saúde mental, são vastas as agressões que as mulheres assistidas sofrem em locais específicos, nas quais as suas principais queixas são os danos que lhe são causados como: psicologicamente, moralmente, financeiramente, e em alguns casos, até mesmo vir a óbito.

Ainda que não se possa reduzir ao patriarcado a explicação de todas as formas de desigualdades e de opressão do gênero feminino, devendo ser considerada a articulação do gênero à classe social e às diferentes etnias (SCOTT, 1995), a gênese da violência contra as mulheres tem sido atribuída predominantemente ao patriarcado em algumas correntes feministas. Embora o patriarcado seja anterior ao advento do capitalismo, estes dois sistemas aparecem articulados na modernidade, duas formas de produzir e de reproduzir a vida a partir de relações de dominação e de expropriação, em especial dos corpos e da autonomia das mulheres (FONSECA, 2000; SAFFIOTI, 1979, 2001; TOLEDO, 2003).

A violência contra a mulher – seja qualquer uma delas – é uma das formas mais visíveis do homem exercer sua dominação e poder sobre as mulheres. De acordo com o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁸⁸ (2018) registram os seguintes números de ocorrências no ano de 2017:

¹ O Atlas da Violência 2018 foi produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), construído para analisar os indicadores no período de 2006 a 2016 para melhor compreensão do processo de acentuada violência no país.

QUADRO:12º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo de violação		Brasil	Rio de Janeiro
Estupro	consumado	61.032	4.952
	tentativa	5.997	395
Homicídio	de mulheres	4.532	381
	feminicídio	1.133	68
Violência doméstica	geral	221.238	24.477
	de mulheres	193.482	24.206

www.forumseguranca.org.br

- Estupros consumados, crescimento de 8,4% em relação 2016;
- Homicídios de mulheres, crescimento de 6,1% em relação 2016;
- Violência doméstica, em nove estados da federação não há informação disponível.

Os dados pesquisados sobre a violência contra a mulher podem detectar os fatores de riscos, físicos ou psicológicos que levam o agressor a praticar esse tipo de crime. Identificar o perfil ou pelo menos traçar uma possibilidade de perfil, tanto da vítima, como do agressor, pode ajudar na prevenção desta forma de agressão

A de violência contra mulher resulta, principalmente, da condição estabelecida hierarquicamente entre os sexos, confirmada no decorrer da história pela distinção dos papéis estabelecidos socialmente a homens e mulheres, por uma educação diferenciada. Sendo assim, a construção de “machos e fêmeas”, veio se desenvolvendo através família, igreja, escola, comunidade, amigos, vizinhos e veículos de comunicação. Assim, são destinadas aos homens em geral, benefícios sobre o espaço público, domínio e agressividade. Já às mulheres carregam a marca de ser o “sexo frágil”, por transmitirem mais claramente afetividade e sensibilidade, características que são opostas dos homens e, exatamente por isso, não são aceitas e valorizadas na sociedade (AZEVEDO, 1985).

(...) O termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis

sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p.75)

Devido ao crescimento do problema da violência contra a mulher, tanto nos números altos de mulheres vítimas, quanto dos efeitos causados em todas as áreas, mas principalmente na psicológica, social e econômica, em 07 de agosto de 2006 foi promulgada no Brasil a lei de nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha em resposta as indicações do comitê para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres. (CEDAW/ONU), essa Lei foi criada especificamente para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da penha), ou seja, foi através dos altos números expressado que se tornou possível e fundamental a criação de políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade feminina e de ações de desenvolvimento para promoção e acesso da cultura de paz.

É de extrema importância que se comece a desconstruir essa desigualdade entre os gêneros desde a infância, nos lares e ambientes educacionais; devemos mostrar e falar sobre a importância do respeito à vida e ao próximo, principalmente sobre o cumprimento do que está escrito na Constituição Federal de 1988, onde se afirma que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Estes dados atestam que os homens se amparam em um sistema que legitima e constrói a cultura de violência contra a mulher, pois a partir da naturalização da desigualdade entre os gêneros está intrínseco o conceito de supremacia masculina, no qual se subentende que as vidas e os corpos das mulheres são passíveis de posse e controle pelos homens. Miguel e Biroli, (2014) explora o tema da violência contra mulher a partir da contradição do público e privado.

Segundo o artigo 5º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar se constitui como aquela que é sofrida pelas mulheres através de "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico dano moral ou patrimonial". (Lei nº 11.340/2006).

A violência contra a mulher está presente em todos os níveis da sociedade, não fazendo distinção de raça, etnia, orientação sexual, cor da pele, religião ou posição social e econômica, nem com o grau de instrução de ambos, tanto da vítima quanto o agressor. Em toda história a mulher sempre foi submetida a maus tratos, caracterizando o que diz a Lei citada acima, onde se define como violência de gênero, que é geralmente é cometida quando uma mulher está em situação de vulnerabilidade

em relação ao agressor, que tanto pode ser homem ou até mesmo outra mulher (incluindo as relações homoafetivas). Esta traz uma série de medidas para proteger a mulher agredida, que está situação vulnerável, tendo sua vida posta em risco. Entre elas a saída de quem agrediu da mesma residência, a proteção dos filhos e o direito da mulher reaver seus bens e cancelar procurações no nome do agressor. A mulher pode recorrer a Assistência Jurídica como consta no Art.27 da Lei Maria da Penha: “em todos os tons processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado; no Art.28 da mesma: “é garantido a toda mulher, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Jurídica gratuita, de acordo com os termos, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado”. De acordo com o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - A violência física, é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - A violência psicológica, é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria". (Lei Maria da Penha nº 11.340/2006)

Dentre essas formas de violência destacam-se as mais comuns: agressão física, sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres; violência psíquica de xingamentos, com ofensa à conduta moral da mulher, vivida por 18%, e

ameaça através de coisas quebradas, objetos atirados e outras formas indiretas de agressão, vivida por 15%.

Estima-se que as ocorrências onde as mulheres sofrem violências, como por exemplo, o espancamento, seja pontuado numa proporção de quatro vítimas por minuto no Brasil, e muitas não denunciam por medo ou vergonha de se expor. Uma pesquisa realizada no ano de 2010, pela Fundação Perseu Abramo⁸⁹, estima a ocorrência de mais de dois milhões e casos de violência doméstica e familiar por ano, espontaneamente, ter sofrido algum tipo de violência por parte do sexo masculino.

O ciclo da violência contra a mulher faz compreender o processo das relações violentas e a imensa dificuldade das mulheres saírem dessa situação. Esse ciclo se inicia com a fase da tensão, onde se acumulam insultos, ameaças e raiva. Logo em seguida vem a fase da agressão, onde o agressor explode e libera toda raiva e tensão acumulada de uma forma violenta. Por fim, chega à fase das desculpas, promessas de que não irá se repetir, que as atitudes e o comportamento vão ser redimidos, é a chamada fase "lua de mel", onde fazem as pazes, ou se finge que nada aconteceu, ficando mais calmo e carinhoso. Esse ciclo de violência fica cada vez mais grave conforme as repetições. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO - ALERJ – Comissão de Defesa e Direitos da Mulher – Cartilha – 2017)

A violência física é definida, no inciso I do artigo 7º da Lei Maria da Penha, como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da vítima. Geralmente, esta é a forma mais visível de violência contra a mulher. Pressupõe-se a manifestação desse tipo de violência ocorre de diversas formas: chutes, tapas, queimaduras, socos, mutilações, estrangulamentos e muitos outros meios, inclusive com o uso de objetos cortantes, perfurantes ou armas de fogo.

A violência contra a mulher é considerada uma violação de direitos, podendo chegar ao nível máximo, quando esta tem a sua vida ceifada. Violência essa que extermina muitas mulheres por conta dos conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres. Esse tipo de crime cometido contra a mulher é chamado de feminicídio, um crime de ódio praticado por homens e em sua maioria os parceiros ou ex-parceiros, sendo assim quando uma mulher é assassinada por discriminação ou

⁸⁹ A Fundação Perseu Abramo é voltada para atividades de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas. No ano de 2010 desenvolveu a pesquisa Mulheres brasileiras de gênero nos espaços públicos e privados/ Violência Doméstica. A pesquisa encontra-se disponível no site da Fundação: csbh.fpabramo.org.br

quando é levada a cometer suicídio por abuso psicológico, a Lei do Femicídio nº 13.104 de 09 de março de 2015, sancionada pela ex-presidenta da república Dilma Rousseff, deve ser posta em prática, porém a luta das mulheres se constitui para que tal ato violento não ocorra.

Sendo o Brasil um país capitalista e desde a sua formação possuindo um patriarcado, segundo a história predominante, traz consigo o machismo que afirma para o homem que ele deve ser viril, agressivo e macho, concedendo a este um suposto poder sobre a mulher, sendo assim, o homem que possui o conceito do machismo arraigado, age conforme o mesmo.

Através deste suposto poder dado ao homem, e a suposta diminuição do valor da mulher, o índice de violência cresceu, e ao longo dos anos houve um avanço para o combate a estas atitudes e na atualidade é crime tentar contra a vida da mulher ou o uso de força. Entretanto a violência cresce de maneira significativa no Brasil.

É imperativo que haja uma conscientização para a erradicação da violência, para que a mulher tenha uma vida com ausência de todo e qualquer tipo de violência, que se dá por meios diversos. A Lei do Femicídio é para combate a mortalidade e sua pena pode aumentar de acordo com o:

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:
I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (Lei do Femicídio nº 13.104/2009).

Portanto, o feminicídio independe de região, atualmente no Brasil ganha visibilidade por meio da Lei sancionada e citada no primeiro parágrafo, mesmo em meio a este veículo para combate a violência o índice de mortalidade expandiu, deste modo compreende-se que a luta para erradicar tal violência está distante do fim, sendo assim, deve-se buscar a não segregação, coerção, ou a mortalidade da mulher.

DESIGUALDADE ENTRE GÊNEROS, DISCUSSÕES SOBRE A VOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

A desigualdade de gênero perpetua historicamente na sociedade impondo os papéis do homem e da mulher, reforçando os padrões que ferem a dignidade feminina por uma conjuntura normativa, que naturaliza a posição de submissão e inferioridade

com relação ao masculino. Essa naturalização da desigualdade desdobra-se e culmina nas diversas formas de violência.

As indagações de gênero não se encerram no aspecto homem/mulher e o patriarcado não é a exclusiva causa do trato desigual entre eles. É impossível compreender as questões de gênero, sem associá-las aos revéis raciais, étnicos e de classe social. O patriarcalismo não é homogêneo, com ele é imposto valores, atitudes, e avanços que criam uma estrutura desigual onde a dominação do homem pelo próprio homem e do homem sobre a mulher torna natural a superioridade de um grupo sobre o resto. No caso específico das mulheres, mesmo com os crescentes movimentos políticos feministas engajados na igualdade de gênero, o resultado não é profícuo contribui para um sistema opressor que legitima a violência sofrido por mulheres de todas as idades, raças, religiões e classes sociais.

A diferença entre homens e mulheres é um fato que não deveria ter nenhuma relevância se não fosse as questões de gênero vigentes até hoje, questões essas que reconhecem e firma essa diferença, hierarquizando-a.

Não é possível correlacionar a violência com a desigualdade de gênero, compreendendo a influência cultural sofrida por ambos os sexos e os comportamentos baseados na inferiorização da mulher disseminar a violação e o ódio.

É imprescindível o entendimento de que não se trata de uma guerra entre os sexos, é importante salienta que o homem também é vítima dessa cultura cruel, sem que, com isso, justifiquem seus atos violentos.

Enfim, constata-se que para se coibir a violência contra a mulher é preciso desconstruir os estereótipos de gênero, sendo de grande importância incluir o homem agressor importância inclui o homem agressor ou não, com o objetivo de provocar mudanças no sistema patriarcal.

A relação de gênero impõe que sejam entendidas como uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos. O termo gênero, não se baseia somente na questão biológica, não significa homem e mulher quando nascem, mas sim como se fazem diferentes em seus comportamentos. Sexo biológico se dá por meio de características físicas e por seus órgãos genitais. Gênero por sua vez é uma construção da sociedade que institui homem e mulher determinando papéis sociais.

Características naturais de gênero e processos naturais de sexo e reprodução fornecem apenas um pano de fundo sugestivo e ambíguo para a organização cultural do

gênero e da sexualidade. O que é gênero, o que são homens e mulheres, que espécie de relações se obtém ou se deveria obter entre eles - todas essas noções não são simplesmente reflexos ou elaborações a partir de “dados” biológicos, mas são produtos de processos sociais e culturais. A própria ênfase no fator biológico é variável nas diferentes tradições culturais; algumas culturas afirmam que as diferenças entre machos e fêmeas são quase totalmente baseadas na biologia, enquanto outras dão bem pouca ênfase às diferenças biológicas, ou supostamente biológicas. (ORTNER e WHITEHEAD, 1981, p.65)

Existem duas observações importantes a fazer com relação a argumentos desse tipo. A primeira seria requerer uma distinção radical entre sexo (biológico) e gênero (culturalmente construído). Com efeito, a distinção que sugerem é ainda mais radical do que a dos argumentos que assumem que os sistemas de gênero são mecanismos culturais para gerir as diferenças sexuais e os problemas de reprodução social e biológica. É claro que essa distinção radical exclui por completo qualquer possibilidade das ciências sociais abordarem a relação entre biologia e cultura. A dificuldade primordial, aqui, como assinalou Errington (1990), reside em como compreender os corpos humanos. Os sentidos dados aos corpos e as práticas nas quais estes se envolvem são altamente variáveis, cultural e historicamente.

Entretanto, a experiência de corporificação - nas quais esses sentidos e práticas são incorporados como disposições e competências duradouras dos agentes humanos reais (BOURDIEU, 1977) - é algo que pode ser considerado universal. Embora a natureza exata dessa experiência seja diferenciada, a menos que os cientistas sociais estejam preparados para levar em conta a relação entre sexo biológico e gênero - isto é, entre entidades biológicas e categorias sociais - não farão progressos em compreender as múltiplas formas nas quais a cultura interage com a biologia para produzir o mais distintivo dos artefatos humanos: o corpo humano (ERRINGTON, 1990).

A igualdade de gênero, desde os primeiros movimentos de mulheres e atualmente, é a bandeira principal dos movimentos feministas em todo o mundo. Apesar dos inúmeros avanços e conquistas da luta das mulheres no percorrer da história, a desigualdade entre os gêneros permanece em dados econômicos, sociais e políticos. Neste sentido, é importante ressaltar que na história das mulheres o imbricamento de outras opressões se faz presente, o que coloca o feminismo em posição crítica a outras formas de desigualdade. (MIGUEL E BIROLI, 2014)

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes. (MIGUEL E BIROLI, 2014, p.18)

Dentro dessa perspectiva, a desigualdade entre o gênero masculino e feminino apesar de ser contraditória, permanece invisível na sociedade contemporânea. Essa desigualdade vem perpetuando durante grande parte da história da humanidade, reconhecendo por autêntico o poder de homem e reforçando a violência com a mulher, ou seja, a reivindicação das mulheres feministas se baseia em uma percepção histórica da construção da opressão das mesmas e o pensamento feminista se propõe a ter uma percepção crítica da realidade social do mundo contemporâneo. No livro de Angela Daves, "Mulher, raça e classe", houve um debate de alta relevância sobre a associação dos movimentos feministas na luta de libertação dos negros nos Estados Unidos da América, no período da escravidão, apesar das múltiplas contradições que comportam o feminismo sufragista no período pós-abolição, acreditasse que toda essa labuta não foi sem eficácia.

A forma de reivindicação mais ampla possível e que dialoga com a forma crítica do feminismo é argumentação pela igualdade. A igualdade é reivindicação "óbvia" levantada por qualquer movimento que queira falar em nome de grupos oprimidos. Mesmo que o liberalismo nasceu afirmando um credo igualitário, negando legitimidade às prerrogativas aristocráticas. (MIGUEL E BIROLI, 2014, p. 11)

Mas, é importante apresentar que a "bandeira da igualdade" levanta pelo movimento feminista se diferencia no sentido de que o grupo social mulheres possui a dinâmica de um grupo social de minorias/oprimidos, neste sentido, deve dialogar com os outros grupos de opressão localizados na sociedade onde se insere. Assim, compreendendo a inter-relação entre os diversos grupos sociais de opressão/minorias, é preciso analisar de forma sistêmica e coletiva as contradições encontradas na sociedade. A compreensão de que a raiz ultrapassa a barreira do sujeito/indivíduo e é parte da estrutura da sociedade faz-se fundamental para o avanço de uma sociedade mais igualitária.

O patriarcado é o sistema que legitima e fundamenta a desigualdade entre os gêneros, desta forma, constroem costumes, valores, culturas que subjagam a mulher enquanto sujeito e as enclausuram a partir da socialização feminina em amarras da reprodução do próprio sistema que as oprimem, sendo uma assertiva de todos os tipos de violência que as mulheres vem sofrendo por várias gerações. Partindo deste mesmo debate.

O uso do termo "patriarcado" é controverso dentro da própria teoria feminista. Para algumas autoras, trata-se do conceito capaz de "capturar a profundidade, penetração ampla (pervasiveness) e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres (...) para outras percepções dentro do próprio feminismo, porém, o patriarcado é entendido como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina. Ele corresponde a uma forma específica de organização política, vinculada ao absolutismo, bem diferente das sociedades democráticas concorrenciais atuais. Os arranjos matrimoniais contemporâneos também não se ajustam ao figurino do patriarcado, sendo mais entendidos como uma "parceria desigual", marcada pela vulnerabilidade maior das mulheres. Em suma, instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece. (MIGUEL E BIROLI, 2014, p.36)

Apesar das divergências dentro do movimento feminista no que tange ao patriarcado é significativo se posicionar no debate e construir a partir do diálogo uma percepção específica com os gerais. De forma ampla o patriarcado se constrói como uma política plástica de construção na maior parte dos territórios, assim consegue e reinventar e a partir das estruturas estabelecidas se reconstruírem. Por mais que o patriarcado tenha sido uma forma de organização do passado, a sua política de dominação coletiva e sistêmica perpetuou e continua se perpetuando nas mais diversas sociedades.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. (SAFFIOTI, 2015, p.43)

A partir da perspectiva crítica feminista, apesar das modificações formais na estrutura as bases dela permanecem as mesmas, reafirmando a perspectiva do

diálogo específico com o geral, nesse sentido, o "contrato" do patriarcado datado continua em voga na sociedade contemporânea. Nesse "contrato", lugares sociais distintos e assimétricos são atribuídos a homens e mulheres em razão de desigualdade entre os gêneros. Diante da afirmação anterior, podem-se explorar as formas de sujeição e aprisionamento das mulheres, uma vez que se trata de uma construção histórica e para a consolidação de hegemonia dessa política existem inúmeros mecanismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar que a desigualdade de gênero ainda pesa muito no papel que a mulher exerce na sociedade, e que apesar de alguns avanços conquistados, ainda sofrem todos os tipos de violência apenas por serem mulheres.

É imprescindível listar as principais causas da violência contra a mulher, relacionando a violência com a desigualdade de gênero e identificando possíveis recursos para combater a mesma.

O tema escolhido aponta a realidade que sofrem as mulheres por conta da desigualdade de gênero que ainda existe na sociedade. Propondo mais visibilidade a esse assunto que acontece com frequência, mas não é assumido por quem comete tal ato. Neste sentido, quando se trata da desigualdade entre os gêneros é necessário analisar de forma sistêmica e coletiva as contradições encontradas no corpo social, assim como a compreensão de que a raiz da violência ultrapassa os limites do sujeito/indivíduo e é parte da estrutura da sociedade, sendo fundamental para o avanço da coletividade justa e igualitária.

Durante a realização deste trabalho foi possível adquirir conhecimentos da realidade das mulheres que são vítimas da violência, e também compreender a intervenção do Serviço Social quanto à questão a ser trabalhada com as mulheres vitimadas. Deste modo houve o entendimento que tal violência acaba sendo uma assertiva da desigualdade de gênero, que apesar de toda tentativa de conscientização feita com o passar dos anos, parece está mais potencializada e longe de ter igualdade e respeito para com as mulheres na sociedade, que acaba legitimando essa diferença que existe entre os gêneros, colocando as mulheres em posição de inferioridade aos homens. Isso por conta da naturalização do papel social da mesma que perpetua historicamente violando os direitos, desrespeitando a dignidade e a vida, causando um desequilíbrio sócio economicamente e culturalmente a sociedade.

O serviço social tem como função o compromisso ético com a mulher vítima, usando seus conhecimentos teóricos e operários com instrumentos, direcionando-as para as Políticas Públicas que são direitos garantidos, de forma a tomar medidas concretas para a promoção social cabendo a todos os serviços estatais, ou seja, a justiça, a política e a saúde, intervindas em situações de violência contra as mulheres, devendo ser preparados para lidar com estas questões, não só com os profissionais, e sim com toda a sociedade que necessita dos serviços prestados.

Esse artigo é relevante para futuras pesquisas e debates necessários para contribuir com o estudo e projetos de intervenção que possam mudar ou dar suporte as vítimas encorajando a não aceitarem um lugar de inferioridade ou qualquer tipo de violência, independentemente de qualquer núcleo que estiver inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Patrícia Galvão. **Dossiê: Cultura e Raízes da Violência Contra as Mulheres.** Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia>, Acesso em: Agosto de 2018.
- BORSOI, T. S.; BRANDÃO, E. R.; CAVALCANTI, M. L. T. **Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do RJ.** Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 13, n. 28, p. 165-174, 2009.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Presidência da República, 2006.
- Carta Capital. **Ainda precisamos falar sobre as mulheres na política.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ainda-precisamos-falar-sobre-as-mulheres-na-politica>, Acesso em: Agosto de 2018.
- Catarinas. **10 de outubro dia de alerta para os tipos de violência contra as mulheres.** Disponível em: <https://www.catarinas.info/10-de-outubro-dia-de-alerta-para-os-tipos-de-violencia-contra-as-mulheres>, Acesso em: Agosto de 2018.
- ERRINGTON, S. 'Recasting sex, gender and power: a theoretical and regional overview', in ATKINSON, J. e Errington, S., eds., **Power and difference: gender in Island Southeast Asia**, Stanford, Stanford University Press. (1990).
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, Vol 1. A Vontade de Saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque**, 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal 1999.
- IAMARINO, Ana Teresa.; RIGO, Rosangela.; CRUZ, Ane. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. A Violência Contra as Mulheres.** Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População: Quantidade de homens e mulheres.** Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html>, Acesso em: Agosto de 2018
- MIGUEL, Luís Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política. 1º edição**, Boitempo, São Paulo, 2014.

MORENO, Renata. **Feminismo, Economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. Sempre Viva Organização Feminina, São Paulo, 2014.

NJAINE, K. et al. **Redes de prevenção à violência: da utopia à ação**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro. V: 11, p. 1313-1322, 2006. Suplemento.

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil**.

Disponível em: <http://www.Observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>, Acesso em: Agosto de 2018.

PASINATO, Wânia.; SANTOS, Cecília MacDowell. **Projeto: Acesso à Justiça para as Mulheres. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. 2008.

Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/nucleos/needa/documentos/MAPEOBrasil.pdf>
Acesso em: Agosto de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, violência e Patriarcado**. Expressão popular. 2^o edição. São Paulo, 2015.

4CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Manual de Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. 2010. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/programas/mutiroes-da-cidadania/manualmariadapenha.pdf> Acesso em: Agosto de 2018.

TEOLOGIA

Como citar: SANTOS, Jacirema Maria Thimoteo dos, *Século XX e as Teologias da Práxis*. In: Revista Digital Simonsen, nº10, maio, 2019. Disponível em www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

SÉCULO XX E AS TEOLOGIAS DA PRÁXIS

POR: JACIREMA MARIA THIMOTEO DOS SANTOS⁹⁰

⁹⁰ Doutora em Teologia, Coordenadora e Professora do Curso de Teologia do Conservatório Brasileiro de Música – Unicbe, Tese de Doutorado “A pessoa humana: Implicações de um conceito teológico para a compreensão do Ensino Religioso”. E-mail: jaciremats@gmail.com.

RESUMO: A Teologia pode ser considerada como o estudo das várias religiões existentes, como teologia budista, islâmica, judaica, etc. Todavia, para efeitos deste artigo, quando usamos a nomenclatura teologia estamos nos reportando à teologia cristã que nos oferece a ideia não de um estudo sobre Deus, mas um estudo sobre o que o ser humano compreende sobre Deus, não um falar sobre Deus e sim um falar de Deus. Inserida neste contexto, temos as Teologias da práxis que com as suas categorias hermenêuticas de libertação, política, revolução e outras apresentam uma teologia compreensível para o povo que fala de um Deus que se revela e é acessível a todos.

Palavras-chaves: Deus; Teologia Cristã; Teologia da Práxis

ABSTRACT: Theology can be regarded as the study of the various existing religions, such as Buddhist theology, Islamic, Jewish, etc. However, for the purposes of this article, when we use the Theology nomenclature we are reporting to Christian theology that offers us the idea not of a study on God, but a study of what the human being understands about God, not talking about God, but a talk of God. In this context, we have the theology of the Praxis that with its hermeneutic categories of liberation, politics, revolution and others present a theological understanding for the people who speak of a God who reveals himself and is accessible to all.

Keywords: God; Christian Theology; Theology of the Praxis; Liberation.

INTRODUÇÃO

Deus morreu!!! A Teologia não é mais considerada a “rainha das ciências”, aquela que ditava as normas de conduta, pois seu saber era o mais importante. Uma sensação de caos tomou conta de muitos teólogos que viram a Teologia perder a admiração pela sociedade que acompanhou uma caminhada histórica que, em determinados momentos, invadiu a mesma. Devido a tais fatos,⁹¹ quando houve a separação Estado e Igreja, a partir da Revolução Francesa (1789), esta passou a ser entendida como sinônimo de religião, pois foi privatizada na esfera das igrejas, deixou de ser pública. Sua função principal passou a ser a formação dos ministros religiosos, seu locus passou a ser os seminários.

Percebemos que a história da Teologia é uma história de avanços e recuos que percorreu vários séculos e que teríamos muito mais para refletir. Dessa forma, escolhemos três vertentes do pensamento teológico, amadurecidas ao longo de todo o século XX, elencando alguns de seus principais defensores, procurando pontuar a contribuição/relação das mesmas para o conceito cristão de pessoa⁹². Podemos afirmar que estas vertentes proporcionam à Teologia a ideia de pluralidade e abertura ao diálogo com outros paradigmas do conhecimento contemporâneo. Fazendo-a uma Teologia da práxis ao repensar o encontro do ser humano deste mundo pós-moderno com Deus e ao propor novos caminhos. Logo, “a teologia não descreve mais a fé somente com categorias intelectuais, existenciais e personalistas, como adesão, decisão, encontro, mas capta-a na dimensão política de seu fazer-se práxis na história e na sociedade”.⁹³

1. PAUL TILLICH E A TEOLOGIA DA CULTURA

Paul Tillich⁹⁴ nasceu na Prússia no ano de 1886 em um lar protestante,

⁹¹ Um dos fatos mais marcantes desta dominação, que perdurou por séculos, era a utilização das promessas de salvação eterna para manter o seu poder sobre os fiéis pela Igreja Católica Romana.

⁹² Ressaltamos que o texto do presente artigo faz parte da nossa Tese de Doutorado intitulada “A pessoa humana: Implicações de um conceito teológico para a compreensão do Ensino Religioso”, onde pesquisamos a relação do conceito cristão de pessoa com a disciplina de Ensino Religioso.

⁹³ GIBELINI, R., A teologia do século XX, p. 522.

⁹⁴ Nas leituras que fizemos sobre este autor percebemos, em algumas delas, certa recusa de sua teologia por parte de alguns autores, pois o mesmo é considerado mais um filósofo que um teólogo ou um “ateu cristão”, por ser adepto do existencialismo teísta que, diferente do existencialismo ateísta, prega o relacionamento humano e com Deus. Porém, não é nossa pretensão defender ou criticar sua teologia e, sim, apresentá-la como uma teologia que se preocupa em dar respostas consistentes ao homem sobre problemas existenciais via Cristianismo, ou como ele afirmava “experimentar o Novo Ser em Jesus como o Cristo significa experimentar o poder que, nele, venceu a

tornando-se pastor luterano em 1902. Faleceu em 1965 nos Estados Unidos. Foi considerado um grande intelectual, sendo um dos maiores teólogos de seu tempo. Prestou alguns serviços sociais durante a 1ª Guerra Mundial, foi capelão e participou do Movimento Socialista Religioso na Alemanha. Esse movimento foi definido por ele da seguinte forma “certa tradição de realismo bíblico nem ortodoxo, nem fundamentalista, de um lado, nem pietista do outro, ao mesmo tempo que transcende o luteranismo doutrinário ao se aproximar das realidades sociais e políticas”.⁹⁵ Ele tinha como proposta dar uma resposta ao avanço do socialismo marxista, mostrando que o amor de Deus transcendia os muros da igreja, pois Deus se relaciona com todo o Universo, tanto individual como coletivamente. Isso implicava desconstruir a imagem de Deus idealizada pela Teologia do período imediatamente anterior, construindo uma nova cosmovisão cristã que respondesse aos anseios da sociedade contemporânea.

Por conta desse seu pensamento elaborou uma coleção de ensaios sobre ciência, moral, arte e educação e deu como título Teologia da Cultura. Ele afirmava que a mensagem cristã deveria ser traduzida e entendida em qualquer situação cultural específica, em conformidade com as questões existenciais em voga, ou seja, podemos perceber na Teologia que e como Deus e o mundo se mediatizam mutuamente. Mas, isso só é perceptível quando existe uma cultura unitária religiosamente aberta. Também escreveu outra obra, considerada uma das mais completas do século XX, “Teologia sistemática” com 72 teses, dividida em cinco partes (Revelação, Deus, Cristo, Espírito e Reino de Deus), ela propôs o método da correlação que dá respostas teológicas às perguntas existenciais que surgem da situação existencial do ser humano, é o que ele chama de “círculo teológico”:

Procura relacionar as questões implícitas na situação (cultural) com respostas específicas da mensagem cristã (...). O método da correlação esclarece os conteúdos da fé cristã através de questões existenciais e de respostas teológicas numa mútua interdependência (...) As respostas próprias do evento da revelação têm importância somente quando em correlação com as questões referentes a toda a nossa existência, com questões existenciais.⁹⁶

O que podemos perceber, em Tillich, como contribuição para o conceito de pessoa, é a preocupação que tem em fazer uma teologia da práxis, que se torne significativa para o crente e o não crente, onde os temas teológicos propostos

alienação existencial em si mesmo e em todos aqueles que têm parte com ele” (TILLICH, P. Teologia Sistemática, p. 12).

⁹⁵ TILLICH, P., Perspectivas da Teologia Protestante nos séculos XIX e XX, p. 237.

⁹⁶ TILLICH, P., Teologia Sistemática, p. 8, 60, 61.

caminhem pela via da subjetividade humana, do relacionamento humano e do relacionamento com Deus.

2. Jürgen Moltmann e a Teologia da Esperança

Em 1926 nascia em Hamburgo, na Alemanha, Jürgen Moltmann, considerado um dos teólogos luteranos mais influentes da contemporaneidade. Foi prisioneiro de guerra (1945-1948) e é na prisão que ele se apaixonou pelo Deus de Jesus Cristo e pela teologia, que o levou a refletir sobre o sentido de ser cristão. Ao sair da prisão foi estudar Teologia e em 1952 é consagrado pastor de uma igreja luterana.

Devido aos fatos que viveu e presenciou após a segunda Guerra Mundial, uma Europa dilacerada, ele começa a pensar e construir uma teologia que incluísse ao Cristianismo aspectos sociais, políticos e até escatológicos que estavam sendo deixados de fora pela teologia da época. Essa teologia ficou conhecida como Teologia da Esperança, cujo propósito era fazer com que o ser humano saísse da resignação imposta pela sociedade e vislumbrasse a realização da esperança da justiça, da socialização e da paz do mundo. Em uma palestra proferida em agosto de 2011 na PUC/RJ por ocasião do lançamento de seu livro “O Futuro da Criação” em parceria com o professor Levy Bastos, Moltmann levantou o seguinte questionamento: “Por que que o país do futuro não é aquele que faz surgir a esperança?”

Para ele a esperança está relacionada ao humanismo otimista:

Enquanto olhava para trás, vi um jovem prisioneiro de guerra encarcerado em um campo inglês. Seu horizonte ali era o arame farpado, e embora a guerra já tivesse terminado há algum tempo [...] a esperança batia naquele arame e se desfazia! Ninguém pode viver sem esperança! Vi homens nos campos que haviam perdido a esperança. Eles simplesmente se entregavam, adoeciam e morriam. Quando na vida a esperança hesita e se desfaz, uma tristeza que vai além de todo consolo toma conta da pessoa. Já a esperança incomoda e inquieta. A pessoa não se contenta mais com a situação, com a forma como as coisas estão.⁹⁷

Nessa conjuntura, sua Teologia da Esperança acolhe às necessidades dos homens religiosos e não religiosos apontando para um futuro triunfante, permitindo-os superar a alienação e redescobrir o eu, a liberdade e compreender que não são apenas intérpretes, mas partícipes colaboradores deste futuro. Moltmann defendia a ideia de que igreja e sociedade precisavam ter uma relação, cabendo ao Cristianismo

⁹⁷ MOLTSMANN, J., apud MILLER, E. L.; GRENZ, S. J., Teologias contemporâneas, p.124-125.

ter uma ação política nesta sociedade:

O reino futuro do Cristo ressuscitado não só deve ser esperado e aguardado. Esta esperança e expectativa devem modelar igualmente a vida histórica da sociedade. Por isso, missão significa não somente propagação da fé e da esperança, mas também transformação histórica da vida.⁹⁸

A Teologia da Esperança é fundamentada na Bíblia e tem um perfil escatológico do Cristianismo, pois Moltmann não percebe a escatologia cristã como apenas um apêndice da teologia, ela faz parte do todo. O cristianismo é escatologia do princípio ao fim. E a função principal da sua teologia é dar respostas, é possibilitar libertação das pessoas, é promover diálogo. Neste momento, vemos a semelhança com o método de correlação de Tillich. Assim como ele, Moltmann quer confrontar as perguntas oferecendo respostas retiradas da Revelação. Sua teologia proporcionou uma abertura para o seu horizonte teológico.

Dentre os muitos aspectos da teologia de Moltmann que podemos recolher para o conceito de pessoa, consideramos fundamental destacar dois. Em primeiro lugar, a condição histórica do ser humano. Este caminha em meio as realidades sociais e políticas, realizando-se, assim, entendemos como pessoa exatamente na medida em que os assume. Em segundo lugar, a condição escatológica presente no termo esperança. O ser por um lado caminha na história, mas por outro é alguém continuamente aberto ao devir, ao futuro. É um ser de esperança. Acreditamos que a esperança não é apenas um desejo, ela parte da realidade em que estamos inseridos e luta em prol da vida. Com certeza, a Teologia da Esperança que, também pode ser chamada de teologia dialogal, renovou a teologia e a práxis cristãs praticadas na época, resignificando o papel do Cristianismo no que diz respeito ao conceito de pessoa.

3. Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff = Teologia da Libertação

Apresentamos de forma conjunta, os teólogos Gutiérrez e Boff, pois eles são considerados dois dos grandes defensores da Teologia da Libertação.

Gustavo Alfredo Gutiérrez Merino Díaz nasceu em 1928 em Lima, no Peru. Em 1959 foi ordenado sacerdote da Igreja Católica, em 1960 assessor nacional da UNEC (União Nacional dos Estudantes Católicos) e, neste mesmo ano, iniciou sua carreira de professor na Pontifícia Universidade Católica do Peru.

⁹⁸ MOLTSMANN, J., Teologia da Esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã, p. 395.

Leonardo Boff nasceu em 1938 na cidade de Concórdia, Santa Catarina. Entrou para a Ordem dos Frades Menores em 1959, sendo ordenado sacerdote em 1964. Foi professor do Instituto Teológico Franciscano em Petrópolis/RJ e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Também editor das revistas Concilium, Cultura Vozes e Eclesiástica Brasileira.

A teologia representada por ambos surge na década de 60 e amadurece na década posterior, ou seja, adquire direito de cidadania. A década de 60 seria uma década de movimentos influentes para o mundo. A começar pela Revolução em Cuba em 1959, as guerrilhas revolucionárias de Che Guevara e Camilo Torres, que culminaram em seus assassinatos, a eleição de John Kennedy para presidente dos EUA e seu assassinato, a Guerra Fria entre as nações comunistas e as capitalistas, constituíram fatores históricos que possibilitaram o surgimento da Teologia da Libertação. Para a Igreja Católica, o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, na América Latina, completaram este processo de constituição e oficialização da Teologia da Libertação⁹⁹. Podemos afirmar que a Cristologia dos documentos desta Conferência possui um viés libertador:

É o próprio Deus que, na plenitude dos tempos, envia seu filho para que, feito carne, libere todos os homens de todas as escravidões que o pecado os mantém subjugados: a ignorância, a fome, a miséria e a opressão, numa palavra a injustiça e o ódio que têm origem no egoísmo humano.¹⁰⁰

A Teologia da Libertação veio criticar a teologia europeia a qual, por sua vez, não questionava nem a história passada, nem a história presente, tampouco tinha o interesse de construir uma história futura onde todos pudessem ter voz. Uma teologia pensada para a América Latina devido à situação de miserabilidade que o povo estava vivendo. Isso implica reconhecermos que a Teologia da Libertação tem entre suas causas o descontentamento da realidade daquela época:

Se a situação histórica de dependência e dominação dos dois terços da humanidade, com seus 30 milhões de

⁹⁹ Oficialização porque, na realidade, existiram precursores, como Bartolomé de las Casas, Antonio Valdivieso, Cristóbal de Pedreza, Juan Del Valle e outros, que tinham um compromisso libertador e a ideia de que Deus é Deus dos pobres, dos marginalizados, dos oprimidos e que a Igreja Católica precisava rever a sua postura de aliada aos interesses da classe dominante. Também, é relevante informar que a Teologia da Libertação foi questionada por alguns teólogos católicos, dentre eles citamos: Alfonso Garcia Rubio, Clodovis Boff, Hubert Lepargneur e o Papa João Paulo II. Eles fizeram algumas restrições no que tange as suas ideias revolucionárias de lutar, no sentido literal, contra o opressor, ideias estas vindas do pensamento marxista. O Cristianismo jamais ensinou tal atitude. Todavia iremos nos deter na sua proposta de libertar o homem da sua resignação, vislumbrando uma outra visão de vida que reflete a ideia do conceito de pessoa para o Cristianismo.

¹⁰⁰ MONDIM, B., Os teólogos da libertação, p. 31.

mortos de fome e de desnutrição, não se tornar hoje o ponto de partida de toda teologia cristã, também nos países ricos e dominadores, a teologia não poderá situar e concretizar historicamente seus temas fundamentais [...]. Por isso [...] é preciso salvar a teologia do seu cinismo.¹⁰¹

Em razão disso, sua ideia central é libertar o ser humano da escravidão e da opressão, sendo uma teologia comprometida com o mesmo em sua totalidade, abrangendo as esferas das relações familiares, sociais e políticas. Uma teologia do e para o ser humano. Gutiérrez afirmou que:

Conceber a história como processo de libertação do homem, portanto, é perceber a liberdade como conquista histórica; é compreender que a passagem da liberdade abstrata à real não se realiza sem luta contra tudo o que oprime o homem. Este fato implica não apenas melhores condições de vida, mudança radical de estruturas, revolução social, mas muito mais: a criação contínua e sempre inacabada de nova maneira de ser do homem, uma permanente revolução cultural. Por outras palavras, o que está em jogo, sobretudo é uma nova concepção de homem, dinâmica e histórica, orientada definitivamente e criativamente para seu futuro, atuando no presente em função do amanhã. Como disse Teilhard de Chardin, o homem é que tomou as rédeas da evolução.¹⁰²

Para esse autor, a teologia deve ser compreendida como ato segundo, que pressupõe um ato primeiro, que chama de “experiência de fé”, bem como, a presença e atuação do cristão no mundo. Devendo proporcionar, além da libertação social/econômica, a libertação psicológica/interior para que o ser humano possa usufruir de uma existência humana autêntica, uma vida livre com possibilidades de opções. Esta teologia é percebida por Gutiérrez como uma teologia que se faz na reflexão, no questionamento: “Como estabelecer o diálogo salvador com o homem na América Latina?”¹⁰³ No mesmo, temos a essência do pensar teológico de Gutiérrez: a soteriologia.¹⁰⁴ Reconhecemos, também, que ela é uma teologia que possibilita a esperança, pois a esperança é essencial para alcançarmos um futuro verdadeiramente humano. Essa esperança que os teólogos da libertação chamam de esperança cristã não só espera (momento estático), mas age (momento dinâmico). Uma teologia iniciada na práxis, tendo por proposta refletir sobre esta práxis, a fim de mudar e transformar práticas vigentes de dominação pois, faz da realidade vivida seu

¹⁰¹ ASSMANN, H., apud GIBELLINI, R., A Teologia do século XX, p. 350.

¹⁰² GUTIÉRREZ, G., Teologia da Libertação, p. 35.

¹⁰³ GUTIÉRREZ, G., Ponencia en I Reunión de Teólogos Latinoamericanos, 1964 In: ALMEIDA, J. C., Teologia da Solidariedade: uma abordagem da obra de Gustavo Gutiérrez, p. 29.

¹⁰⁴ Soteriologia é a parte da Teologia que estuda a salvação do ser humano.

tema de reflexão. No dizer de Boff:

A teologia da libertação procura articular uma leitura da realidade a partir dos pobres e no interesse pela libertação dos pobres; em função disso, ela utiliza as ciências do homem e da sociedade, medita teologicamente e postula ações pastorais que ajudem o caminho dos oprimidos.¹⁰⁵

Além disso, afirma que “não se trata de outra fé, mas da fé dos apóstolos e da Igreja articulada com as angústias e as esperanças de libertação dos oprimidos”.¹⁰⁶ A todo esse movimento Boff chama de princípio-esperança, algo dinâmico e fonte de utopias que leva o ser humano a projetar-se no futuro.

Da Teologia da Libertação consideramos importante destacar, para o conceito de pessoa, entre outros aspectos, a condição de, nas palavras de Gutiérrez “tomar as rédeas da evolução”, isto é, da história. O ser humano é pessoa, também, no sentido de que é sujeito de um destino que ajude, ativamente, a construir, sendo contrário ao conceito cristão de pessoa não atribuir a quem quer que seja as condições de viver como mínimo necessário para a dignidade humana, que é a dignidade de todos os seres humanos indistintamente. Pessoa implica, portanto, dignidade e a luta para alcançar esta dignidade.

O que podemos encontrar como ponto de convergência nas Teologias citadas é o olhar diferenciado que possuem do ser humano, pois sabem que ele é uma pessoa singular que sente, pensa, contempla, ama, perdoa e, acima, de tudo é uma pessoa que tem o direito de ser feliz no encontro com o outro. E a visão que possuem da relação teoria e práxis. Relação esta possível de ser praticada pela Teologia:

(...) pois as promessas escatológicas da tradição bíblica - liberdade, paz, justiça, reconciliação – não constituem um horizonte vazio de expectativa religiosa, mas têm uma dimensão pública, que é preciso fazer valer na sua função crítica e libertadora diante do processo histórico –social.¹⁰⁷

¹⁰⁵ BOFF, L.; BOFF, C., apud GIBELLINI, R., A Teologia do século XX, p. 354.

¹⁰⁶ BOFF, L.; BOFF, C., Como fazer teologia da libertação, p.65

¹⁰⁷ GIBELLINI, Rosino., A teologia do século XX, p. 302.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, essas Teologias da práxis possibilitam um acolhimento ao ser humano, fazendo-o compreender que, apesar de ser singular, precisa ser uma presença voltada para o mundo e para as outras pessoas, o “ser para”,¹⁰⁸ afirmação do filósofo e cristão francês Emmanuel Mounier (1905-1950) que fez do Personalismo¹⁰⁹ a sua filosofia. E por ser cristão apontou o Cristianismo como o arauto de uma noção decisiva de pessoa, pois tinha como ênfase a valorização da pessoa. Esta ideia de pessoa perpassa pelo conceito cristão de pessoa que proporciona uma posição privilegiada enquanto criatura criada à imagem e semelhança de Deus. Posição esta que a leve a usufruir de um dinamismo e de uma liberdade, proporcionando-a conhecer o mundo para transformá-lo. Este deve ser o argumento da Teologia. Um argumento que faça cumprir os dois aspectos básicos que constituem o ser pessoal: interiorização ou imanência e abertura ou transcendência.

¹⁰⁸ MOUNIER, E., O personalismo, p. 45.

¹⁰⁹ Corrente filosófica cujo precursor foi Charles Renouvier (1815-1903) e tinha como objetivo principal o primado da pessoa humana na sua integralidade, colocando-a sobre todas as demais questões da vida. Para o Personalismo a pessoa deve ser uma presença voltada para o mundo e para as outras, juntas, tendo uma visão comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Carlos. Teologia da Solidariedade: uma abordagem da obra de Gustavo Gutiérrez. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. Como fazer teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1986.

GIBELLINI, Rosino. A Teologia do século XX. Tradução João Paixão Netto. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação. São Paulo: Loyola, 2000.

TILLICH, Paul. Perspectivas da Teologia Protestante nos séculos XIX e XX. Tradução Jaci C. Maraschin. 2. ed. São Paulo: Aste, 1999.

_____. Teologia Sistemática. Tradução Getúlio Bertelli; Geraldo Korndorfer. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

MILLER, Ed L.; GRENZ, Stanley J. Teologias contemporâneas. Tradução de Antivan G. Mendes. São Paulo: Vida Nova 2011.

MOLTMANN, Jurgen. Teologia da Esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. São Paulo: Herder, 1971.

MONDIN, Battista. Os teólogos da libertação. São Paulo: Paulinas, 1980.

MOUNIER, Emmanuel. O personalismo. 4. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.